



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E SOCIAL

MÁRCIA ELENA SOARES BEZERRA

**UM ESTUDO CRÍTICO DAS PSICOTERAPIAS
FENOMENOLÓGICO - EXISTENCIAIS:**

Terapia Centrada na Pessoa e Gestalt-terapia

Belém
2007

MÁRCIA ELENA SOARES BEZERRA

**UM ESTUDO CRÍTICO DAS PSICOTERAPIAS
FENOMENOLÓGICO - EXISTENCIAIS:**

Terapia Centrada na Pessoa e Gestalt-terapia

Dissertação de mestrado apresentada como quesito para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Social pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Pará. Orientado pela Prof^a. Dr.^a Adelma Pimentel.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) -

BIBLIOTECA CENTRAL/ UFPA, BELÉM-PA

BEZERRA, MÁRCIA ELENA SOARES.

Um estudo crítico das psicoterapias fenomenológico – existenciais: terapia centrada na pessoa e Gestalt – terapia / Márcia Elena Soares Bezerra; orientadora Adelma Pimentel. — 2007

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Social, Belém, 2007.

1. Psicoterapia existencial. 2. Psicoterapia centrada no cliente. 3. Gestalt – Terapia. 4. Fenomenologia existencial. I. Título.

CDD - 21. ed. 150.192

MÁRCIA ELENA SOARES BEZERRA

**UM ESTUDO CRÍTICO DAS PSICOTERAPIAS
FENOMENOLÓGICO - EXISTENCIAIS:**

Terapia Centrada na Pessoa e Gestalt-terapia

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Adélma Pimentel (Orientadora)

Prof. Dr. William Gomes - UFRGS

Prof. Dr. Nelson Sousa Júnior - UFPA

Data de aprovação: ____/____/2007.

Belém
2007

À Iza, minha querida mãe, pelo exemplo de mulher lutadora e amorosa, que aos seus 77 anos continua apreciando a vida, ensinando-me a confiar e nunca desistir de meus sonhos.

Ao Francisco Bordin, o Chico, que com seu jeito peculiar e especial de ser, tem contribuído de forma significativa em meu crescimento profissional e pessoal ao longo de todos esses anos.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela vida e pela assistência amorosa.

Ao Edson, meu amado esposo, amigo e companheiro, pela presença constante ao meu lado, em especial, nos momentos mais difíceis.

À Adelma, minha orientadora, pelos esclarecimentos e exemplo de vitalidade e dedicação.

À Bete, pela amizade, pela escuta e pelas palavras de incentivo, que foram fundamentais para mim.

Ao Lucivaldo e à Ingrid, pela valiosa ajuda e pelos momentos compartilhados durante nossa trajetória no mestrado.

À Érica, pela sensibilidade e prontidão em colaborar.

À Diana Belém, pelo envio de sua dissertação e pelo carinho recebido.

À Ana Paula, pela importante contribuição e interesse em compartilhar conhecimentos.

Ao Cláudio Cruz, pela gentileza e pelas observações que muito me ajudaram.

Ao Nelson, pela disponibilidade e contribuições para o enriquecimento do conteúdo filosófico da dissertação.

À Allyne, Naoko, Paloma e Melchisedech, pelo apoio no começo do trabalho.

À Cíntia Lavratti e Edilza Lobato, pelas indicações e repasse de material bibliográfico.

À Jesiane, pelas conversas amigas e interesse verdadeiro que sempre me dedicou.

À Auxiliadora e à Núbia, que cuidaram com carinho e dedicação do meu filho, nos momentos que não pude estar presente.

À Isabele, pelo apoio sem restrições sempre que solicitada.

À Tainã, pela importante ajuda nos momentos finais do trabalho.

À Daniele Vasco, pelos telefonemas e distraídas conversas.

Aos amigos e familiares, pelas palavras de força e incentivo.

Ao Ney, pela organização na secretaria do programa e pelo carinho recebido.

Aos professores e colegas do mestrado, pelo aprendizado e trocas de experiências.

A Iza, minha mãe, pela atenção afetuosa que recebi nos dias em que precisei de sua casa para estudar e escrever esta dissertação.

Ao Matheus, meu filho amado, que com seu lindo sorriso e com sua alegria contagiante, ilumina meu cotidiano, renova minhas esperanças e ensina-me a desfrutar as coisas simples da vida.

PARA SER GRANDE, sê inteiro: nada
Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda
Brilha, porque alta vive.

Fernando Pessoa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PSICOLOGIA E FENOMENOLOGIA EXISTENCIAL HERMENÊUTICA: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL	18
2.1 A FENOMENOLOGIA SEGUNDO HUSSERL	19
2.2 FENOMENOLOGIA EM MARTIN HEIDEGGER	23
2.3 A PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA	32
2.4 ALGUMAS APROXIMAÇÕES DA PSICOLOGIA COM A FENOMENOLOGIA HEIDEGGERIANA	39
3 MATRIZES EPISTEMOLÓGICAS DA PSICOTERAPIA CENTRADA NA PESSOA E GESTALT-TERAPIA	43
3.1 MATRIZ EPISTEMOLÓGICA DA PSICOTERAPIA CENTRADA NA PESSOA	44
3.1.1 Categorias conceituais da matriz	48
3.1.1.1 Psicoterapia Não-diretiva	48
3.1.1.2 Psicoterapia Reflexiva ou Centrada no Cliente	51
3.1.1.3 Psicoterapia Experiencial ou Centrada na Pessoa	65
3.1.2 Propostas de re-configurações da matriz epistemológica da psicoterapia centrada na pessoa	79
3.2 MATRIZ EPISTEMOLÓGICA DA GESTALT-TERAPIA	91
3.2.1. Categorias conceituais da matriz – gt	98
3.2.2. Propostas de re-configurações da matriz epistemológica da gestalt-terapia	109
4 UMA ESTRADA PROMISSORA: A CONSTRUÇÃO DO DIÁLOGO ENTRE PSICOTERAPIA E FENOMENOLOGIA	114
REFERÊNCIAS	119
ANEXOS	

RESUMO

Este estudo consiste em uma pesquisa teórica que objetiva desenvolver reflexões críticas sobre as bases epistemológicas da terapia centrada na pessoa e da gestalt-terapia, configuradas nas matrizes conceituais elaboradas por Carl Rogers e por Frederick Perls. Analisa algumas re-configurações teóricas dessas psicoterapias propostas por autores brasileiros a partir da articulação com determinados conceitos da fenomenologia de Martin Heidegger. As teorias psicoterápicas, de um modo geral, ainda mantêm uma concepção de sujeito abstrato e descontextualizado historicamente. O mundo hoje nos coloca diante de grandes desafios, em que são necessárias novas formas de compreensão da existência humana e um fazer clínico que dê suporte aos sofrimentos do homem contemporâneo. O percurso metodológico utilizado no estudo constou de: 1. Seleção de textos clássicos para compor as matrizes epistemológicas das psicoterapias centrada na pessoa e gestáltica; 2. Triagem de material produzido por autores que apresentam análise crítica referente ao tema; 3. Sistematização de categorias conceituais da matriz das respectivas psicoterapias; 4. Análise e discussão de alguns temas presentes em publicações nacionais que indicam pontos de re-configurações das matrizes. Dentre os indicativos apontados pelos autores investigados, foi possível destacar: a necessidade de incluir na teoria centrada na pessoa, o *estranho*, à *falta*, como condição de possibilidade da existência; superação do conceito de *essência*, na teoria gestáltica; ressonâncias da concepção heideggeriana de *angústia* para a prática clínica, já que esta não é concebida enquanto um sintoma psicopatológico a ser extinto ou um distúrbio funcional; assim como dos conceitos de *abertura* e *cuidado*, que possibilita pensar a função terapêutica como a de ajudar o cliente a interpretar-se a si mesmo, devolvendo-o ao seu próprio cuidado de maneira mais livre e responsável. Concluímos que, apesar da necessidade de mais estudos a respeito do tema, já há na atualidade um movimento por parte de alguns psicólogos em lançar um olhar contemporâneo sobre a terapia centrada na pessoa e gestáltica, afastando-se de uma concepção essencialista de sujeito e de uma subjetividade enclausurada.

Palavras-chave: Terapia Centrada na Pessoa, Gestalt-terapia, Fenomenologia, Epistemologia.

ABSTRACT

This study consists on a theoretical research which aims to develop critical reflections on the epistemological bases of the person centered therapy and of the gestalt-therapy configured in the conceptual matrices elaborated by Carl Rogers and by Frederick Perls. It analyzes some psychotherapies' theoretical new configurations proposed by Brazilian authors, starting from the articulation with Martin Heidegger's certain phenomenology concepts. The psychotherapeutic theories, in general, still maintain a conception of abstract existence out of the historical context. The world today puts us before great challenges, so it is necessary new ways of understanding the human existence and a clinical labor which gives support to the contemporary man's sufferings. The methodological path used in the study consists of: 1. selection of classic texts to compose the epistemological matrices of the person centered therapy and gestalt; 2. selection of material produced by authors that present critical analysis regarding the theme; 3. systemization of conceptual categories of the matrix of the respective psychotherapies; 4. analysis and discussion of some present themes in national publications which indicate points of new configurations of the matrices. Among the indicatives pointed by the investigated authors, it was possible to highlight: the need to include the stranger, the lack, in the person centered therapy as condition of possibility of the existence; overcoming the essence concept in the gestalt therapy; Heidegger's anguish concept resonances for the clinical practice, since that is not understood as a psychopathological symptom to be extinct or a functional disturbance; the opening and care concepts as well which make possible to think the therapeutic function as an aid to the customer to interpret himself, returning to his own care in a free and responsible way. We have come to the conclusion that although more studies regarding the theme are needed, there is already, at the present time, a movement on the part of some psychologists in throwing a contemporary glance on the person centered therapy and gestalt, standing away from an essentialist conception of subject and of a cloistered subjectivity.

Key words: Person Centered Therapy, Gestalt-therapy, Phenomenology, Epistemology.

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela discussão epistemológica e filosófica da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) e da Gestalt-terapia (GT) surgiu a partir do intercâmbio com profissionais das respectivas áreas, tanto em grupos de estudo, conversas informais ou encontros acadêmicos, em que pude perceber que tal temática sempre era geradora de inquietações e questionamentos, nem sempre, para mim, esclarecidos a contento.

Meu primeiro contato com essas abordagens ocorreu durante minha graduação em Psicologia na Universidade Federal do Pará (UFPA). Por intermédio do professor Francisco Bordin, tive a oportunidade de estudar e vivenciar alguns pressupostos de base humanista-fenomenológico-existenciais, pouco presentes nas disciplinas do curso. Em função disso, a ênfase das reflexões recaía sobre os principais conceitos teóricos e sua aplicabilidade na prática clínica e nas relações de ajuda de um modo geral. Nesta época, fascinei-me com essas possibilidades, uma vez que elas divergiam de tudo que vinha sendo apresentado na formação.

Com o amadurecimento profissional, e dado a minha inserção enquanto docente na UFPA, e posteriormente na Universidade da Amazônia (UNAMA), ampliei minhas perspectivas e senso crítico. As experiências vivenciadas na relação terapêutica e nos momentos de intervenção clínica dos alunos-estagiários possibilitaram-me atualizar práticas e conhecimentos, já que os fenômenos psicológicos experienciados pelas pessoas atualmente exigem de nós, profissionais, grandes desafios, não sendo possível nos contentarmos com conhecimentos produzidos em contextos sócio-culturais distintos, sem apropriá-los ou reconstruí-los sob novas bases.

Ainda é muito presente nas teorias psicoterápicas, de um modo geral, uma concepção de sujeito abstrato e descontextualizado historicamente, o que dificulta a emergência de um novo fazer clínico que inclui o contexto social em que o sujeito está inserido e no qual o psicólogo norteia-se pelo compromisso ético mais do que por uma teoria específica. Tal postura implica necessariamente em revisões nos referenciais teóricos que subsidiam as práticas clínicas (DUTRA, 2004).

Considero importante analisar o processo de construção de conhecimento, em especial, no âmbito da psicoterapia centrada na pessoa e da gestalt-terapia, assim como refletir sobre os momentos de inflexão ocorridos no contexto teórico e metodológico destas perspectivas. Por conseguinte, pode-se apontar tanto as necessidades de revisão conceitual quanto as contribuições que essas abordagens são capazes de oferecer à atuação do psicólogo diante da complexidade dos fenômenos humanos contemporâneos.

A motivação para o estudo, portanto, derivou do interesse em ampliar conhecimentos sobre o modelo epistemológico e os sistemas filosóficos que embasam essas abordagens psicológicas e a minha própria prática profissional enquanto docente, psicoterapeuta e supervisora clínica.

Uma segunda motivação foi verificar, em algumas produções acadêmicas e trabalhos de pesquisa, a pouca criticidade aos pressupostos norteadores dessas psicoterapias, gerando, por vezes, um imobilismo teórico, com repercussões na prática clínica. Além de identificar em muitos estudos um enfoque descontextualizado e fragmentado de determinados conceitos filosóficos, não os relacionando à atividade empírica da psicologia. Tal procedimento pode gerar contradições conceituais e obscurecer o entendimento acerca das contribuições que a fenomenologia pode oferecer ao trabalho do psicólogo que se utiliza desta

perspectiva como uma alternativa para a investigação e compreensão da experiência humana.

Esta dissertação objetiva desenvolver reflexões críticas através da problematização das bases epistemológicas da terapia centrada na pessoa e da gestalt-terapia a partir da posição que alguns psicólogos assumem na literatura nacional sobre o tema.

Nesta empreitada, identifiquei que alguns autores usam certos conceitos originados da fenomenologia heideggeriana para subsidiar a articulação das teses que elaboram sobre as psicoterapias. A escolha deste filósofo, e não de representantes de outras correntes da fenomenologia que também são citados na literatura, foi devido à sua inserção no projeto da contemporaneidade, o que pode trazer contribuições para as reflexões da psicologia, em particular, da prática clínica. Conceitos tais como ser-no-mundo, abertura, angústia e cuidado são frequentemente citados por autores da psicologia.

Ao desenvolver o trabalho, foi necessário transitar e dialogar entre saberes distintos, porém articulados entre si: psicologia, filosofia e epistemologia. Para Japiassu (1992), falar de epistemologia é uma tarefa complexa e polêmica, pois há uma diversidade de trabalhos e de perspectivas sobre esse tema. Ela significa, etimologicamente, discurso (*logos*) sobre a ciência (*episteme*). De um modo geral, é definida como o estudo metódico e reflexivo do saber, de suas origens e de sua estrutura. A expressão “Saber”, aqui, possui um sentido mais amplo que o termo ciência, já que envolve tanto os saberes “especulativos”, não-científicos, quanto os “não-especulativos” ou científicos.

Todavia, a ciência, por si só, não existe; ela é fruto da interação, das negociações e da prática dos cientistas. O que temos são sistemas de

conhecimentos específicos, em evolução permanente. Conforme Japiassu (1992), o conhecimento pode ser abordado enquanto um *conhecimento estado* ou um *conhecimento processo*. Na modalidade processual, a ciência é concebida não como produtora de verdades absolutas e universais, mas como algo em construção e estruturação progressiva, podendo com isso refazer seus fundamentos através da teoria e da *práxis*.

No cenário epistemológico contemporâneo, o conhecimento é concebido na sua descontinuidade, complexidade e diversidade de interesses. Apresenta-se não mais como algo linear e fragmentado, mas enquanto uma rede de conhecimentos que se interligam e ultrapassam fronteiras epistemológicas. Ele é produzido ininterruptamente por meio dessas articulações, pois é um processo histórico, que está sujeito à contínua reelaboração (ABREU JUNIOR, 1996).

Assim sendo, o pensamento pós-moderno valida outras bases epistemológicas, o que repercute nas práticas decorrentes das diversas ciências. Neste contexto, o conhecimento psicológico ancora-se no domínio da intersubjetividade, afastando-se de uma perspectiva universal e essencialista. Abre-se à interlocução com outros saberes, orientado pela diversidade de teorias e práticas, uma vez que considera a transitoriedade e o caráter processual do conhecimento.

Por reconhecer a importância de contribuir no processo de atualização das teorias psicoterápicas a fim de que elas possam acompanhar os novos fenômenos psicológicos que se descortinam, incessantemente, nos dias atuais, é que busquei inicialmente refletir como se desenvolveram a teoria e o método das terapias centrada na pessoa e gestáltica, configuradas na matriz conceitual elaborada por Carl Rogers (1902-1987) e Fritz Perls (1893-1970), respectivamente, para então,

problematizar essas bases epistemológicas e analisar algumas re-configurações teóricas dessas psicoterapias propostas por autores brasileiros a partir da articulação com determinados conceitos da fenomenologia de Heidegger.

Para desenvolver a reflexão crítica, organizei a pesquisa teórica com o seguinte percurso metodológico:

a) constituição de um acervo bibliográfico, em que foram selecionados textos clássicos para compor a matriz epistemológica da terapia centrada na pessoa e da gestalt-terapia; triagem de material produzido por autores brasileiros que apresentam análise crítica dessas psicoterapias;

b) após leitura criteriosa do material, sistematizei categorias conceituais da matriz das respectivas psicoterapias, totalizando 20 categorias relacionadas à terapia centrada na pessoa e 13 categorias referentes à gestalt-terapia. Para tal, utilizei como referência a proposta de Hart (1970) que classificou três etapas no modelo psicoterápico da ACP: *psicoterapia não-diretiva* (1940-50); *psicoterapia reflexiva ou centrada no cliente* (1950-57) e *psicoterapia experiencial* (1957-70) e as orientações de Pimentel (2003a) sobre as fases da GT: *tecnicista* (anos 50, em que surgiu na forma de sistema terapêutico ligada a Perls, enfatizava as vivências; anos 60, da contracultura e oposição ao psicodiagnóstico padronizado. No Brasil, somente no final dos anos 80); *retomada das bases fenomenológicas*, a procura de incluir temas considerados tabus: psicodiagnóstico e estados psicóticos, por exemplo; e *atualmente*, a produção de pesquisas qualitativas, no cenário internacional e nacional;

c) em seguida, procedi à análise de alguns textos da psicologia que se utilizam de certas premissas elaboradas pela fenomenologia de Heidegger;

d) por fim, analisei os textos de autores brasileiros que propõem reconfigurações da matriz epistemológica da psicoterapia centrada na pessoa e da gestalt-terapia. Como já dito, o critério utilizado para a seleção do material foi à articulação feita pelos autores entre essas matrizes e alguns conceitos da fenomenologia de Heidegger. Pensei, num primeiro momento, em selecionar vários autores por períodos distintos em termos de publicação. Mas em virtude da pouca produção a respeito, optei por realizar a análise independentemente desses aspectos, ou seja, a discussão foi pautada nas produções literárias acerca do tema encontradas em: dissertações, teses, periódicos, trabalhos apresentados em encontro e livros.

Foi possível identificar alguns pontos convergentes entre os temas anunciados pelos autores, dentre eles: *centralidade, angústia, autenticidade e essência*. Estes foram sistematizados através das inter-relações entre as perspectivas psicológicas e filosóficas.

Sem intenção de esgotar o debate epistemológico ou filosófico, e com reconhecimento da amplitude e da complexidade do objetivo proposto, é que me lancei a esse desafio no intuito de poder colaborar com a discussão já presente na comunidade brasileira de psicólogos que se vale das Abordagens Centrada na Pessoa e Gestáltica.

A estrutura da dissertação compreende:

Primeiro capítulo – *Psicologia e Fenomenologia Existencial Hermenêutica: uma articulação possível* – contém uma síntese geral das significações etimológicas e das origens da fenomenologia com E. Husserl para, posteriormente, apresentar alguns conceitos da perspectiva fenomenológica de M. Heidegger, bem como algumas reflexões feitas por psicólogos das ressonâncias deste sistema filosófico na

compreensão da experiência humana, em especial, na prática clínica. Estas considerações serviram de subsídios para a análise apresentada nos capítulos posteriores.

Segundo capítulo – *Matrizes Epistemológicas da Psicoterapia Centrada na Pessoa e Gestalt-terapia* - descreve e analisa a teoria e o método desses modelos psicoterápicos, através da sistematização de categorias conceituais que compõem as matrizes, contextualizando-as nos diversos períodos de evolução da psicoterapia proposta por Carl Rogers; e de modo geral, a conjuntura histórica da gestalt-terapia com seus principais fundadores e atualizadores. A seguir, discute alguns temas presentes em publicações nacionais que parecem indicar pontos de re-configurações das matrizes com base na articulação destas com alguns conceitos da fenomenologia existencial heideggeriana.

Terceiro capítulo – *Uma Estrada Promissora: a construção do diálogo entre psicoterapia e fenomenologia* - Considerações finais acerca das possibilidades que a epistemologia fenomenológica existencial hermenêutica abre à atualização das teorias psicoterápicas estudadas.

2 PSICOLOGIA E FENOMENOLOGIA EXISTENCIAL HERMENÊUTICA: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL

Este capítulo objetiva discutir as possibilidades de articulação da fenomenologia, em especial de Heidegger, com a psicologia. Para isso, partiremos da apresentação, em suas origens com Husserl, das bases fundamentais da fenomenologia moderna para, posteriormente, tratarmos da perspectiva fenomenológica existencial hermenêutica de M. Heidegger que, através de suas ressonâncias, pode oferecer à psicologia novas possibilidades de se pensar o sentido da experiência humana concreta no mundo.

Esta aproximação entre psicologia e fenomenologia não é uma tarefa fácil, uma vez que são formas distintas de se pensar a existência humana. Enquanto a psicologia trata do homem psicológico, empírico, em uma perspectiva ôntica, a filosofia, em seus diversos sistemas teóricos, incluindo aí mais especificamente a fenomenologia, dedica-se, entre outras questões, à problematização do ser, em uma perspectiva ontológica. Apesar disso, acreditamos ser possível uma articulação entre esses dois saberes, pois como nos alerta Belém (2004, p.74): “o pensamento filosófico nos permite uma interlocução sobre a condição humana, matéria prima do fazer clínico”.

O contexto contemporâneo nos exige uma ampliação tanto na prática clínica quanto nas possibilidades de interlocução, uma vez que a ciência objetiva não é mais concebida como o único meio de compreensão da realidade vivida pelos indivíduos. Há uma multiplicidade de caminhos e conhecimentos possíveis, e os empreendimentos filosóficos são um deles. Neste cenário, considerando os

desdobramentos teóricos e metodológicos das teorias psicológicas, a fenomenologia hermenêutica representa um convite a esta ampliação.

2.1 A FENOMENOLOGIA SEGUNDO HUSSERL

Fenomenologia advém de duas palavras gregas: *phainomenon* e *logos*. *Phainomenon* (fenômeno) corresponde a tudo aquilo que aparece, que se manifesta e que pode ser percebido, captado pelos sentidos ou pela consciência. *Logos* é entendido como o discurso esclarecedor. Assim, etimologicamente, fenomenologia significa o discurso esclarecedor a respeito daquilo que se mostra por si mesmo. De um modo geral, é compreendida como o estudo ou a ciência do fenômeno.

É provável que o termo fenomenologia tenha sido cunhado pela escola de Christian Wolff, sendo que J. H. Lambert (1728-1777), discípulo de Wolff, utiliza-o, pela primeira vez, como título da quarta parte do seu *Novo Organun* (1764), referindo-se à fenomenologia como a teoria da ilusão sob suas diferentes formas (DARTIGUES, 1992; ABBAGNANO, 2003).

Ainda que existam concepções distintas de fenomenologia, este conceito ainda permanece bastante associado a Edmund Husserl (1859-1938). O caráter formal de uma nova epistemologia surgiu ao final do século XIX, na Alemanha.

Mesmo diante da dificuldade em realizá-lo de forma resumida, cabe tecer breves apontamentos a cerca da fenomenologia husserliana, pois ela exerceu influência sobre a filosofia de Heidegger, dentre outros renomados pensadores do século XX.

De acordo com Zilles (2002, p.13), a fenomenologia husserliana, “é, em primeiro lugar, uma *atitude* ou *postura* filosófica e, em segundo lugar, um movimento de idéias com *método* próprio, visando sempre o rigor radical do conhecimento”. Husserl, atento aos problemas do conhecimento, busca encontrar um método e um ponto de partida para a Filosofia enquanto ‘ciência do rigor’.

O desenvolvimento das idéias de Husserl foi precedido por um acontecimento histórico que ocorreu ao final do século XIX: declínio dos grandes sistemas filosóficos tradicionais e ascensão das Ciências, em particular a matemática e a psicologia, que se converteram na chave das explicações da teoria do conhecimento e da lógica. Husserl questionou a pretensão da psicologia da época submeter o modo de conhecer aos seus princípios, dedicando-se a encontrar um método de conhecimento rigoroso que servisse de fundamento às demais Ciências (CAPALBO, 1987).

Leitores das obras de Husserl delimitam períodos para caracterizar a evolução de seu pensamento. Lanteri-Laura (1965), por exemplo, classifica quatro etapas:

1. *Lógica*, caracterizada por preocupações epistemológicas relacionadas aos fundamentos da lógica, em que ele se preocupou em distinguir atividade psíquica daquilo a que ela se referia (objeto), demonstrando os domínios separados da psicologia e das matemáticas; portanto, iniciou a tentativa de construção de um método descritivo geral.

2. *Fenomenológica propriamente dita*, em que buscou elaborar uma filosofia rigorosa, e examinar os problemas do conhecimento e da significação. Seu interesse voltou-se para a descrição da atividade psíquica em si mesma, em que um mundo

está presente e dele tem-se uma experiência primitiva, anterior a toda reflexão, como se apresenta à consciência como puro fenômeno¹.

3. *Idealismo transcendental*². Neste período, Husserl buscou demonstrar como o sujeito transcendental constrói sua própria representação e opera a expressão do sentido, enquanto sujeito de conhecimento, autônomo que reflete e conhece suas possibilidades e limites. Da mesma forma, como este sujeito transcendental pode ter a experiência de um mundo objetivo, que transcenda sua atividade representativa, e onde se manifestam os outros sujeitos distintos dele, situados no pólo da intersubjetividade.

4. *Quarto período que envolve os anos de 1934-37*. Sustentou a posição idealista transcendental, anteriormente defendida, e relacionou a crise das ciências com a crise da cultura contemporânea. Repeliu a herança histórica do objetivismo científico³, apontando a fenomenologia como possibilidade de superação dessa crise. Para Husserl (2002), a crise europeia das primeiras décadas do século XX se expressa como consequência de uma espécie de inflação valorativa do racionalismo.

Nesta fase, ele tentou integrar a polaridade sujeito-objeto no mundo da vida como horizonte⁴ do conhecimento e como suporte das ciências. Entretanto, como nas outras fases, continuou em busca de um saber apodítico (inquestionável)

¹ Fenômeno: inclui todas as formas como as coisas são dadas à consciência (percepção, desejo, pensamento, sentimento, vontade,..); aparência de algo intuído, julgado, temido, imaginado, fantasiado; dados imediatos, anteriores, as teorias e conceitos.

² Idealismo: Doutrina que propõe que na consciência subjetiva estão as condições da realidade (ABBAGNANO, 2003, p.972).

Transcendental: qualquer atividade ou elemento da consciência de que dependa a afirmação ou a posição da realidade objetiva. Em Husserl, especificamente, qualifica-se de T. a experiência fenomenológica ou a reflexão que a ocasiona (ABBAGNANO, 2003, p.972).

³ O mundo expresso no modelo científico, a partir da razão moderna, é um mundo mutilado que empobrece a realidade rica e complexa do mundo ordinário e cotidiano dos homens, o campo das experiências pré-científicas e pré-categoriais designado como o *mundo da vida* (*Lebenswelt*), construído pelo homem, pela história, linguagem e cultura.

⁴ A categoria *horizonte* constitui uma totalidade aberta e viva em que cada experiência, dado ou palavra se encontra num nexos global de sentido proveniente da intencionalidade subjetiva (ZILLES, 2002, p.51)

e de seus fundamentos. Em suas últimas publicações revelou-se desiludido por não ter conseguido alcançar seu intento. Cito as próprias palavras de Husserl: *Filosofia como ciência séria, rigorosa, apoditicamente rigorosa – sonho que se desfez* (HUSSERL, 1954 *apud* FORGHIERI, 1993, p.21). Esta asserção demonstra o caráter inacabado da Fenomenologia.

Dentre os principais conceitos desenvolvidos por Husserl, destacam-se: essência, redução e intencionalidade. Por *essências*⁵, entende-se as maneiras características do aparecer dos fenômenos; são conceitos, objetos ideais que nos permitem distinguir e classificar os fatos. Referem-se ao sentido do ser do fenômeno; independem da experiência sensível, muito embora se dando através dela (ZILLES, 2002). Segundo Dartigues (1992, p.16), essência é o ser da coisa ou da qualidade, isto é, um puro possível; em conseqüência, poderá haver tantas essências quantas significações nosso espírito é capaz de produzir.

Quanto à *redução* ou *epoqué*⁶, ela aparece sob diversas formas, acompanhando a evolução do pensamento de Husserl. Num primeiro momento, quando acreditava que a existência era separável do sentido das coisas, entendia a redução como a colocação entre parênteses, o colocar de lado a existência factual das coisas para se evidenciar a essência. Tal concepção estava compatível com um contexto, racionalista, que considerava a consciência enquanto interioridade, fechada em si mesmo, que representa um “exterior”. Um segundo aspecto da redução manifesta-se no lema “voltar às coisas mesmas”, tais como aparecem antes de qualquer apreensão, uma espécie de retorno ao elemento puro como fundamento do conhecimento. Com o tempo, esta visão de consciência enquanto representação

⁵ Essência ou *eidos*: estrutura invariante cuja presença permanente define o que é o objeto.

⁶ O termo *epoqué* já significa *redução*, por isso, os dois termos são empregados, geralmente, por Husserl como equivalentes (ZILLES, 2002, p.36).

se tornará superada a partir da noção de *intencionalidade* (MARTINS e DICHTCHEKENIAN, 1984).

Para Husserl (s.d, p.21), “a propriedade fundamental dos modos de consciência [...] é a chamada intencionalidade, é sempre ter consciência de alguma coisa”. Zilles (2002, p.31) explica que a intencionalidade fenomenológica é “visada de consciência e produção de um sentido que permite perceber os fenômenos em seu teor vivido”. É o que Husserl denomina de análise intencional.

Considerando a limitação do idealismo transcendental husserliano enquanto método de compreensão do vivido humano na realidade concreta do mundo, em que o sujeito é concebido como um ente puro, cuja consciência determina as condições da realidade, passamos a desenhar um breve apanhado das contribuições metodológicas heideggerianas, pois as consideramos como uma alternativa válida para entender os diversos modos do existir do homem no contexto contemporâneo, uma vez que a existência é compreendida na relação intrínseca com o mundo.

2.2 FENOMENOLOGIA EM MARTIN HEIDEGGER

Adentrar no universo filosófico de um pensador como Martin Heidegger (1889-1976), antes de tudo, é um desafio permeado de surpresas e dificuldades. Exige leituras atentas e contextualizadas. Não temos aqui a mínima pretensão de afirmar que conseguimos realizar tal intento. Mas, ao contrário, esclarecer que nos limitaremos a apresentar, de modo geral, apenas alguns conceitos que mais tem interessados aos psicólogos.

Nascido na Alemanha, discípulo de Husserl, é um dos poucos filósofos contemporâneos cuja produção apresenta singular crescimento póstumo, uma vez que ele morreu deixando uma grande quantidade de inéditos que começaram a ser editados a partir de 1978, o que gerou uma terceira fase de seu pensamento (NUNES, 2002).

Ser e Tempo (1927), obra inacabada de M. Heidegger, tem como problema central a questão do sentido do ser, uma vez que este nunca havia sido tematizado dentro da tradição filosófica, segundo o autor, que sempre esteve voltada para o ente enquanto ente⁷, seja concebido como sujeito, seja associado à realidade, já na modernidade, como objeto. É por meio desta aproximação ao sentido do ser que se estabelece a possibilidade de compreensão das estruturas constitutivas mais fundamentais dos entes de uma forma geral.

Heidegger reinterpreto o método oriundo da fenomenologia de Husserl, na busca do sentido das coisas, em íntima relação com a hermenêutica. Para ele, existir é interpretar-se. O recurso hermenêutico faz-se necessário para o aparecer e o desvelar do fenômeno (NUNES, 2002; BRUNS e TRINDADE, 2001).

Na elaboração de *Ser e Tempo*, para viabilizar o objetivo de questionamento do sentido do ser, o autor estrutura, de modo original, conceitos que posteriormente despertaram interesse em teóricos e profissionais de diferentes áreas das ciências humanas. Evidenciaremos neste trabalho àqueles que mais frequentemente têm sido referenciados por psicólogos: *ser-no-mundo, angústia, abertura e cuidado*.

⁷ “[...] Ente é tudo de que falamos, tudo que entendemos [...] ente é também o que e como nós mesmos somos.” (HEIDEGGER, 2005. p.32)

a. Ser-no-mundo

Heidegger buscou romper com a concepção do ser como conceito vazio e universal. Na sua investigação, distinguiu a estrutura do ser da do ente, mesmo ao considerar que a determinação do ente só é possível por meio do sentido do ser deste ente, ou seja, o que importa é o ente a partir do sentido do ser. Na perspectiva heideggeriana este ente que inicia concretamente a saída para o ser é o *dasein*⁸, único dentre todos os entes capaz de se voltar para a questão do ser, tematizando-a, mesmo que de forma vaga e imediata. Este ente que somos nós promove o desvelamento dessa estrutura fundamental de sentido.

Esse ente que cada um de nós somos e que, entre outras, possui em seu ser a possibilidade de questionar, nós o designamos com o termo *pre-sença*. A colocação explícita e transparente da questão sobre o sentido do ser requer uma explicação prévia e adequada de um ente (*pre-sença*) no tocante a seu ser (HEIDEGGER, 2005, p. 33, grifo do autor).

O *dasein* sempre se relaciona de formas distintas com os entes, em virtude do seu caráter dinâmico, em constante movimento, que está *sendo*, numa espécie de acontecendo contínuo conforme a possibilidade existencial vivenciada. Esse caráter pré-ontológico, determinação original e constitutiva do próprio *dasein*, permite que venha a se expressar com relação aos entes de múltiplas maneiras, com várias possibilidades. Essa amplitude de modos de ação corresponde ao caráter de existência, característico do *dasein*.

Belém (2004, p. 95) esclarece que o *dasein* “se identifica com o homem, mas não é o homem. É dizer o mais originário do homem, que, ontologicamente é a sua existência”. O ser-aí diz de um “ser lançado em um mundo cujo estar presente implica na possibilidade da existência”.

⁸ A edição brasileira traduz o *dasein* como *pre-sença*. *Dasein* é uma expressão alemã que literalmente significa “ser-aí”. Não é sinônimo de existência nem de homem.

Para Heidegger (2005, p. 244) “o estar-lançado, porém, é o modo de ser de um ente que sempre *é* suas próprias possibilidades e isso de tal maneira que ele se compreende nessas possibilidades e a partir delas (projeta-se para elas)”.

Com isso, pode-se dizer que o *dasein* é possibilidade lançada ao mundo. A esta estrutura do *dasein* de ser lançado, Heidegger nomeou de facticidade da existência. “O *dasein* se entrega à responsabilidade de assumir o seu próprio ser e, sendo se relaciona com ele e se comporta com o seu ser como possibilidade mais própria” (BELÉM, 2004, p.97).

O conceito de facticidade abriga em si o ser-no-mundo de um ente “intramundano”, de maneira que este ente possa ser compreendido como algo, que, em seu “destino”, está ligado ao ser daquele ente que lhe vem ao encontro dentro de seu próprio mundo (HEIDEGGER, 2005, p.94)

Desta forma, pelo seu caráter existencial e promotor de sentido, o *dasein* é principalmente *ser-no-mundo*. O acesso do ente à existência tem como condição primária o mundo⁹, estrutura fundamental pertencente exclusivamente ao *dasein*, onde se dá o ingresso dos entes diferentes de nós.

Heidegger (2005, p.77) considera que:

A “essência” da pre-sença está em sua existência [...] O ser-no-mundo não é uma “propriedade” que a pre-sença às vezes apresenta e outras não [...] os outros entes só podem deparar-se “com” a pre-sença na medida em que conseguem mostrar-se, por si mesmos, dentro de um mundo.

A existência humana, então, não teria uma vida privada, precedente, que depois, se relacionaria com o mundo exterior; ela existe no mundo. É o que nos diz Nunes (2004, p.126):

⁹ “Mundo é uma dimensão constitutiva do próprio *dasein*. O homem é o seu mundo, à medida que o mundo faz parte do seu próprio ser” (ADVÍNCULA, 2001a, p.141).

O *Dasein* (enquanto Ser-no-mundo) não está para o mundo como uma coisa encaixada dentro de outra maior, mas sim que ao mundo se liga sob forma de um engajamento pré-reflexivo, integrante da constituição mesma desse ente que somos.

Em lugar da consciência pura do 'eu transcendental', Heidegger partiu da facticidade no mundo, da vida que é histórica e se compreende historicamente. A essência da existência humana é existir em pluralidade, e não em si mesma, uma vez que ela pertence a um mundo circundante, com sua estrutura referencial de utensílios e com a co-presença dos outros. O homem, enquanto, ser-no-mundo, é compreendido no seu próprio existir, pois o existente só pode se compreender em sua relação com o mundo (LANTERI-LAURA, 1965).

A expressão ser-no-mundo refere-se a um fenômeno de unidade que abrange os seguintes momentos estruturais: a) *ser-em*, que não indica uma coisa, um ser simplesmente dado, dentro do mundo, mas se refere a uma constituição existencial, a um habitar em, estar familiarizado com; “o ser-em é, pois, a expressão do ser da pre-sença que possui a constituição essencial de ser-no-mundo” (HEIDEGGER, 2005, p.92); b) *ser-junto* ao mundo, no sentido de empenhar-se no mundo e não dar-se em conjunto de coisas que ocorrem; c) *ser-com*, em que a co-presença dos outros constitui existencialmente o ser-no-mundo, pois, conforme afirma Heidegger (2005, p.170): “na base desse ser-no-mundo *determinado pelo com*, o mundo é sempre o mundo compartilhado com os outros”; d) *ser-próprio cotidiano e o impessoal* significa que o ser-no-mundo é sempre em função de si próprio, porém o *próprio* do cotidiano, habitual é o impróprio ou *próprio impessoal* caracterizado pela dispersão e impessoalidade, em que o *si-mesmo* é aprendido como *próprio*, uma vez que

[...] De início, “eu” não “sou” no sentido do propriamente si mesmo e sim os outros nos moldes do impessoal. É a partir deste e como este que, de início,

eu “sou dado” a mim mesmo. Quando a pre-sença descobre o mundo e o aproxima de si mesma, quando ela abre para si mesma seu próprio ser, este descobrimento de “mundo” e esta abertura da pre-sença se cumprem e realizam como uma eliminação das obstruções, encobrimentos, obscurecimentos, como um romper das deturpações em que a pre-sença se tranca contra si mesma (HEIDEGGER, 2005, p.182).

A impropriedade do *dasein*, porém, não diz “ser” menos nem um grau “inferior” de ser e sua interpretação também não pode ser feita pela diferença de um modo determinado de existir (HEIDEGGER, 2005).

b. Angústia

Quanto à determinação da existência outro aspecto importante é o que Heidegger denomina de *decaída*, também traduzida por decadência, ou seja, o desvio de si, o de-cair no mundo das ocupações, a fuga da existência que está fundada na *angústia*. Heidegger, inspirado em Kierkegaard, não conceitua a angústia como uma experiência disfuncional, um estado ou uma propensão, mas a concebe enquanto uma disposição fundamental da existência; como aquilo que se teme, mas, que, ao mesmo tempo, se deseja. É na angústia que a existência abre-se a si mesmo.

O *dasein* por apresentar diversas possibilidades de concretizar-se, oscila entre fechamento para si e abertura, entre o próprio impessoal e o próprio pessoal; possui um modo de ser em que já se põe diante de si mesmo e se abre para si em seu estar-lançado. A angústia, como disposição constitutiva, é que irá propiciar a abertura para si do *dasein*, uma saída da cotidianidade, uma independência dos outros, uma ruptura consigo, com o que se é cotidianamente, com a estabilidade. Esta disposição para a abertura não significa um voltar-se para si subjetivo, mas caracteriza-se pelo ser a si mesmo, com as coisas e com os outros. Como é uma

disposição não se equivale à abertura; ela é um *entre* fechamento e abertura, porém, ainda que permeado de cotidianidade, está voltado para o não-cotidiano.

O caráter de fuga de si mesmo baseado no *temor* significa o *retirar-se* do que é ameaçador, isto é, de algo intramundano. Na angústia, o *dasein desvia-se* de si mesmo. Assim, a angústia se angustia com o ser-no-mundo enquanto tal; ela faz com que a existência se dirija contra si mesma, daí porque, neste sentido, o *desviar-se* não possui o caráter de fuga, pois o com quem da angústia é inteiramente indeterminado.

Por sermos ser-no-mundo nos voltamos para as coisas, para algo que nos escapa. Essa ausência da coisa é o *nada*, que se revela em parte alguma, com que a angústia se angustia. Daí porque estamos sempre tendendo à cotidianidade, nos voltando aos entes, para compensar o mal-estar.

A angústia não é somente angústia com... mas, enquanto disposição, é também *angústia por...* O por quem a angústia se angustia não é um modo *determinado* de ser e uma possibilidade da pre-sença [...] Na angústia o que se encontra à mão no mundo circundante, ou seja, o ente intramundano em geral, se perde [...] na angústia se está “*estranho*” [...] Mas, estranheza significa igualmente “não se sentir em casa” (HEIDEGGER, 2005, p.251-252, grifos do autor).

c. Abertura

O “não se sentir em casa”, enquanto fenômeno mais originário, faz com que o *dasein* abra-se como ser-possível. Segundo Heidegger (2005, p.255) só na angústia subsiste a possibilidade de uma *abertura* privilegiada na medida em que ela “retira a pre-sença de sua de-cadência e lhe revela a propriedade e impropriedade como possibilidades de ser”. Através da angústia lhe é aberto um horizonte de possibilidades, em que se pode viver no mundo partindo de si mesmo. Este é o *ser-si-mesmo*. Sobre essa dinâmica existencial, Critelli (1996, p.22) afirma:

Por mais que se tente arquitetar uma sociedade em que se logre o controle da angústia, da inospitalidade do mundo, da fluidez e liberdade humanas, da transmutação incessante dos sentidos de se ser, a empreitada é, de saída, irrealizável.

Trata-se da possibilidade já constitutiva do *dasein* em alcançar o sentido mais originário de verdade como descoberta de si mesmo enquanto ente. Para isso, voltou-se não só para si próprio, mas também para o mundo que desde sempre esteve e para os entes intramundanos que participam com ele dessa constituição.

A abertura se constitui de disposição, compreensão e discurso, referindo-se, de maneira igualmente originária, ao mundo, ao ser-em e ao si-próprio. [...] *Com* ela e *por* ela [abertura] é que se dá a descoberta. Por isso, somente com a *abertura* da pre-sença é que se alcança o fenômeno *mais originário* da verdade (HEIDEGGER, 2005, p.289, grifos do autor).

Ora, se esse sentido de abertura geral do *dasein* já é um elemento constitutivo da sua estruturalidade, ele já, desde sempre, está lançado a si próprio com relação ao seu poder-ser mais próprio e original.

O *projeto* pertence à constituição ontológica da pre-sença: do ser que se abre para o seu poder-ser como compreensão. A pre-sença *pode-se* compreender tanto a partir do 'mundo' e dos outros entes, quanto a partir de seu poder-ser mais próprio. Esta última possibilidade diz: a pre-sença abre-se para si mesma em seu poder-ser mais próprio e como tal. Esta abertura *própria* mostra o fenômeno da verdade mais originária no modo da propriedade. (HEIDEGGER, 2005, p.290, grifos do autor).

d. Cuidado

Como a abertura se refere à constituição estrutural do *dasein*, este ente, em sua totalidade, é explicitado e determinado pelo conceito de *cuidado*¹⁰ (*sorge*), como ser do *dasein*.

A totalidade existencial de toda a estrutura ontológica da pre-sença deve ser, pois, apreendida formalmente na seguinte estrutura: o ser da pre-

¹⁰ Cuidado (*sorge*), na edição brasileira, é traduzido como "cura".

sença diz preceder a si mesma por já ser em (no mundo) como ser junto a (os entes que vêm ao encontro dentro do mundo). Esse ser preenche o significado do termo *cura* que é aqui utilizado do ponto de vista puramente ontológico-existencial (HEIDEGGER, 2005, p.257, grifo do autor).

O ingresso ao cuidado se dá por meio da angústia, que se refere explicitamente ao *dasein* como ser-no-mundo que de fato existe. Desta forma, este aspecto de já ser lançado em um mundo, como ser junto aos outros entes que lhe vêm ao encontro dentro do mundo, pressupõe o caráter do *dasein* estar destinado a projetar-se ao seu poder-ser mais próprio, como uma possibilidade de si mesmo, determinado por esse sentido originariamente libertário.

É no preceder a si mesma, enquanto ser para o poder-ser mais próprio, que subsiste a condição ontológico-existencial de possibilidades de *ser livre para* as possibilidades propriamente existenciárias. O poder-ser é aquilo em função de que a pre-sença é sempre tal como ela é de fato. (HEIDEGGER, 2005, p.258, grifos do autor).

Assim, Feijoo (2000, p.83) ressalta que “o cuidado não se refere a um determinado modo de relação, e sim à condição de ser aberto às possibilidades de relação nas suas diferentes modalidades”. Considera que Heidegger ao se referir à dimensão do cuidado rompe com uma concepção tradicional de subjetividade enclausurada uma vez que o *dasein* põe-se diante de si e abre-se para si em seu estar lançado, a sua constituição é abertura. Para Heidegger (2005), o cuidado não significa uma atitude especial para consigo, pois em virtude de sua determinação ontológica, nele também se acham colocados os dois outros momentos estruturais: o *ser-eme* e o *ser-junto a*, articulados estruturalmente entre si.

2.3. A PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA

De acordo com Gomes, Holanda e Gauer (2004), no cenário internacional, os pressupostos fenomenológicos se expandiram rapidamente da filosofia para o campo da saúde: na psiquiatria, a primeira área de influência da fenomenologia, é representada pelos trabalhos de Ludwig Binswanger (1881-1966) e Karl Jaspers (1833-1969).

Binswanger foi o criador da análise existencial, teoria e técnica psiquiátrica derivada da analítica existencial de Heidegger. Seu objetivo era proporcionar ao próprio sujeito uma compreensão de si e uma reestruturação das suas formas de estar no mundo, devolvendo-lhe a capacidade de dispor das possibilidades autênticas de sua existência. Enquanto Jaspers, psiquiatra e filósofo, ao lançar a primeira edição de *Psicopatologia Geral*, tem como preocupação central questões metodológicas. Contribuiu fundamentando filosoficamente a Psicopatologia, ciência, considerada por ele, complexa, de caráter compreensivo-interpretativo, que encontra na fenomenologia a possibilidade de descrever e analisar as estruturas gerais dos fenômenos subjetivos da existência humana (FIGUEIREDO, 1991).

Entretanto, Heidegger (2001) considerava que Binswanger não havia entendido as proposições da sua ontologia. Para contribuir na superação de equívocos conceituais, concordou em participar de seminários na casa do psiquiatra Medard Boss.

No que se refere à psicologia, a década de 1970 é um marco quanto à produção de conhecimento. Impulsionada pelos estudos do grupo liderado por

Amadeo Giorgi¹¹, na Universidade de Duquesne, Pensilvânia, EUA, a fenomenologia transformou-se em método de pesquisas empíricas. É importante ressaltar que o trabalho de Giorgi foi precedido pelo de dois psicólogos ligados a Carl Rogers: Adrian L. Van Kaam (1959), fundador de um programa de psicologia dedicado à fenomenologia em Duquesne e Eugene Gendlin (1962), que formulou um modelo de psicoterapia considerado por seus pares, de inspiração fenomenológica (GOMES, HOLANDA e GAUER, 2004).

O método proposto por Giorgi, ainda é hoje, um dos mais utilizados no campo da psicologia fenomenológica, pois, visa empreender pesquisas sobre fenômenos humanos, como, por exemplo, depressão, hostilidade, ciúme, tais como são vividos, buscando descrever as experiências dos sujeitos que experienciam os fenômenos em estudo. Apesar do valor dessa metodologia, questionamos, no entanto, se ela possibilitará produção de conhecimento que vá além da descrição, visto que os fenômenos psicológicos estão relacionados com múltiplos contextos, possuindo significados e sentidos dinâmicos e polissêmicos.

Van Kaam, na década de 1950, propôs a análise fenomenológica como método para o estudo da experiência de sentir-se realmente entendido. Esta concepção foi reconhecida por Rogers (1970) como inovadora e importante para a pesquisa em psicologia e, posteriormente, foi refinada enquanto método e amplamente divulgada por Amadeo Giorgi e por seus colegas Paul Colaizzi, William e Constance Fischer, e Rolf von Eckartsberg (GOMES, 1998).

Keen (1979), propôs que a tarefa da psicologia fenomenológica é articular explicitamente a estrutura e a significação implícitas da experiência humana. Descreveu esta psicologia a partir de quatro níveis: 1. *fonte de hipóteses*, visto que

¹¹ Giorgi foi o principal organizador da série de livros e do *Jornal de Psicologia Fenomenológica*, publicados nas décadas de 1970 e 1980, nos Estados Unidos (GOMES, 1998).

psicólogos passaram a utilizar os procedimentos metodológicos da fenomenologia para descrever, com algum rigor, dimensões das experiências vividas pelos sujeitos não contempladas pelo modelo científico tradicional; 2. *um veículo para o humanismo*, pois ao valorizar a experiência consciente e tentar compreender as pessoas em seus próprios termos, ao invés de emprestar designações das ciências físicas e biológicas, a psicologia torna-se fenomenológica e humanista; 3. *um paradigma*, que aspira estabelecer uma nova maneira de elaborar questões, desenvolver métodos e pensar os objetivos da ciência, indo além da perspectiva reducionista, pautando-se na compreensão do mundo da vida das pessoas enquanto viventes e experienciadores, uma vez que esta compreensão diária, vivida, não tem sido abordada nas teorias psicológicas; 4. *uma resposta à crise* de valores, complexa e multidimensional, fruto do pensamento moderno, encarada freqüentemente na tradição intelectual, de forma dicotômica e fragmentada.

No Brasil, a primeira referência à introdução da fenomenologia no cenário acadêmico, é o neurologista e psiquiatra Nilton Campos (1898-1963), que na década de 1940, no Rio de Janeiro, defendeu tese de doutoramento sobre a aplicação do método fenomenológico à Psicologia. Lentamente, novos trabalhos foram produzidos e apenas na década de 1980 surgiram as primeiras publicações utilizando, no título, o termo fenomenologia (GOMES; HOLANDA; GAUER, 2004).

Hoje, constata-se um aumento de produções acadêmicas na perspectiva fenomenológica, tanto trabalhos de graduação como dissertações, teses e publicações em periódicos. No banco de teses da Capes (BRASIL, 2006) constam, de modo geral, 1.940 pesquisas enfocando a fenomenologia em nível de mestrado e 665 em nível de doutorado. Especificamente na área da psicologia fenomenológica constam 274 dissertações de mestrado e 86 teses de doutorado. No levantamento

parcial realizado para este estudo, foram encontradas 33 dissertações de mestrado e 12 teses de doutorado em Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) e 32 dissertações de mestrado e 4 teses de doutorado em Gestalt-terapia. A prática clínica é objeto de investigação da maioria dos trabalhos.

Conforme este levantamento, na década de 1980, Leitão, em 1984, propôs-se realizar uma revisão crítica da psicoterapia de Carl Rogers, buscando identificar as implicações do conceito de pessoa na teoria e prática clínica de Rogers, apresentando o conceito de carne de Merleau-Ponty como possível contribuição à reformulação da teoria rogeriana. Freire, em 1989, também analisou o desenvolvimento teórico-metodológico da Abordagem Centrada na Pessoa, tomando por base o materialismo dialético, propondo uma abordagem dialética da pessoa.

Nos anos 90, Frota, em 1990, com orientação crítico-dialética, objetivou traçar uma evolução histórica dos conceitos básicos da Abordagem Centrada na Pessoa e da Gestalt-terapia e analisar depoimentos de terapeutas destas abordagens sobre a visão do ato terapêutico enquanto “ato político”, visando identificar se essas perspectivas poderiam se fazer instrumentos de conscientização social e política. Em 1993, Holanda estabeleceu relações entre a filosofia do diálogo de Martin Buber e o pensamento de Carl Rogers, como uma base para um novo modelo de psicoterapia e Teani, em 1997, analisando depoimentos de psicoterapeutas, descreveu a estrutura de comunicação intensa entre terapeuta e cliente, fundamentando-se no enfoque experiencial da ACP, com ênfase existencial-fenomenológica.

Em 2000, Freire, defendeu tese de doutorado, propondo-se uma escuta ética das psicologias contemporâneas, em especial do behaviorismo radical, psicogenética, abordagem centrada na pessoa e análise existencial, a partir da ética

da alteridade radical de Emmanuel Lévinas. Barreto, em 2001, objetivou compreender o mal-estar contemporâneo partindo da experiência clínica; realizou uma leitura crítica da teoria da terapia centrada no cliente, apresentando o conceito de angústia de Heidegger enquanto possível contribuição para fecundar e re-significar a prática clínica. Messias, também em 2001, realizou uma revisão teórica das formulações da terapia centrada no cliente que, a partir da incorporação do conceito de experienciação de Eugene Gendlin, sofreu uma transição do pensamento positivista para o fenomenológico.

Neste mesmo ano, Dutra, em sua tese de doutorado, buscou compreender as tentativas de suicídio de seis jovens adolescentes, residentes em uma capital do nordeste do país. Valeu-se do constructo de *self* no enfoque da Abordagem Centrada na Pessoa, propondo uma articulação com conceitos da ontologia de Martin Heidegger. Também vale destacar a dissertação de Souza, de 2002, que visou compreender a emergência da experiência religiosa na terapia centrada no cliente a partir da articulação entre o modelo rogeriano e o pensamento de Buber e a de Sabóia, de 2002, que discutiu o fracasso em psicoterapia, tomando como referência a Abordagem Centrada na Pessoa e a noção de subjetividade de Merleau-Ponty. Mais recentemente, Moraes, em 2004, investigou a co-existência do psicólogo com a criança portadora de câncer, valendo-se da perspectiva teórica da ACP e da Ontologia Existencial de Martin Heidegger e Belém, em 2004, desenvolveu uma leitura da teoria de Carl Rogers à luz do pensamento de Martin Heidegger, buscando construir um olhar contemporâneo sobre a Abordagem Centrada na Pessoa.

Estas referências demonstram o interesse dos pesquisadores em realizar uma leitura crítica das propostas psicoterápicas centrada na pessoa e gestáltica e de

articular esses modelos psicológicos com o pensamento de filósofos existencialistas e fenomenólogos no intuito de atender às novas demandas psicológicas que compõem o nosso mundo hoje.

A vinda de Giorgi, como professor visitante, nos anos de 1985 e 1986, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em 1988, à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), foi importante na consolidação desta perspectiva em nosso país, especialmente, do Núcleo de Estudos em Psicologia Fenomenológica do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS (GOMES, 1998).

No campo do psicodiagnóstico, Augras (1986) aplicou o método abandonando as referências nosográficas para dedicar-se à identificação das estruturas fundamentais dos fenômenos psicológicos, relegando para segundo plano qualquer apreensão *a priori* ou parâmetro externo para se extrair o sentido do fenômeno. Considerava que a significação era produzida a partir da observação do modo de ser-no-mundo da pessoa adoecida e da compreensão do observador, resultando numa avaliação limitada e provisória.

Ancona-Lopes (2002) desenvolveu uma proposta de psicodiagnóstico grupal interventivo, com base fenomenológica-existencial, em que redimensiona o processo, as técnicas e a avaliação psicodiagnóstica. O psicodiagnóstico é concebido enquanto atividade de intervenção e negociação, onde através do discurso e da interação, os sentidos são construídos.

Pimentel (2003a) examinou a temática do psicodiagnóstico presente nos textos da Gestalt-terapia, entendendo o diagnóstico como um conjunto de procedimentos fenomenológicos que visam melhor compreender o cliente, propiciando maior eficácia ao processo psicoterapêutico.

Bruns (2001) afirma que a inspiração fenomenológica se presentifica quando o psicólogo parte do princípio de que não há um ser “escondido”, uma realidade “em si mesma”, objetiva e neutra atrás das aparências. A premissa em que sustenta a argumentação é que o ser humano é sujeito e objeto do conhecimento e que vivencia intencionalmente sua existência, atribuindo-lhe sentido e significado.

A fenomenologia possibilitou à psicologia uma nova postura para inquirir os fenômenos psicológicos: a de não se ater somente ao estudo de comportamentos observáveis e controláveis, mas procurar interrogar as experiências vividas e os significados que o sujeito lhes atribui, ou seja, o de não priorizar o objeto e/ou sujeito, mas centrar-se na relação sujeito-objeto-mundo (BRUNS, 2001, p.63).

Forghieri (1993) assevera que o objetivo da aplicação do método fenomenológico para o campo da Psicologia, passa a ser o de procurar captar o sentido ou o significado da vivência para a pessoa em determinadas situações, por ela experienciadas em seu existir cotidiano.

Não é interesse da Psicologia e da Psiquiatria

[...] chegar a um esclarecimento filosófico-fenomenológico da estrutura transcendental do ser humano enquanto ser-no-mundo, mas sim, empreender uma análise existencial ou empírico-fenomenológica de formas concretas de existência. (BINSWANGER *apud* FORGHIERI, 1993, p.59).

Amatuzzi (2001) afiança que o vivido, para o qual a pesquisa fenomenológica está voltada, não se manifesta sozinho, ou puro. Ele sempre se mostra por meio de concepções, percepções, construções da consciência. Para o autor, o vivido que “vemos” não é mais o puro vivido, mas o vivido “visto”, e, portanto, já formulado, composto por palavras. O acesso do pesquisador ao vivido se dá, então, através de versões de sentido. O método fenomenológico também tem sido usado para a análise de entrevistas clínicas (MOREIRA, 1993) e como fundamento à prática psicoterápica.

Fonseca (1998) considera a fenomenologia e a sua conotação existencial, de valor à criatividade, afirmação da existência, respeito radical à diferença, uma revolução na psicoterapia, constituindo linhas especificamente fundamentadas nestas epistemologias. Destaca a Psicologia da Gestalt enquanto uma importante matriz para a constituição das psicologias e psicoterapias fenomenológicas existenciais, e em especial a Teoria Organísmica de Kurt Goldstein que subsidiou as Abordagens Centrada na Pessoa e Gestáltica.

Inúmeras possibilidades que têm sido desenvolvidas a partir das adaptações da fenomenologia ao contexto da psicologia. A prática de uma psicologia fenomenológica, no entanto, não pode ser feita pela mera transposição de categorias da fenomenologia enquanto filosofia para o plano empírico do trabalho cotidiano do psicólogo. É necessário que ocorram as devidas apropriações, para que assim as abordagens psicológicas e psicoterápicas, em seu corpo teórico e técnico, possam ser enriquecidas na compreensão e reflexão da experiência humana por meio de conceitos filosóficos, e para melhor fundamentar atitudes e metodologias clínicas e de pesquisa.

2.4 ALGUMAS APROXIMAÇÕES DA PSICOLOGIA COM A FENOMENOLOGIA HEIDEGGERIANA

Apresentaremos algumas aproximações que pesquisadores e psicólogos estão fazendo entre a psicologia e conceitos da filosofia e metodologia heideggeriana.

De acordo com Feijoo (2000, p.33):

Quando se pretende articular a práxis da psicologia, faz-se necessário um método que garanta o desenvolvimento teórico e metodológico. A proposta de uma psicologia fenomenológica-existencial pode ser alvo de crítica ao se ater apenas às reflexões da existência, que bem cabem à filosofia. A psicologia, quando assume uma postura fenomenológica, pretende se afastar das psicologias ditas científicas sem, no entanto, perder a possibilidade de atuar como uma práxis.

Fonseca (1998, p.68), mesmo não se baseando, especificamente, em Heidegger, considera que à medida que os psicólogos e psicoterapeutas começaram a entender e utilizar em seu trabalho as perspectivas fenomenológicas e existenciais percebiam que estavam diante de algo novo e promissor. Descobriram, por exemplo, que atitudes práticas derivadas destas perspectivas quando assumidas pelo profissional de saúde mental facilitavam a mobilização dos recursos próprios dos clientes no sentido da elaboração e superação das dificuldades e potencializavam as forças ativas de sua criatividade no fluxo do seu devir, constituindo-os como protagonistas de sua própria mudança existencial.

Com a contribuição metodológica de Heidegger, a psicologia fenomenológica passa a ter um caráter mais *hermenêutica*, cuja função é a interpretação ou o desvelamento do sentido. Assim sendo, da mesma forma que o movimento fenomenológico pode ser entendido nos seus múltiplos aspectos, a sua utilização pela psicologia também. Segundo constatamos em leituras e pesquisas acadêmicas, uma grande parcela de psicólogos cita e utiliza como referência em seus trabalhos conceitos da fenomenologia husserliana ou então, interrelaciona apreciações husserlianas e heideggerianas, em único texto.

Conforme Chaves, Macedo e Mendonça (1996, p.15), a psicologia fenomenológica “não busca a essência, como pretendia a filosofia husserliana, mas procura apreender o significado da vivência para o sujeito em sua imediaticidade, a partir de relação de alteridade, compartilhada entre ele e o psicólogo”.

Nesta passagem, as autoras destacam que o objetivo da psicologia é apreender o significado da experiência imediata do sujeito, com base na relação pontual construída entre ele e o psicólogo. Forghieri (1993) acrescenta que as situações vivenciadas pelas pessoas, não possuem, somente, um significado em si mesmas, mas adquirem sentidos para quem as experiencia. AmatuZZi (1996, 2001), por outro lado, referindo-se a vivência pré-reflexiva ou vivido considera que este é polissêmico, pois contém um significado potencial imediato, relacionado ao contexto da ação ou situação do sujeito, e também outros significados menos imediatos, relacionados com outros contextos. Aqui, o autor amplia a compreensão a respeito dos significados da vivência ao considerá-la portadora de múltiplos sentidos relacionados a diversos contextos, ou seja, não só ao contexto da ação imediata. O esforço de compreensão da significação do vivido pode, portanto, sofrer interferências e distorções pela pressão de padrões sociais ou mesmo do autoconceito.

Dutra (2004), ao considerar o sujeito como um ser-no-mundo e um ser-com, de relação, cuja subjetividade não se encontra separada do mundo, argumenta não ser possível, se pensar num homem no qual se identifiquem lugares, essências ou estruturas que determinem um dado modo-de-ser no mundo. A compreensão do ser humano passa então pela interpretação das suas possibilidades de ser-no-mundo, indo além das palavras e do texto, mas de todo o seu universo psicológico, social e histórico. Esta é uma contribuição heideggeriana que possibilita um olhar mais amplo aos fenômenos psicológicos, tanto no sentido interpretativo das relações do homem no mundo, quanto na compreensão dos modos de estar e atuar neste mundo.

Feijoo (2000), ao refletir sobre a possibilidade de elaborar uma proposta psicoterápica fundamentada na perspectiva fenomenológica-existencial, afirma que o psicólogo deverá proceder à investigação do homem em relação, uma vez que a compreensão da existência enquanto fenômeno é captada indiretamente, não por um mundo interno desconhecido, mas pelo seu modo próprio de mostrar-se ou seja, o fenômeno é apreendido através de perspectivas, na medida em que se desvela. Focaliza-se a forma de se mostrar, podendo inclusive mostrar-se como não é: *aparência* ou através de indicações de coisas que em si mesmas não se mostram, apenas se anunciam: *manifestação* ou ainda mostrar-se e ao mesmo tempo esconder-se: *entulhamento*.

Esta autora ressalta, ainda, que:

[...] cabe ao psicoterapeuta a tarefa de trazer à tona a expressão inautêntica e autêntica do cliente, mobilizando-o de forma a possibilitar o reconhecer-se – bem como, uma vez lançado em sua liberdade e sua responsabilidade, escolher suas possibilidades (FEIJOO, 2000, p.105).

Essa perspectiva em Psicologia, especialmente na psicoterapia, é pautada por: um retorno às coisas em si mesmas, à singularidade e não ao universal; o recurso da hermenêutica compreensiva, e não a interpretação explicativa; o resgate do sentido (“essência”) (FEIJOO, 2000).

Fonseca (1998, p.98) aponta as contradições feitas, na Psicologia, acerca do entendimento da fenomenologia enquanto estudo do fenômeno ou do processo fenomenal. Observa que para nós não se trata de um *logos* no sentido reflexivo e conceitual, uma vez que o fenomenal é fluxo ativo, é um *logos* pré-conceitual, não podendo ser elucidado pela reflexão. Supõe que o mais interessante, especialmente na psicoterapia, é que o cliente *interprete-se* a si mesmo, “potencializando a sua criatividade no sentido da criação das condições de que necessita no mundo para a

sua auto-atualização”. Propõe a designação psicologia e psicoterapia *fenomenativa* existencial.

3 MATRIZES EPISTEMOLÓGICAS DA PSICOTERAPIA CENTRADA NA PESSOA E GESTALT-TERAPIA

Este capítulo contém: 1. Uma análise da matriz epistemológica da psicoterapia centrada na pessoa, com destaque à evolução dos principais conceitos formulados por Carl Ransom Rogers (1902-1987), a partir de sua intensa experiência clínica e pesquisas sobre o processo terapêutico. Dos seus colaboradores, abordaremos principalmente Eugene Gendlin (1926-) já que sua contribuição para a feição atual da teoria é muito relevante; 2. Aborda algumas categorias conceituais que compõem a matriz epistemológica da Gestalt-terapia (GT), sistema psicoterapêutico organizado principalmente por Friedrich Salomon Perls (1893- 1970).

Em seguida, discute: 1. Alguns temas presentes em publicações nacionais que parecem indicar re-configurações da matriz rogeriana dadas à articulação que os autores fazem entre esta e alguns conceitos da fenomenologia de Martin Heidegger, ou seja, reflete sobre algumas produções acadêmicas que propõem uma releitura da obra de Rogers consoantes com o cenário e dilemas psicológicos vividos atualmente pelos homens; 2. Aborda o contexto atual da GT, com ênfase às articulações entre esta e a fenomenologia heideggeriana.

A preferência foi dada aos autores nacionais que problematizam e buscam atualizar os fundamentos teóricos dos modelos psicoterápicos, dada a fertilidade da produção de conhecimento e consonância com as teses internacionais.

3.1 MATRIZ EPISTEMOLÓGICA DA PSICOTERAPIA CENTRADA NA PESSOA

O trabalho de Rogers, após sua parceria com Gendlin, adquiriu uma visão mais processual, intersubjetiva, existencial e fenomenológica. O foco da terapia passou a ser, o que Gendlin denomina de *experencição*, isto é, o processo vivido subjetivamente pelo cliente ao trazer suas demandas. Com esse novo objetivo, houve uma maior expressividade e possibilidades de intervenção do psicoterapeuta, que também deveria atentar-se à sua experencição no momento do encontro terapêutico.

Percebe-se, de um modo geral, na obra de Rogers realizada em várias fases, a prática de uma atitude fenomenológica, ilustrada, por exemplo: na inclusão da subjetividade do terapeuta e do cientista; ao tomar a experiência prática, vivida, como ponto de partida para formular sua teoria e método psicoterapêutico e ao se interessar pela compreensão dos significados atribuídos pela própria pessoa às suas vivências e pelos modos de experencição dos mesmos.

Puente (1978, p.55), a esse respeito, esclarece:

Sem ser filósofo, Rogers se encontra na orientação da fenomenologia ao reconhecer neste pensamento o seu estilo de trabalho, que se caracteriza pelo esforço de se aproximar até aquelas camadas do subjetivo que estão mais próximas do objetivo, as experiências pessoais, com a finalidade de refazer o caminho de volta e integrar o processo experiencial na estrutura consistente da pessoa. A problemática do subjetivo e do objetivo se encontra subjacente a toda teoria rogeriana da psicoterapia.

A identificação, no trabalho de Rogers, das perspectivas existenciais e fenomenológicas ocorreu *a posteriori*.

Não estudei filosofia existencial. O primeiro contato que tive com a obra de Soeren Kierkegaard e de Martin Buber deve-se à insistência

de alguns estudantes de teologia de Chicago que empreenderam um trabalho comigo. Eles tinham a certeza de que eu encontraria no pensamento destes homens uma ressonância no meu, o que era bastante correto (idem, p.179).

Convém esclarecer, que Rogers, ao longo de sua produção acadêmica, demonstrou preocupação com as bases filosóficas da Psicologia, no entanto, a Abordagem Centrada na Pessoa é fruto de sua experiência clínica e de pesquisas científicas dela decorrente. Poucos são os pensadores mencionados por ele que o influenciaram diretamente neste sentido.

Pode-se começar a compreender a influência que Gendlin exerceu tanto na mudança de visão de ciência de Rogers, auxiliando-o a exercer uma ponte mais sólida entre o positivismo lógico e a visão fenomenológico - existencial, como na mudança quanto à orientação de pesquisa (MORATO *apud* MESSIAS, 2001, p.78-79).

Messias (2001) aponta que a ligação existente entre a psicologia de Rogers e o movimento humanista e existencial é significativo. Não se pode, no entanto, afirmar que o seu trabalho foi direcionado pela fenomenologia, pois a descoberta da relação desta filosofia com a abordagem de Rogers só ocorreu tardiamente.

Pode-se afirmar também que ele foi estimulado, conscientemente, pelas contribuições de Snygg e Combs e, mais tarde, por Gendlin. A fenomenologia significou para ele a reabilitação da experiência subjetiva. Mas ele também esteve sempre muito interessado na verificação científica objetiva e na mensuração dos dados subjetivos da terapia. Neste sentido, Rogers pode ser considerado tão objetivista quanto subjetivista fenomenológico (CURY *apud* MESSIAS, 2001, p.39).

Fonseca (1998) afirma que a ACP configurou-se como uma opção extremamente rica, no campo das psicologias, das psicoterapias, pedagogias e modelos de trabalhos com grupos de cunho fenomenológico existencial, apesar de ter sofrido intensas críticas, que a seu ver, possibilitaram uma reflexão sobre os seus fundamentos teóricos e práticos. Acredita que uma parte do processo de

desenvolvimento desta abordagem deve-se à reflexão e à reiteração de seus fundamentos fenomenológico-existenciais.

Barreto (1999), por outro lado, ressalta que o extremo interesse de Rogers com a comprovação científica dos dados observados na prática clínica, é fruto do modelo positivista e da matriz cientificista que dominava o projeto de constituição da psicologia da época, em que a noção de verdade e o conhecimento representacional estavam muito presentes.

Por ter tido uma formação muito pragmática e determinista, Rogers considerava a ciência como algo externo, como um “corpo de conhecimento” sistemático e organizado em fatos observáveis; somente quando conheceu outros paradigmas e modelos de ciência tentou integrar esses dois aspectos, o cientista e o vivencial.

A ciência apenas existe nas pessoas. Qualquer projeto científico tem o seu impulso criativo, o seu processo, a sua conclusão provisória, numa pessoa ou em várias pessoas. O conhecimento – mesmo o conhecimento científico - é aquele que é subjetivamente aceitável. O conhecimento científico só pode ser comunicado àqueles que estão subjetivamente preparados para receber a sua comunicação. A utilização da ciência apenas se dá através de pessoas que procuram valores que significam alguma coisa para elas (ROGERS, 1991, p.195).

Portanto, reconheceu que a ciência, como a terapia e outros aspectos da vida baseiam-se na experiência imediata das pessoas, que é comunicável apenas em parte e de forma limitada. Para ele, ao se estabelecer uma relação terapêutica, os sentimentos e o conhecimento se fundem numa experiência que é vivida ao invés de ser analisada, em que o terapeuta, no momento da relação, é mais um participante do que um observador. Atua como observador quando se interessa pela ordenação e pelo processo que ocorre nesta relação. Deve para tal utilizar-se dos recursos científicos, não de forma impessoal, mas vivendo subjetivamente uma

outra fase de si mesmo. Tentou resolver seu impasse, colocando a pessoa, com seus próprios valores, como a base da relação terapêutica e da relação científica.

Barreto (1999) aponta que Rogers, apesar de questionar a utilização do modelo positivista, não chegou a questionar a ciência em si mesma, pois ele confirma a validade deste método, o que propõe não é uma nova ciência, mas outro uso e significado para ela, com inclusão da dimensão subjetiva, processual e humana na produção científica. Esta orientação positivista no processo de construção da teoria da Terapia Centrada no Cliente, na década de 1950, impediu Rogers, segundo a autora, de abordar a complexidade dos modos de subjetivação. Assinala que ele iniciou, nos períodos subseqüentes, um processo de revisão metodológica e articulação com outros paradigmas científicos, não chegando, no entanto, a sistematizar esses dados e incluí-los na reformulação dos pressupostos básicos de sua teoria.

No contexto atual, é importante não só reproduzir os preceitos da teoria rogeriana, mas avançar, seguindo as indicações de mudança deixadas pelo próprio Rogers. É necessário interpretar sua obra, atualizá-la, produzir conhecimento, pois este poderá ser um caminho para a construção de uma abordagem capaz de oferecer respostas criativas às urgentes demandas decorrentes de nossa realidade social.

Ele não parou de produzir. Mesmo nos seus últimos anos de vida, apresentava-se interessado pelo futuro da ciência e da humanidade. Longe de assumir uma postura acomodada, interessava-se em vislumbrar possibilidades para o futuro do mundo e da humanidade, reconhecendo a crise transformacional que o mundo atravessava (BARRETO, 1999, p.39).

3.1.1 Categorias Conceituais da Matriz

Hart (1970) classificou três etapas no modelo psicoterápico da ACP: *psicoterapia não-diretiva* (1940-50); *psicoterapia reflexiva ou centrada no cliente* (1950-57) e *psicoterapia experiencial* (1957-70). Utilizaremos, entretanto, a denominação *psicoterapia centrada na pessoa* para designar este último estágio da terapia que contou com a participação direta de Carl Rogers.

Quadro 1. Períodos no desenvolvimento da terapia centrada na pessoa

DENOMINAÇÃO	OBRA PRINCIPAL	FUNÇÕES DO TERAPEUTA	MUDANÇAS DA PERSONALIDADE
Período I Psicoterapia Não-Diretiva (1940/50)	<i>Terapia e consulta psicológica (1942).</i>	Criação de uma atmosfera permissiva, não-interventiva, aceitação, clarificação.	Alcance gradual do "insight" do self e da situação.
Período II Psicoterapia Reflexiva (1950/57)	<i>Terapia centrada no cliente (1951).</i>	Reflexão de sentimentos, evitando ameaças no relacionamento.	Desenvolvimento da congruência do conceito de self e do campo fenomenológico.
Período III Psicoterapia Experiencial (1957/70)	<i>Tornar-se pessoa (1961.)</i>	Grande variedade de comportamentos (intervenções) que expressem as atitudes básicas. Focalização na experiência do cliente. Expressão da experiência do terapeuta.	Crescimento no continuum do processo inter e intra-pessoal e aprendizagem da utilização da experiência direta.

Fonte: HART, Joseph. The development of client-centered therapy In: HART, J, TOMLINSON, T.M (Org.). New directions in client-centered therapy. New York: Houghton Mifflin, 1970

Com base no quadro acima, destacaremos as principais categorias conceituais que compõem a estrutura epistemológica da psicoterapia centrada na pessoa. Incluiremos nesta divisão algumas referências ao contexto em que as mesmas foram elaboradas para que, dessa forma, seja possível uma compreensão evolutiva da teoria e de suas repercussões na prática clínica.

3.1.1.1 Psicoterapia não-diretiva

a. *Predomínio da atividade do cliente*, cabendo ao psicólogo ajudá-lo com técnicas que possibilitassem a expressão e o reconhecimento de seus sentimentos, atitudes e padrões de conduta.

Rogers propõe uma nova concepção de psicoterapia, ao final dos anos 30 em Rochester, Nova York, contrariando as práticas então vigentes. Ao invés de intervenções diretivas, comuns à época, tais como: respostas voltadas ao conteúdo e ao problema, técnicas como a de persuadir o cliente, indicar os problemas a serem explorados, fazer perguntas específicas, aconselhar e tranquilizar, propôs uma terapia do tipo *não-diretiva*, cujo predomínio da atividade fosse do cliente.

Era não-diretiva na medida em que o terapeuta propunha-se atuar sem dar diretivas ao cliente. A técnica funcionava como instrumento. Distinguiu três aspectos que deveriam ser considerados no processo: o ambiente terapêutico, o comportamento do terapeuta e a técnica de clarificação, que possibilitaria ao cliente expressar sentimentos e emoções (BELÉM, 2000, p. 73)

A ação do terapeuta era, portanto, pouco interventiva, baseada em respostas do tipo *clarificação*, que significa “aclarar, esclarecer e elucidar o sentido das expressões do cliente” (GONDRA *apud* BARRETO, 1998, p.175). Rogers define como momentos fundamentais do processo terapêutico nesta fase: a *catarse*, a *aquisição do insight* e a *elaboração de ações positivas*.

A partir do clima de livre expressão dos sentimentos proporcionado pelo terapeuta, o cliente passa a explorar situações de sua vida com menos defesas, proporcionando-se uma maior percepção de si mesmo, o que caracteriza o momento inicial do processo chamado de *catarse*. Ao conseguir libertar-se afetivamente dos sentimentos e atitudes que reprime e que provocam tensão, o cliente apresenta-se mais tranquilo e objetivamente na situação, o que é constatado pela distensão física que geralmente acompanha esse momento de *catarse*.

Apesar da dificuldade de separar a *catarse* do *insight*, este último refere-se ao momento de reorganização do campo perceptivo, “consiste na apreensão de novas relações; é a integração da experiência acumulada; significa uma nova orientação do eu [...] uma nova maneira de percepção” (ROGERS, 1997, p. 210).

O desenvolvimento espontâneo dessas novas percepções ou *insights* ocorre através das relações entre os fatos previamente conhecidos e só é possível quando “o indivíduo se encontra liberto de atitudes defensivas através de um processo catártico” (Ibid, p. 210). Outro elemento destacado por Rogers que facilita a aquisição do *insight* é a aceitação do eu em que o cliente pode perceber a relação entre o próprio eu, como habitualmente o faz, e os seus impulsos reprimidos, menos aceitáveis. Para tal, a atmosfera terapêutica de segurança psicológica e de aceitação é fundamental. Outro aspecto relevante é que o *insight* autêntico envolve a *escolha positiva* e criativa de objetivos mais satisfatórios.

À medida que o insight evolui, que se tomam decisões através das quais o cliente se orienta para novos objetivos, essas decisões tendem a efetuar-se através de ações que dirigem o cliente no sentido de novos objetivos. Essas ações são, por isso mesmo, um teste de autenticidade do insight que se alcançou. Se a nova orientação não for espontaneamente reforçada pela ação, é óbvio que não afetou profundamente a personalidade (ROGERS, 1997, p. 214)

Os *insights* tendem a proporcionar ao cliente a tomada de novas decisões, de forma mais autêntica, tornando-o mais confiante e independente. Por isso devem ser adquiridos pelo próprio cliente e não por meio de intervenções diretivas, educativas e intelectualizadas por parte do terapeuta. Apesar de o *insight* surgir, na maioria das vezes, de forma espontânea, Rogers considerava que a utilização cautelosa de técnicas interpretativas poderiam aumentar a clareza dessa autocompreensão.

Defendia, portanto, uma abordagem não centrada no psicólogo enquanto *expert* e responsável pela mudança do cliente; valorizava o potencial da escuta e a capacidade de insight criativo e integrador do indivíduo.

Como assinala Boainain (1998, p. 80):

Rogers estava fazendo, de fato, uma espécie de proposta, ou melhor, *antiproposta* revolucionária e desconcertante para a psicoterapia de então: pare de fazer tudo o que esteve fazendo, pare de atuar sobre o outro, pare de tentar dirigir seu processo de mudança; apenas ouça, apenas seja sensível, apenas entenda, apenas confie nessa pessoa, apenas esteja com ela, apenas lhe permita ser, e descubra, nesse processo, as surpreendentes direções de mudança, auto-reorganização e crescimento a que isso pode levar.

Algo que hoje parece simples, mas que gerou impacto quando foi apresentado, pois redimensionou o *locus* de poder na relação terapêutica, assegurando à psicoterapia não-diretiva um lugar de destaque dentre as diversas abordagens terapêuticas.

Fruto de uma visão descontextualizada, o estereótipo do profissional identificado com a ACP como passivo, “não-diretivo” e inócuo manteve-se no meio acadêmico, o que não corresponde à própria atuação de Rogers em seus primeiros anos, e demonstra uma visão distorcida a respeito desta que foi a primeira fase do desenvolvimento da psicoterapia centrada na pessoa.

3.1.1.2 Psicoterapia Reflexiva ou Centrada no Cliente

A fase seguinte denominada *terapia centrada no cliente*¹² (TCC) ou *psicoterapia reflexiva* foi sistematizada entre 1950 a 1957. Apesar das influências que incorporou: positivismo e pragmatismo norte-americano; viés clínico psicanalítico, principalmente o ponto de vista de Rank e do grupo da Filadélfia; algumas noções da psicologia da Gestalt, como as de totalidade e inter-relacionamento, a TCC surgiu como resultado das experiências clínicas e dos resultados de pesquisa nessa área. Fundamentou-se em conceitos dinâmicos e abertos à revisão, pelo menos era essa a intenção de Rogers (1992, p.12):

Para os profissionais da terapia centrada no cliente, essa característica de desenvolvimento, de reformulação e transformação parece ser um de seus atributos mais proeminentes.

As principais mudanças verificadas nesse período foram: 1. Investigação objetiva da relação terapeuta-cliente; 2. Pioneirismo na coleta de material básico para pesquisa (casos clínicos completos); 3. Maior responsividade do terapeuta através do método “reflexo de sentimentos” ao invés da técnica de clarificação; 4. Reformulação dos objetivos da terapia em termos do desenvolvimento do *insight* verbalizado; 5. Ênfase às atitudes do terapeuta e às condições psicológicas que facilitam a mudança; 6. Aplicação dos pressupostos básicos da terapia a outros contextos das relações humanas. Nesta etapa, destacam-se as seguintes categorias:

a. Implementação de atitudes: os terapeutas que se apresentavam *empáticos* e com um *interesse genuíno* pelo cliente emitiam respostas

¹² O termo cliente foi utilizado a fim de evidenciar a condição da pessoa que procura ajuda, enquanto alguém responsável e ativo no processo ao invés da designação paciente que remete à passividade e à dependência.

caracterizadas pela atenção e compreensão ao quadro de referência interna do próprio cliente, um mergulho ao seu mundo subjetivo.

Essas respostas visavam elucidar e refletir sobre os sentimentos, o vivido do cliente, tal como ele os percebia e significava. A essa participação ativa do terapeuta para facilitar a tomada de consciência autônoma da experiência vivida pelo cliente, denominou-se *resposta-reflexo*. Para substituir a idéia de técnica ou método, Rogers preferiu utilizar o termo “implementação” de atitudes.

O cliente em geral percebe rapidamente quando o terapeuta está usando um “método”, uma ferramenta intelectualmente escolhida que ele selecionou para um propósito. Por outro lado, o terapeuta está sempre implementando, consciente e inconscientemente, as atitudes que adota em relação ao cliente (ROGERS, 1992, p.34, grifo do autor).

As três modalidades de resposta-reflexo utilizadas na terapia centrada no cliente são: a *reiteração*, o *reflexo propriamente dito* e a *elucidação*. Essas categorias só foram estabelecidas *a posteriori*, frutos da análise de entrevistas clínicas de Rogers, por isso, representam, acima de tudo, variações da expressão verbal utilizada no encontro terapêutico, não devendo ser utilizadas como meras “técnicas” (ROGERS e KINGET, 1977).

A *reiteração* consiste em reafirmar um elemento significativo da comunicação do cliente. Geralmente é uma resposta breve, dirigida ao conteúdo manifesto, cujo objetivo central é criar uma atmosfera de acolhimento e segurança para que o cliente possa se sentir acompanhado e compreendido e, assim, poder diminuir suas barreiras defensivas e ampliar seu campo de percepção. Não é, portanto, somente repetir as últimas palavras do cliente de forma técnica e impessoal, como algumas vezes se entende esse tipo de resposta, até de forma caricaturada.

O *reflexo propriamente dito* tem por objetivo acessar a intenção, a atitude ou sentimento inerente às palavras do cliente. Visa evidenciar aspectos do campo de percepção que não são claramente percebidos pelo cliente. A *elucidação*, em contrapartida, consiste em captar certos elementos que mesmo não fazendo parte do campo, o afetam. Busca tornar evidentes sentimentos e atitudes que não decorrem diretamente das palavras do indivíduo, mas que podem ser deduzidos da comunicação ou de seu contexto (ROGERS e KINGET, 1977).

b. Sensibilidade do terapeuta as manifestações afetivas mais do que ao significado semântico das expressões do cliente (HART, 1970). Característica marcante da psicoterapia reflexiva em que o terapeuta buscava espelhar em si o mundo fenomenológico do cliente, muito embora, ainda visando remover as fontes de ameaça na relação.

Neste momento, de intensa produção teórica, Rogers elaborou uma teoria da terapia e uma teoria da personalidade com a finalidade de explicar o processo terapêutico e de compreender a estrutura básica da personalidade.

A teoria da personalidade e da dinâmica do comportamento é tida como uma teoria que “tem um caráter basicamente fenomenológico e está fortemente fundamentada no conceito de *self* como um constructo elucidativo” (ROGERS, 1992, p. 604).

c. Tendência atualizante: postulado básico de que o ser humano tem uma tendência intrínseca para desenvolver todas as suas capacidades a fim de manter ou desenvolver seu organismo. A *tendência à atualização* envolve todas as funções do organismo como um todo, sejam elas físicas ou experienciais.

Enquanto potencial essa capacidade de compreender-se a si mesmo e de fazer escolhas construtivas na vida é parte integrante do ser humano, no entanto, ela não é completa e absoluta. A sua potencialização requer condições interpessoais favoráveis. Há de se considerar, portanto, os limites e as condições do meio. Além disso, ela deve ser entendida a partir de uma perspectiva fenomenológica, ou seja, “o que a tendência atualizante procura atingir é aquilo que o sujeito percebe como valorizador ou enriquecedor, não necessariamente o que é objetiva ou intrinsecamente enriquecedor” (ROGERS e KINGET, 1977, p.41).

Brodley (1999) destaca as seguintes características da *tendência atualizante*.

- Individual e universal: a sua expressão é única para cada indivíduo, mas é também a força motriz de todos os organismos;
- Ubíqua e constante: motiva o funcionamento do indivíduo em todos os níveis e em todas as circunstâncias; atua tanto em condições favoráveis quanto desfavoráveis, podendo ser distorcida ou interrompida, mas não destruída;
- Processo direcional: é um processo seletivo que objetiva uma diferenciação e complexidade crescentes visando à integridade, a manutenção e o desenvolvimento do indivíduo;
- Tendência para a autonomia e não para a heteronomia: move-se no sentido da auto-regulação orgânica;
- Atualização do eu (self): é um subsistema da tendência à atualização da pessoa como um todo;
- Natureza social: dirige-se para o comportamento social construtivo, dada a própria condição social do ser humano, mas sofre influências do contexto sócio-político-cultural.

A *tendência atualizante* é um construto fundamental na teoria de Rogers.

[Quando o homem] é de todo um homem, quando ele é seu organismo completo, quando a percepção da experiência, esse atributo peculiarmente humano, está operando na sua máxima plenitude, então se pode confiar nele, então seu comportamento é construtivo. Nem sempre será convencional. Nem sempre será conformista. Será individualizado. Mas também será socializado (ROGERS, 1991, p.105).

d. Campo fenomenológico: no que tange ao desenvolvimento humano, a teoria da personalidade pressupõe que “todo indivíduo vive num mundo de experiências, em constante mutação, do qual ele é o centro” (ROGERS, 1992, p. 549). Este mundo particular é chamado *campo fenomenológico ou fenomênico* que compreende tudo o que é experimentado pelo *organismo* em qualquer momento e que está potencialmente disponível à consciência.

Minha consciência e meu conhecimento efetivos de meu campo fenomenológico são limitados. Ainda é verdade, porém, que, **potencialmente**, sou a única pessoa que pode conhecê-lo na totalidade. Uma outra pessoa nunca poderá conhecê-lo tão completamente quanto eu (ROGERS, 1992, p.550, grifo do autor).

Esse espaço psicológico pode ou não corresponder à realidade objetiva; abrange a totalidade das experiências do indivíduo: experiências, sensações, percepções, eventos e impactos dos quais a pessoa não toma consciência, mas poderia se focalizasse a atenção nesses estímulos, ou seja, inclui o aspecto fisiológico, sensorial, meio ambiente. O ser humano deve ser compreendido a partir da teia de relações da qual faz parte, já que é um ser indissociado de seu contexto sócio-histórico-cultural.

e. Organismo: totalidade do indivíduo em sua relação com o meio. Essa concepção levou Rogers a criar o adjetivo “organísmico” para se referir ao organismo como totalidade concreta. A consciência é organísmica, não “corpórea”

nem “mental”. A experiência também pode ser considerada “organísmica”, pois se refere ao que se passa no *organismo* como totalidade concreta em interação com o meio (AMATUZZI, 1989).

f. Avaliação organísmica: a criança vive num meio, que do ponto de vista psicológico, só existe para ela, ou seja, vive imersa no seu *campo fenomenológico*, em seu espaço vital, sem ainda conseguir diferenciá-lo e organizá-lo em toda a sua complexidade. Possui uma tendência a atualizar as potencialidades do seu organismo, no sentido de um movimento ativo de busca e uma capacidade de avaliação organísmica de sua própria experiência, o que a leva a procurar ou evitar as experiências que são consideradas por ela como satisfatórias ou não (ROGERS, 1992; ROGERS e STEVENS, 1991). Com o tempo, a pessoa distancia-se deste processo organísmico de valorização; passa a se comportar segundo padrões e valores introjetados que a trazem aprovação e consideração sociais.

A experiência organísmica é a fonte do funcionamento saudável, que pode orientar a comunicação, o comportamento, a ação da pessoa no seu mundo, permitindo-lhe uma avaliação e eventual re-orientação destes. A Tendência Atualizante, concebida em uma perspectiva fenomenológica, manifesta-se através da própria experiência organísmica, do vivido pontual do indivíduo na sua relação com o mundo (FONSECA, 1998).

g. Self: ou *autoconceito*. Uma parte do *campo fenomenológico*, gradativamente, passa a se distinguir a partir das diversas relações que a criança estabelece. Como consequência, ela começa a ter maior clareza de si enquanto alguém diferenciado do mundo. Essa consciência de existir amplia-se, formando-se

a noção do eu (*self*), definido como “um padrão conceitual organizado, fluido e coerente de percepções de características e relações do ‘eu’ ou do ‘mim’, juntamente com *valores* ligados a esses conceitos” (ROGERS, 1992, p. 566). Essa configuração experiencial de percepções refere-se ao indivíduo, às suas relações com os outros, com o ambiente e a vida em geral. Encontra-se em fluxo contínuo e está disponível à consciência.

Como o *self* está ligado a *valores*, muito deles não são experienciados de forma direta, mas introjetados dos outros, principalmente de pessoas socialmente significativas, que Rogers designa de “pessoas-critério”. O afeto dispensado por elas é de certa forma condicional. Para manter sua necessidade básica de apreço e consideração, isto é, de ser amada e acolhida pelo outro, a criança passa a introjetar os valores dessas pessoas, incluindo-os em seu autoconceito, mesmo que eles não provenham de suas próprias experiências orgânicas. Há de certa forma, um falseamento e distorção daquilo que ela experimenta, já que a criança passa a manifestar posturas e concepções rígidas a partir da introjeção de valores dos outros.

A pessoa tenta ser o “eu” que as outras pessoas querem que ela seja, em lugar do “eu” que ela é realmente. Por isso a família e outras relações institucionalizadas em nossa cultura parecem ser responsáveis por algumas áreas férteis para o desenvolvimento das “doenças” psicológicas (ROGERS e WOOD, 1978, p. 197).

Isso é resultante do processo de socialização em que valores, concepções e ideologias aprendidas também constituem os modos de ser e agir no mundo. “A rede de pensamentos, sentimentos, opiniões, conceitos, valores; a conexão biológica entre as pessoas influenciam a maneira *como* uma pessoa se expressa” (WOOD, 1995, p. 211). O *self*, então, não deve ser concebido apenas no sentido de singularidade, pois, estamos conectados com os outros ao nosso redor e a

diversidade de percepção relaciona-se com a qualidade das relações estabelecidas e com o nível de receptividade e compreensão do outro.

h. Necessidade de consideração positiva e complexo de consideração. à medida que o *self* se expande, desenvolve-se a 'necessidade de consideração positiva', ou seja, de afeto, apreço e estima. A satisfação desta necessidade é baseada em inferências relativas ao campo de experiência do outro; a criança observa os sinais e cria uma imagem da maneira pela qual a sua mãe ou pessoa socialmente significativa expressa seus sentimentos. Cada nova experiência tende a modificar esta imagem, formando um sistema complexo denominado 'complexo de consideração'. No momento em que a pessoa socialmente significativa expressa consideração positiva em relação à criança esta é transmitida a todo complexo de consideração associado a esta pessoa. Uma desaprovação específica em relação a algum comportamento da criança pode ser experienciado por ela como uma desaprovação geral a todo seu eu. A necessidade de consideração positiva de pessoas pelas quais a criança investe seu afeto passa, então, a se tornar uma força diretriz e reguladora de seu comportamento mais forte que o processo de avaliação orgânica (ROGERS e KINGET, 1977).

i. Pessoa plena: aquela que é sua própria pessoa-critério, cujas experiências são alicerçadas a partir das satisfações e frustrações vivenciadas, independente da manifestação de consideração positiva dos outros, pois a pessoa experimenta uma 'consideração positiva de si'. Esta seria uma pessoa, hipoteticamente, funcionando de forma plena, ou seja, aberta para reconhecer e elaborar suas experiências e sentimentos pessoais sem que se sinta obrigada a

negar ou deformar suas opiniões ou atitudes íntimas para manter a afeição e o respeito de pessoas socialmente significativas para ela.

j. Avaliação condicional da experiência: quando as experiências do indivíduo são julgadas e não confirmadas, principalmente, por pessoas socialmente significativas, ele passa a agir consigo mesmo também de forma seletiva. Desenvolve um modo de avaliação condicional de sua própria experiência, manifestando comportamentos guiados por valores introjetados. Pode atribuir a certos comportamentos um valor positivo que, a nível organísmico, experimenta como negativo ou desagradável.

É por essa razão que a teoria da personalidade fundamenta-se no *self* como constructo elucidativo, pois ele torna-se um conjunto organizado de percepções que instrumentalizam a pessoa para atuar na vida, mesmo que não concretize suas necessidades. “A pessoa reage à sua realidade como ela percebe e a define, guiada pelo conceito que faz de si mesma” (ROGERS e WOOD, 1978, p. 197). O *self* é entendido, portanto, como uma configuração experiencial composta de percepções referentes ao indivíduo, às suas relações com os outros, com o ambiente e a vida em geral, bem como aos valores por ele atribuídos a essas percepções. Constitui-se e reconstitui-se em contínuo processo – *self* em relacionamento – sob a égide complexa de múltiplos fatores.

l. Modalidades de experiências: pré-reflexivas, não simbolizadas de forma consciente, porém podem ser captadas organísmicamente, ou como prefere Rogers, visceralmente.

Nem sempre o intelecto dá conta daquilo que é experimentado diretamente pelo indivíduo. Essas experiências encontram-se no nível do pré-reflexivo, do vivido, porém podem ser “subceptadas”. O termo subcepção refere-se à capacidade de discriminar um estímulo ameaçador, reagir a ele, mesmo que não seja simbolizado na consciência.

Isso ocorre devido a certos aspectos das experiências estarem relacionados com o *self*. Algumas experiências são *ignoradas*, por não possuírem significação para o *self*. Outras são introjetadas e tomadas de outras pessoas, mas percebidas de forma *distorcida*, como se tivessem sido experienciadas diretamente. Enquanto outras são *negadas* por serem incongruentes com o *self*. Ou podem ser *percebidas conscientemente*, estas são experiências vivenciadas diretamente pelo organismo e organizados na estrutura do *self*.

m. Desajuste psicológico: alto grau de incongruência entre o *self* e a experiência, o comportamento do indivíduo torna-se confuso e dividido, ocorrendo o desajuste psicológico, comportamento neurótico ou desorganização da personalidade. Ora a *tendência atualizante* apóia o *self* e a pessoa busca sustentar-se e agir de acordo com seu *autoconceito* ora ela dirige-se à experiência organísmica, e a pessoa busca satisfazer às suas necessidades, que podem ser muito discordantes dos seus desejos conscientes (ROGERS e WOOD, 1978).

Em conseqüência deste desacordo interno, o indivíduo sente-se ameaçado e ansioso, comporta-se defensivamente e seu pensamento se torna restrito e rígido. É, portanto, para proteger a integridade do *self* que as experiências ameaçadoras são distorcidas ou não são simbolizadas. Os processos defensivos e a

rigidez perceptual impedem a simbolização correta da experiência ameaçadora, evitando que os estados perturbadores e de angústia se apoderem do indivíduo.

n. Desorganização psíquica: caso esse estado de desacordo entre o *self* e a experiência seja desvendado de maneira súbita, o processo de defesa se torna impotente. O desacordo é experimentado no nível da *subcepção* provocando intensa ansiedade. A intensidade da angústia é proporcional à extensão do *self* afetado pela ameaça. A experiência se torna corretamente simbolizada e é esse choque na tomada de consciência que produz um estado de desorganização psíquica. O indivíduo passa a manifestar comportamentos instáveis e estranhos ora relacionados à estrutura do *self* ora não. A tensão e o conflito decorrente dessa desorganização produz um comportamento semelhante ao que se conhece por personalidade múltipla (ROGERS e KINGET, 1977).

o. Expansão do self: Para que o processo de reintegração seja efetivado, Rogers considera que devem existir certas condições psicológicas bem definidas. É necessário um clima terapêutico seguro, em que a pessoa sinta-se aceita e compreendida para assim poder avaliar sua experiência de forma mais livre e menos condicional, integrando na estrutura do *self* experiências antes negadas ou distorcidas. Com a expansão do *self* surge uma nova configuração, mais maleável e fluida. A pessoa passa a agir de forma menos defensiva, com aumento da consideração positiva de si e, conseqüentemente, do outro. O indivíduo confia mais em sua experiência e na sabedoria do seu organismo. As mudanças do comportamento ocorrem, portanto, quando há uma reorganização perceptual na estrutura do *self*.

À medida que a pessoa percebe e aceita em sua estrutura de Self uma maior parcela de suas experiências organísmicas, verifica que está substituindo seu **sistema** atual de valores – baseado amplamente em introjeções, que foram deformadamente simbolizadas – por um **processo** contínuo de avaliação (ROGERS, 1992, p. 593, grifos nosso).

p. Atitudes do terapeuta: Em seu artigo “As condições necessárias e suficientes para a mudança terapêutica da personalidade”, de 1957, Rogers postula que três atitudes do terapeuta – *empatia, congruência e consideração positiva incondicional* – são fundamentais para que mudanças construtivas na personalidade do cliente possam ocorrer.

Congruência ou autenticidade implica numa consideração do presente imediato da experiência do terapeuta, ou seja, na consciência de sua própria vivência, de seu próprio vivido. Ser autêntico, real e transparente na relação, sem artifícios e máscaras profissionais é algo obviamente difícil e nem sempre possível. Mas o que Rogers e seus colaboradores descobriram é que quanto mais o terapeuta puder ser real, ele mesmo, com seu jeito e estilo próprio de ser na relação, haverá maior possibilidade de reduzir as barreiras no relacionamento. O cliente provavelmente também poderá falar de modo mais adequado e genuíno com o terapeuta, devido à ressonância da própria atitude verdadeira e humana do terapeuta. E isso não significa que o terapeuta deva externar impulsivamente quaisquer sentimentos que experimente, mas que ele não os negue e exprima os sentimentos persistentes que tenha a respeito do relacionamento.

Ser genuíno tem vários efeitos sobre a relação terapêutica uma vez que orienta as respostas e intervenções do terapeuta, no sentido de ajudar o cliente a aprofundar seu processo experiencial. Por outro lado, expressões artificiais, maneirismos, incorporação de estilo e técnicas de outrem não ajudam, podendo,

inclusive, ter conseqüências sérias para a relação terapêutica e para o desenvolvimento do terapeuta.

Consideração positiva incondicional, conceito desenvolvido por um de seus orientandos, Stanley Standal, em sua dissertação para obtenção do título de PhD pela Universidade de Chicago em 1959. Rogers preferiu utilizar o termo *consideração* ao invés de aceitação, como era denominada essa condição. Considerar positiva e incondicionalmente o cliente é ter um interesse positivo, um respeito básico, uma atenção não valorativa por sua singularidade e alteridade, é ser capaz de confirmar o outro em sua diversidade. Aceitá-lo com suas diversas expressões sejam elas sentimentos considerados positivos ou negativos: sentimentos de defesa, hostilidade, dor ou amor. A presença desta postura na relação terapêutica permitirá que o cliente explore seus sentimentos mais profundos e mais reservados.

Como pedra de toque, a consideração positiva incondicional cria condições para que o cliente possa afirmar o seu vivido, e progressivamente com ele identificar-se de um modo habitual. De modo que a habitual identificação do cliente com o seu vivido permite-lhe uma potencialização de sua originalidade e de sua criatividade, de suas forças e vontade, na resolução e encaminhamento de suas questões existenciais (FONSECA, 1998, p. 23).

O trecho citado demonstra que, para o autor, o respeito incondicional pelo ponto de vista fenomenal do cliente enquanto um outro diferente e autônomo é a característica central da *consideração positiva incondicional*. É uma postura ativa e vivencial e não uma simples aceitação da pessoa como um valor absoluto. Uma relação estabelecida segundo esse preceito possibilita, por meio da confirmação e do encontro dialógico, a restauração das forças construtivas do cliente.

Compreensão empática foi considerada inicialmente por Rogers (1995, p.167) como a capacidade, por parte do terapeuta, de “perceber o mundo particular

do cliente como se fosse o seu próprio, sem, entretanto, perder a característica ‘como se’”. Significa captar com precisão os sentimentos e significados pessoais que o cliente está vivendo e comunicar essa compreensão ao mesmo. Nesse sentido, o terapeuta esforça-se por comunicar não somente aquilo que é claramente conhecido do cliente, mas também o significado da experiência do cliente da qual ele tem pouco conhecimento ou do que é vagamente conhecido por ele, o que irá auxiliá-lo a vivenciar os significados de forma mais plena e progredir na sua vivência.

Vários termos aparecem nas publicações de Rogers que fazem alusão à *empatia*. estar à vontade no mundo do cliente, movimentar-se livremente, estar sensível, mostrar, clarificar, permanecer alerta. É um conceito, assim como os demais, que permanentemente vai sendo reformulado conforme as novas proposições acerca da psicoterapia. Por essa razão, a *compreensão empática* pode ser entendida como condição, atitude, qualidade, estado, processo, habilidade, aptidão e fonte de conhecimento.

Para Rogers a função do terapeuta era liberar o potencial do cliente, daí seu empenho na investigação sistemática sobre as atitudes terapêuticas e as condições do processo que facilitam essa potencialização.

3.1.1.3 Psicoterapia Experiencial ou Centrada na Pessoa

a. Foco nas habilidades e atitudes gerais do terapeuta: Neste terceiro período, há um amadurecimento significativo na prática e na teoria da psicoterapia. Ela é consequência das fases anteriores, mas apresenta diferenças, principalmente, quanto à concepção sobre a mudança terapêutica, vista agora de forma mais processual.

Rogers passou a interessar-se com a extensão das aplicações da terapia centrada no cliente. Em 1957, transferiu-se para a Universidade de Wisconsin e criou um grupo de pesquisa com profissionais dos departamentos de Psicologia e Psiquiatria desta Universidade, abrindo com isso novas possibilidades de testar suas hipóteses a cerca das condições que facilitam a mudança terapêutica da personalidade. Lançou-se em um projeto, o *Schiz-project*, para investigar a eficácia de sua terapia com pacientes esquizofrênicos (MORATO, 1989).

Ao trabalhar com pacientes esquizofrênicos internados, pouco motivados e que não se expressavam verbalmente, os terapeutas que atuavam a partir do modelo centrado no cliente se viram obrigados a reformular concepções e posturas. Tornaram-se mais expressivos e ativos, distanciando-se da preocupação do que e como deveriam agir.

Tomei muitas vezes consciência do fato de não *saber*, cognitivamente, onde conduzem as relações imediatas. É como se nós dois, o cliente e eu, nos deixássemos deslizar, muitas vezes com receio, para uma corrente de devir, uma corrente ou processo que nos arrasta. É o fato de o terapeuta se deixar flutuar nessa corrente da experiência ou da vida, ter descoberto que isso compensa, que o torna cada vez menos receoso de mergulhar. É a minha confiança que torna mais fácil ao cliente embarcar também, um pouco mais de cada vez (ROGERS, 1991, p.182)

Com a contribuição, em especial, do psicólogo e filósofo Eugene Gendlin, ocorre uma mudança da perspectiva positivista lógica para uma visão mais processual, intersubjetiva, existencial e fenomenológica da psicoterapia. Gendlin foi treinado por Rogers e trabalhou com ele e seu grupo por onze anos, a esse respeito afirma:

Rogers foi contrário a praticamente tudo o que parecia conhecido no campo da psicoterapia. Ele modificou o papel do terapeuta, que não deveria impor suas interpretações [...] o paciente deixava de ser um objeto passivo de "tratamento". Rogers mudou o próprio termo "paciente" para "cliente". Eliminou o modelo médico e tirou o novo termo do campo do

Direito [...]. Os clientes foram convidados a ir a fundo em suas próprias experiências. O terapeuta estava à disposição para ouvir e partilhar cada nuance da experiência dos clientes [...] Rogers eliminou o divã. Isso era tão incomum que um manual daquela época dedicou uma de suas poucas figuras a uma foto de duas pessoas sentadas separadas por uma mesa. Tratava-se de uma figura da Terapia Centrada no Cliente! Ele eliminou o diagnóstico, a história do paciente, a tomada de notas durante a sessão, o distanciamento clínico, e todas as frias atitudes. Alguém que se graduava através de seus programas, se tornava um novo tipo de psicólogo. Rogers criou um ponto de partida completamente renovado. Isso requereu uma imensa coragem (GENDLIN, 1992, p.448)

Rogers, no entanto, nunca chegou a denominar sua terapia de “experencial”, afirma que “sua passagem por Wisconsin representou uma transição da Terapia Centrada no Cliente para a Abordagem Centrada na Pessoa” (MORATO, 1989, p. 81). Mas isso não impede de identificar-se uma fase experencial no trabalho de Rogers, como o fez HART (1970), CURY (1993), WOOD (1995). O que marca esse estágio é a revisão de alguns conceitos a partir das propostas de Gendlin e das experiências vividas durante o projeto com esquizofrênicos.

b. Formas de experienciação: O foco da terapia passou a ser não mais o desenvolvimento do autoconceito (*self*) e a congruência deste com as experiências organísmicas, facilitado pelo terapeuta por meio da reflexão de sentimentos, mas as *formas de experienciação*, os *significados sentidos* experimentados pelo cliente no momento do encontro terapêutico, ou seja, o processo vivido organísmicamente por ele ao trazer suas demandas. Há, portanto, uma resignificação do processo de *experenciar* a partir das concepções de Gendlin.

Experiencing pode ser traduzido como experienciando ou experienciação. Autores diversos utilizam uma ou outra designação, neste trabalho utilizaremos o termo *experienciação*, mas referindo-se sempre a uma idéia de processo, de algo em fluxo.

Experienciação é entendido como um processo de sentimento ao invés de conceitos. Ocorre no presente imediato e pode ser diretamente referida por um indivíduo como um dado sentido no seu campo fenomenal. A Experienciação guia as conceituações do cliente e tem significado implícito, organísmico e pré-conceitual (GENDLIN, 1961). Vejamos o que isso significa.

Para Gendlin (1961, 1964), a mudança terapêutica envolve um fluxo de eventos e sentimentos que ocorrem continuamente no indivíduo, quase sempre no contexto de um relacionamento pessoal em andamento. Assim, o crescimento ocorre no *continuum* do processo inter e intrapessoal, através da aprendizagem do indivíduo em focalizar e utilizar a experiência imediata e não somente através de operações intelectuais. Mesmo esta sendo uma conclusão bastante aceita dentre as diversas teorias psicológicas, afirma que poucas têm investigado este processo que permite a mudança de personalidade.

A *experienciação* não é um sentimento, atributos, traços ou disposições da pessoa, mas um *processo de sentimento*, pois, ela é sentida ao invés de pensada, sabida ou verbalizada. “É o processo de sentimentos concretos e corporais que constitui a matéria básica dos fenômenos psicológicos da personalidade” (GENDLIN, 1964, p. 111). Corresponde ao que a pessoa senti aqui e agora, neste momento. É um fluxo dinâmico e mutável de sentimentos ou sensação corporal que possibilita qualquer indivíduo sentir alguma coisa em determinado momento.

Ela *pode ser diretamente referida* por um indivíduo como um dado sentido no seu próprio campo de experiências. “Refere-se à massa aperceptiva da vida subjetiva do indivíduo, ao sentido implicitamente e conhecido diretamente que é a fonte dos significados pessoais” (HART, 1970, p.12). Gendlin utiliza o termo

referente direto para indicar esta forma de experienciação que se relaciona a um sentimento ou sensação corporal interior e não a um significado lógico.

A *experienciação*, apesar de ser um fenômeno diário, é difícil de ser observada, por ser algo muito particular, no entanto, os gestos, tom de voz, a maneira de se expressar, assim como o contexto do que é dito são geralmente indicativos de referência direta à *experienciação*. Isso pode ser constatado quando alguém utiliza determinadas expressões verbais tais como os pronomes “isto” ou “essa coisa” ou “este sentimento de aperto” para apontar algo que está se passando com ele. Ocorre também que esse apontar para o dado sentido, ou seja, a *referência direta à experienciação* pode acontecer concomitantemente com uma conceituação precisa. Nesse caso a *experienciação* é algo novo, além dos conceitos que tentam definir o que a pessoa está vivenciando.

Outra característica da *experienciação* é que ela *guia a conceituação*. a pessoa pode sentir algo, fazer referência ao que está sentindo por determinado tempo antes da tentativa de conceituá-lo. É como se a pessoa tivesse um conhecimento do que está se passando com ela, mesmo que não consiga traduzi-lo em palavras concisas. Isto remete a outra característica, a *experienciação é implicitamente significativa*: o significado implícito é somente sentido, ele poderá ou não ser explicitado através de conceitos. Os símbolos explícitos são empregados para identificar pequenas parcelas do que sentimos ou pensamos, pois a maior parte do que pensamos apresenta-se na forma de significado sentido (*felt sense*).

Na visão de gendiana é a dimensão do significado sentido que produz mudança terapêutica e não o enfoque nos conteúdos.

As pessoas mudam através de sentimentos dos quais elas não tinham consciência e nem os tinham expressado anteriormente. Maior intensidade de sentimentos conhecidos não conduz à mudança. Pessoas muitas vezes

sentem e expressam sentimentos repetitivos de forma contundente, e mesmo assim, mudanças não ocorrem (GENDLIN, 1984, p. 77).

Gendlin (1961) esclarece que o significado sentido implícito não é algo inconsciente ou negado à consciência. A *experencição do dado sentido* é consciente, mesmo que as múltiplas significações de um sentimento nunca tenham sido conceituadas antes, pois se não fosse consciente a pessoa não poderia sentir, referir-se ou tentar conceituar esse dado sentido.

Não se deve confundir, no entanto, os fenômenos da *experencição* com os da conscientização, uma vez que a *experencição* diz respeito, acima de tudo, ao processo subjetivo que é conhecido, mas nem sempre conceituado em palavras. Mesmo quando o significado é explicitado, ele contém, implicitamente, muitos outros significados que não foram contemplados pela formulação explícita.

Em síntese, os significados sentidos implícitos são pré-conceituais, conscientes, mas ainda indiferenciados; o que difere da suposição de que eles tenham sido conceituados e, depois, reprimidos. Gendlin (1961, p.236) justifica tal assertiva esclarecendo que “os eventos pré-conceituais no organismo podem ter sentido porque todos os eventos organísmicos ocorrem em padrões organizados de interação nos ambientes biológico e interpessoal”. Estes dois ambientes afetam a constituição complexa do organismo, pois, mesmo que já se traga algo desde o nascimento, não se pode negar o efeito do condicionamento e aprendizagem no decurso da vida através da rede de eventos e interações que são permanentemente estabelecidas.

Assim sendo, a pessoa está sempre experienciando em situações, na relação com os outros e com o mundo. Devido este caráter processual da *experencição*, há, por conseguinte, uma compreensão complexa e ativa do que está ocorrendo, mesmo que não se consiga formular tal entendimento com palavras

precisas. Daí porque é algo implícito e não cognitivo. Da interação entre o processo sentido corporalmente e a compreensão implícita chega-se ao significado sentido que, então, pode ser comunicado uma vez que a linguagem já está envolvida na própria experiência. É o que faz Gendlin *apud* Morato (1989, p.91) afirmar que o sentido experiencial guia nossa linguagem, portanto, “experiência, linguagem e situações estão assim inerentemente conectadas”.

Gendlin apóia-se na fenomenologia de Heidegger para melhor explicitar o fenômeno da *experiencição*. Apresenta o conceito de *BEFINDLICHKEIT*, buscando correlacioná-lo com a psicologia. Esse termo provém do verbo *BEFINDEN* que pode ser entendido de três formas distintas: “como vai você?”, “como você está se sentindo?” ou “como você está?”. Seu significado conduz o interlocutor a buscar a si mesmo e a situar-se entre as circunstâncias de sua vida. *Benfindlichkeit*, é, portanto, um conceito relacional, que “expressa o modo de existência da condição humana e de sua capacidade de sentir sentimento, afeto ou emoção”. Essa condição de sentir a si mesmo na sua relação com os outros, já traz uma compreensão implícita do que se está fazendo, com a presença de uma comunicação. É um conceito que se refere ao ser humano que é seu “relacionando-se”; diz respeito a algo que existe antes da distinção que se faz entre interno e externo (MORATO, 1989, p. 92).

A implicação deste conceito para a Psicologia remete a um olhar processual sob a condição humana, pois, é atributo do ser humano a disponibilidade de acessar a si mesmo e aos outros, com a compreensão implícita do que está ocorrendo. Com isso há uma abertura a um novo dado e a novas relações, já que o processo experiencial é incompleto e pré-conceitual, com possibilidades de abertura à nova avaliação e atualização da experiência. Messias (2001) aponta a correlação existente entre esta noção e o conceito de tendência atualizante proposto,

anteriormente, por Rogers, como a característica básica que garante a viabilidade de mudança psicológica.

c. Ampliação dos conceitos de autenticidade e compreensão empática:

Quanto à psicoterapia, o conceito de *experencição* possibilita outra perspectiva de se entender o conceito de sentimento e, por conseguinte, de autenticidade. Com relação a este aspecto, Morato (1989, p.93) esclarece:

Experenciando (*experencição*) é o processo que se refere aos modos dos sentimentos ocorrerem sendo afetados no e com o mundo. Assim, é uma situação de afetar-se e ser afetado. É um processo reflexivo que revela como a pessoa é através de sua possibilidade de ver-se em atuando. Dessa forma a autenticidade da pessoa é compreendida como *sendo por seus aspectos* bem como *pelo seu sendo no mundo com os outros*. A pessoa não é as possibilidades de ser, mas sim a possibilidade de lançando-se, sendo este lançando-se, ser o que já é, como já é. Sendo o móvel e o movente, revela-se a si mesmo.

Dessa forma, *autenticidade* significa ir ao encontro de si mesmo, uma possibilidade de lançar-se, através da relação intrínseca com os outros, com as coisas e com o mundo; e assim, encontrando-se, poder constantemente confrontar-se e apropriar-se da sua existência. Este conceito amplia a noção preliminar de Rogers sobre a congruência ou autenticidade entendida como a capacidade do indivíduo em simbolizar adequadamente suas experiências no decurso de uma relação, de estar constantemente em contato com o que ocorre consigo. “Ser autêntico inclui a difícil tarefa de conhecer o fluxo da vivência que ocorre em nosso íntimo, um fluxo marcado principalmente pela complexidade e pela mudança contínua” (ROGERS e STEVENS, 1991, p. 106). Com isto, reconhece a dificuldade em atingi-la em sua plenitude.

Em Rogers, o psicoterapeuta deve estar atento, durante o encontro terapêutico, ao fluxo de suas próprias experiências e responder ao cliente a partir

disto. Gendlin *apud* Morato (1993, p.100) complementa que o “sentimento que o indivíduo ‘segue’ otimamente está na consciência e implicitamente contém significados sociais, morais e intelectuais”, pois a congruência envolve a experiencição consciente do que é implicitamente significativo.

Esta nova definição foi sendo construída a partir da prática clínica com pessoas internadas portadoras de transtorno psicótico. Os terapeutas passaram a utilizar a experiência imediata e construir novas possibilidades de intervenção, tendo como base a atenção ao seu próprio processo de experiencição no momento do encontro terapêutico. Essa postura redimensionou a função do terapeuta nesta fase de desenvolvimento da psicoterapia centrada na pessoa. A atitude de autenticidade ou genuinidade é, portanto, a tentativa de ser quem se é no relacionamento, é compartilhar com a outra pessoa as percepções sentidas e responder aos próprios processos de experiencição para manter em foco a procura de um significado sentido pelo cliente.

Outra influência do conceito de experiencição de Gendlin para a teoria e a prática da psicoterapia centrada na pessoa refere-se ao processo de compreensão da experiência vivida pelo cliente. Originalmente Rogers entende a *compreensão empática* como a capacidade, por parte do terapeuta, de perceber o mundo particular do cliente como se fosse o seu próprio, sem, entretanto, perder a característica “como se”. Para facilitar esse processo, utiliza-se a reflexão de sentimentos. Depois revisou o conceito de empatia não mais o considerando como um estado e sim como um *processo*, em que o foco está nas habilidades e atitudes do terapeuta a serem comunicadas por uma variedade de comportamentos terapêuticos. Portanto, transitar empaticamente pelo mundo subjetivo do cliente não é repetir com outras palavras o que ele disse ou refletir algum sentimento presente.

A compreensão empática é uma referência direta e sensível ao significado sentido experienciado no momento atual, ou seja, a resposta efetiva do terapeuta visa: referir-se diretamente e ajudar o cliente a também referir-se diretamente à experiência presente; facilitar o contato mais intenso do cliente com sua experiência para poder encará-la e atravessá-la; ajudá-lo a colocar seu significado implícito em conceitos que melhor o exprimem (HART, 1970). Percebe-se assim que, quando a resposta do terapeuta é efetivamente empática, ela possibilita um levar adiante por parte do cliente, uma auto-exploração, ajudando-o a progredir em sua consciência dos aspectos desconhecidos de sua experiência e de si mesmo.

Quando aplicada às pessoas com esquizofrenia, esta compreensão empática manifesta-se não no âmbito verbal, mas *sub-verbal*, já que a expressão verbal consiste em pequena parcela da comunicação desses clientes.

Quando o cliente não apresenta auto-expressão, não fica vazia a vivência momentânea do terapeuta. A todo momento, no terapeuta, ocorre uma série de sentimentos e fatos. A maioria destes referem-se ao cliente e ao momento presente. O terapeuta não precisa aguardar passivamente até que o cliente exprima alguma coisa íntima ou de importância terapêutica. Em vez disso, pode usar sua vivência do momento, e aí encontrar um reservatório sempre presente, do qual pode servir-se e com o qual pode iniciar, aprofundar e continuar a interação terapêutica, mesmo com uma pessoa não motivada, silenciosa ou exteriorizada (GENDLIN, 1991, p. 140)

Nessas situações, é o terapeuta que inicia a relação de forma aberta e expressiva, podendo exprimir afeto, solicitude e interesse, características de uma relação pessoa-pessoa. É esta auto-expressão que pode possibilitar a interação pessoal e afetar o cliente, mesmo que ele se mostre silencioso e desinteressado. Com uma interação sub-verbal, busca-se restaurar o processo interpessoal de interação. Para isso, o terapeuta deve, inicialmente, indagar-se de que processo subjetivo provém esta rudimentar e confusa comunicação do cliente. Assim parte de algo sentido, com significação conceitualmente vaga, mas experienciada

concretamente pelo cliente. O terapeuta segue a pista do sentido pré-conceitual que poderá estar sendo vivenciado pelo cliente, mesmo que não tenha certeza do que se trata. Reagir a esta vivência estabelece a “possibilidade de comunicação dos sentidos mais profundos de onde surgem as verbalizações” (GENDLIN, 1991, p.145).

Para Rogers (1977, p. 72), o terapeuta deve ser “um companheiro confiante dessa pessoa em seu mundo interior”, mostrando os possíveis significados presentes no fluxo de suas vivências. Em termos gendlinianos, empatia é “ressaltar com sensibilidade o ‘significado sentido’ que o cliente está vivenciando num determinado momento, a fim de ajudá-lo a focalizar este significado até chegar a sua vivência plena e livre”.

As contribuições conceituais de Gendlin à fase experiencial da terapia centrada na pessoa repercutiram tanto na redefinição das atitudes facilitadoras do crescimento quanto em novo olhar sobre o processo de mudança.

d. Mudanças da personalidade: Descritas, inicialmente, por estudos sobre resultados através de técnicas que verificavam as alterações ocorridas na autopercepção e na percepção do outro. O interesse voltou-se, em seguida, a investigação do processo em que essas modificações da personalidade ocorrem. Para Rogers e Gendlin, o crescimento ocorre no *contínuo* de uma relação inter e intrapessoal por meio da aprendizagem do indivíduo em focalizar e utilizar a experiência imediata. A *experienciação*, processo subjetivo de referência interna, é, portanto, a categoria fundamental para a descrição do contínuo que indica o grau de abertura ou de rigidez da pessoa em relação ao seu próprio fluxo experiencial (MESSIAIS, 2001).

“O contínuo mais significativo é o que vai da fixidez para a mudança, da estrutura rígida para o fluxo, de um estado de estabilidade para uma realidade processual” (ROGERS, 1991, p.113). Esta mobilidade psicológica tende a ser vagarosa e gradual. Rogers delineou sete fases do processo de mudança entendidas como “sete possibilidades ou categorias de contato que uma pessoa tem com a própria vivência” (MESSIAS, 2001).

Primeira fase. Recusa de comunicação pessoal; indivíduo bastante distanciado de sua própria experiência; pouco ou nenhum reconhecimento do fluxo da sua vida afetiva; faz referência apenas sobre assuntos exteriores; vivência atual influenciada por estruturas passadas; diferenciação das significações pessoais da experiência feita de forma sumária ou global; construtos pessoais são extremamente rígidos; relações íntimas encaradas como ameaçadoras; nenhum problema é reconhecido ou captado; comunicação interna entre o eu e a experiência imediata seriamente bloqueada; não tem desejo de mudança; não procura voluntariamente a terapia.

Segunda fase. Expressão mais fluente em relação a tópicos pessoais; problemas são vistos sempre como exteriores ao próprio indivíduo; não há sentimento de responsabilidade pessoal em relação a eles. Sentimentos podem ser exteriorizados, mas não são reconhecidos como seus ou são descritos como objetos passados; diferenciação das opiniões pessoais muito limitada; construtos pessoais são compreendidos como fatos, difíceis de serem mudados; contradições podem ser expressas, mas com pouco reconhecimento delas enquanto contradições.

Terceira fase. A pessoa é capaz de falar de suas próprias experiências, mas as considera como objeto. O seu *self* é como um objeto refletido nas outras pessoas. Exprime e descreve os sentimentos e os significados pessoais que não

são atuais, com pouca aceitação dos mesmos. Sentimentos revelados como algo vergonhoso ou anormal; os construtos pessoais são rígidos, mas começam a ser reconhecidos como construtos, e não como fatos exteriores; há um reconhecimento das contradições da experiência; as opções pessoais são geralmente vistas como ineficazes.

Quarta fase. Há uma descrição de sentimentos mais intensos, entretanto não de forma presente e imediata. Quando sentimentos presentes são experimentados, isso provoca medo e desconfiança. Afinal há pouca aceitação dos sentimentos, embora já se manifeste alguma aceitação. A experiência está menos determinada pelas estruturas do passado; ocorre uma maior exploração dos construtos pessoais e questionamentos da sua validade. As incongruências entre o self e as experiências são mais claramente percebidas. O indivíduo busca uma melhor diferenciação dos sentimentos e significados pessoais, tendendo a uma simbolização mais exata das experiências; toma consciência de sua responsabilidade perante seus problemas pessoais, mesmo com hesitação. Aceita o risco de estabelecer certo grau de afetividade na relação com o terapeuta.

Quinta fase. Os sentimentos são expressos mais livremente como se fossem experimentados no presente, apesar do receio de vivenciá-los de forma plena e imediata. O cliente tende a perceber que a experiência de um sentimento envolve uma referência direta aos significados sentidos. Raramente há prazer quando os sentimentos emergem a superfície; a experiência é construída de forma mais maleável, com descobertas originais dos construtos pessoais e análise crítica destes; os sentimentos são mais intensamente vivenciados, porém ainda com certo atraso; há maior exatidão na diferenciação dos sentimentos e das significações. O

indivíduo aceita cada vez mais suas contradições e incongruências, responsabilizando-se com maior facilidade na resolução de seus problemas.

Sexta fase. É considerada por Rogers (1991) uma fase crucial do processo terapêutico. Sentimentos, antes bloqueados, são expressos com toda a sua riqueza no presente imediato. O indivíduo aceita este caráter imediato da experiência e do sentimento que constitui o seu conteúdo. Não é encarado como algo que deve ser negado ou combatido. O eu como objeto tende a desaparecer e a experiência é vivida subjetivamente, como um processo real. Ocorre uma descontração fisiológica; a comunicação interior flui de maneira mais livre, a incongruência entre a experiência e a consciência é vivamente experimentada no momento tendendo a desaparecer. Os construtos pessoais e anteriores dissolvem-se, o indivíduo sente-se liberto do mundo do qual até então vivera; o *self* deixa de existir como objeto, passando a assumir um caráter processual. O momento da vivência integral torna-se uma referência clara para o comportamento. Não há problemas exteriores ou interiores; o cliente está vivendo subjetivamente uma fase do seu problema, este não é um objeto.

Sétima fase. Sentimentos novos são experienciados de forma imediata e com riqueza de pormenores, tanto na relação terapêutica quanto fora dela. A experiência imediata perde seu caráter esquemático e torna-se a vivência de um processo. Nesta fase o terapeuta pouco interfere, sendo comum o cliente relatar acontecimentos transformadores ocorridos fora da terapia. O cliente é capaz de reconhecer seus sentimentos com grande riqueza de detalhes e de forma imediata. Há plena liberdade do fluir experiencial e um profundo sentimento de auto aceitação. Os construtos pessoais são reformulados de acordo com a necessidade. O *self* “torna-se cada vez mais simplesmente a consciência subjetiva e reflexiva da

experiência [...] como alguma coisa sentida em processo e na qual se confia” (Rogers, 1991, p.174).

e. Tendência formativa: Inspirado nos novos paradigmas científicos advindos da física quântica, da química e da biologia, Rogers amplia a noção inicial de Tendência Atualizante para uma concepção mais ampla e complexa denominada Tendência Formativa.

Existe uma tendência direcional formativa no universo que pode ser rastreada e observada no espaço estelar, nos cristais, nos microorganismos, na vida orgânica mais complexa e nos seres humanos. Trata-se de uma tendência evolutiva para uma maior ordem, uma maior complexidade, uma maior inter-relação (ROGERS, 1983, p.50).

Apesar de não ignorar a tendência dos sistemas para a deteriorização, esta visão está ancorada no conceito de *sintrópia* que considera a existência de uma tendência sempre ativa em direção a uma ordem crescente e a uma complexidade inter-relacionada. “O universo está em constante construção e criação, assim como em deterioração. Este processo também é evidente no ser humano” (ROGERS,, 1983, p. 45).

3.1.2 Propostas de re-configurações da matriz epistemológica da psicoterapia centrada na pessoa

Após a apresentação das categorias conceituais que compõem a estrutura epistemológica da psicoterapia centrada na pessoa, realizada no item anterior, passaremos agora a refletir sobre algumas propostas de re-configurações dessa matriz, veiculadas em publicações nacionais. O sentido de re-configuração,

desconstrução ou re-leitura proposto pelos autores não significa, necessariamente, destruição ou negação da teoria rogeriana, mas acima de tudo, um convite à atualização, ao redimensionamento, a um olhar contemporâneo diante dessa perspectiva, ou como nos refere Dutra (2004, p. 38) “desconstruir, no nosso entender, significa, antes de tudo, uma mudança no campo epistemológico”. Isso implica, portanto, em novas considerações a respeito de alguns conceitos básicos, como por exemplo, a noção de pessoa, de subjetividade, de compreensão, de fenômeno psicológico, dentre outros.

As inquietações que motivaram a produção de grande parte dos autores pesquisados perpassam por questionamentos quanto ao suporte oferecido pelas práticas psicológicas diante das necessidades e sofrimentos do homem contemporâneo. Belém (2004, p.79) argumenta que a crise de paradigmas na contemporaneidade “aponta para a insuficiência dos parâmetros da tradição moderna – dos quais Rogers se manteve fiel – que não dão mais conta de determinados fenômenos”. Novas formas de se pensar as psicoterapias são necessárias, pautadas na compreensão da relação terapêutica a partir da intersubjetividade e da constituição homem-mundo.

É neste sentido que a fenomenologia heideggeriana é apontada como uma possibilidade de diálogo, e não de fundamentação, com a psicoterapia centrada na pessoa, uma vez que ela oferece novos subsídios para se pensar a existência humana, ampliando e flexibilizando o legado de Rogers (BELÉM, 2004; ADVÍNCULA, 2001; BARRETO, 2001; BARRETO e MORATTO, 2001; DUTRA, 2004; MOREIRA, 1992).

Através de leituras criteriosas de artigos, livros, dissertações e teses relacionados ao objetivo do estudo, foi possível identificar alguns pontos

convergentes entre os temas anunciados pelos autores. Para facilitar a reflexão, destacou-se, conforme consta na tabela abaixo, as seguintes categorias: *centralidade*, *angústia* e *autenticidade* com indicação das perspectivas rogeriana e heideggeriana, além de apontar as propostas de articulação entre ambas.

Quadro 2. Re-configurações da matriz rogeriana

PERSPECTIVA ROGERIANA	PERSPECTIVA HEIDEGGERIANA	PROPOSTAS DE ARTICULAÇÃO
1. Centralidade: noção de pessoa com base no projeto da modernidade – ser indiviso, unitário, centrado, livre, primazia da ordem subjetiva.	Abertura: conceito vinculado ao projeto pós-moderno; disposição para a descoberta; <i>dasein</i> é mera possibilidade, abertura de ser; apropriação de si que é também abertura ao outro e ao mundo.	Incluir na teoria de Rogers uma perspectiva des-centrada: além da pessoa-indivíduo, com abertura à complexidade em que o homem constitui e é constituído pelo mundo.
2. Angústia: resposta funcional ao alto grau de incongruência entre <i>selfe</i> experiência organísmica.	Angústia: disposição fundamental da existência; fenômeno constitutivo da condição humana; possibilita desvelamento da existência, sair da cotidianidade, apropriar-se de si.	Abrir espaço, na teoria e método da ACP, ao estranho, à falta, como condição de possibilidade da existência.
3. Autenticidade: acordo interno, simbolização acurada da experiência na consciência, abertura à experientiação.	Cuidado: projetar-se ao seu poder-ser mais próprio, já é abertura enquanto tal, acontecendo; é propiciada pela angústia.	Função terapêutica: desvelar as várias possibilidades de existir e devolver o cliente ao seu <i>cuidado</i> ; facilitar à assunção de si e não mais 'libertar as capacidades já presentes em estado latente'.

Temos assistido, ao longo dos anos, mudanças significativas em nossa forma de pensar, de agir e de compreender os fenômenos que nos cercam. Novos valores, normas e costumes emergem, continuamente, no cenário sócio-cultural da atualidade. Vivemos um período de profundas transformações. O moderno e o pós-moderno residem em nós. Ora buscamos a estabilidade, a unidade, a segurança da

razão, ora nos vimos diante da transitoriedade, do desalojamento, do sentimento de solidão e da instabilidade.

O projeto epistemológico da modernidade dominou o pensamento ocidental até meados do século XX. Respalda-se no paradigma mecanicista newtoniano com os conceitos de objetividade, certeza e dualismo, em que a razão ocupa um lugar central e o ser humano é colocado como centro e dominador do universo. Ibañez *apud* Grandesso (2000, p.49, grifos da autora) ressalta que a modernidade apóia-se em quatro mitos:

o do “**conhecimento** válido como **representação** correta e confiável do mundo, o do **objeto** como constitutivo deste mundo, o da **realidade independente** do observador e o mito da **verdade** como o critério decisório”

No pensamento moderno, o objetivo é buscar o conhecimento fundamental, verdadeiro e rigoroso de um mundo objetivo, passível de observação, apriorístico, que existe independentemente de um sujeito cognoscente. Destaca-se o “caráter desvendador de um sujeito que **descobre** verdades universais, que podem ser expressas em leis gerais, atemporais e descontextualizadas” (GRANDESSO, 2000, p.49, grifo da autora). Esta tradição de pensamento, portanto, apóia-se no dualismo sujeito e objeto, mundo interno e mundo externo.

Barreto e Morato (2001) argumentam que em relação às matrizes do conhecimento psicológico estas refletem a forma de construção da modernidade, em que o conhecimento é válido quando elaborado na forma de conceitos, por meio de uma linguagem objetiva, cuja representação se adequa ao objeto percebido, ou seja, busca-se capturar o real, representado na forma de teoria. Assim sendo, o sujeito do conhecimento é tido como sujeito epistêmico pleno, desligado de qualquer dimensão mundana, eliminando, com isso, o aspecto relacional, posto que o mundo é criado a partir de si mesmo.

Apesar da crise e suposto declínio do projeto da modernidade, com sua ênfase à supremacia da razão e do progresso, ainda existe hoje, no período que se convencionou designar de contemporâneo ou pós-moderno¹³, um sujeito que luta e se impõe como eu racional. Este é um período de transição, de mudanças, em que antigos valores e costumes são questionados ao mesmo em que lutam por sua permanência (BELÉM, 2004).

Advíncula (2001b, p.40) ressalta que “as vicissitudes existenciais reclamam por mudanças paradigmáticas que implicam transformações no exercício das práticas clínicas”. Nesse início de século, emoções são experimentadas em intensidades diversas; sentimento de vazio, consumismo, individualismo, globalização, vida fragmentada, digital, enfim, o mundo contemporâneo enseja múltiplas configurações, “somos convocados e desafiados a desconstruir os ideais da tradição filosófica das identidades e das representações”, em vista de um pensamento complexo, já que

O humano, nessa nova configuração, dever ser compreendido, não só como *singular*, mas *singular-plural*; não só *homogêneo*, mas *homogêneo-heterogêneo*; não só, finalmente, indivíduo-pessoa entendido como substância essencial e indivisa, mas, principalmente, o homem que penetra e é penetrado pelo mundo, numa mútua constituição (ADVÍNCULA, 2001a, p.139).

É neste sentido que se propõe uma leitura crítica sobre a teoria da psicoterapia centrada na pessoa, sistematizada por Rogers, principalmente, na década de 1950, uma vez que ela é construída dentro do clima epistemológico da modernidade, influenciada pelo ponto de vista positivista e por valores da tradição americana.

¹³ Pós-modernismo é o nome aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades avançadas desde 1950, quando, por convenção, se encerra o modernismo (1900-1950) (SANTOS, 2006).

Há praticamente um consenso entre os autores de que existe na obra de Rogers, corroborado por ele mesmo, uma perspectiva teórica vinculada tanto ao funcionalismo biológico e ao positivismo lógico quanto a uma perspectiva existencial-fenomenológica. Rogers não conseguiu resolver esse conflito, mantendo-se vinculado aos preceitos da ciência tradicional e à dicotomia entre objetivismo e subjetivismo, apesar de ter reconhecido a dimensão subjetiva da produção científica. Como consequência construiu a teoria da terapia com base nos moldes científicos de causa e efeito, a teoria “se-então”, pois acreditava que a utilização dos processos da ciência lhe possibilitaria encontrar uma ordem na relação terapêutica e delimitar as condições facilitadoras do processo de mudança da personalidade (BARRETO e MORATO, 2001).

Moreira (1992, p. 16) problematiza a noção de pessoa na teoria de Rogers, fruto da cultura da qual ela emerge. Afirma que, no início de sua carreira, ele se preocupou com as influências sócio-culturais, mas à medida que desenvolveu o conceito de tendência atualizante passou a voltar-se à pessoa como centro, não priorizando a dimensão social, vista como algo inerente ao indivíduo. A pessoa é vista como “centrada, autônoma, racional, que traz dentro de si mesma os recursos para o seu próprio desenvolvimento. A pessoa é pensada como um ser interiormente livre, subjetivo, absoluto, universal”.

É interessante observar que, contrapondo a esta idéia acerca da dimensão social no trabalho de Rogers, Justo (2002, p.24) argumenta que, nas últimas décadas de vida, ele “envolveu-se, gradativamente em âmbitos sociológicos mais dilatados, como jamais fez um psicólogo antes”. É fato indiscutível que Rogers ampliou as possibilidades de atuação de sua abordagem. Dedicou-se aos grupos de encontro, resolução de conflitos de grupos antagônicos nos EUA, África do Sul e

Irlanda, o que lhe rendeu, inclusive, indicação ao Prêmio Nobel da Paz. Chegou a publicar alguns artigos em que demonstrava preocupação com os problemas sociais. No entanto, talvez dado ao seu engajamento nessas atividades, ele não priorizou a reformulação teórica a partir de suas novas experiências.

Estudos como os de Morato (1989), Cury (1993), Adivíncula (2001b) e Belém (2004) indicam que com o desenvolvimento das atividades de Grandes Grupos Intensivos e de Grupos de Encontro¹⁴, Rogers redimensionou suas concepções, não as sistematizando, porém, em uma nova fase de produção. Sustentam a hipótese de que as vivências em tais grupos “possibilitam a emergência de expressões afetivas normalmente escamoteadas nas situações cotidianas” [...] “experiências desalojadoras” [...] ou o “caos enlouquecedor”, que “possibilitam um acesso máximo à verdade experiencial”, verdade aqui entendida como *aletheia* que significa descoberta, velar e desvelar, e não como verdade representacional (ADVÍNCULA, 2000, p.10).

“Nessas vivências, experimentam-se profundamente o caos e a processualidade, que estão implicados na organização de novas ordens e, em consequência, pode-se experimentar a *descentralidade* do homem” (ADVÍNCULA, 2001b, p.38, grifo nosso).

Apesar de identificar tais vivências no processo grupal, ou seja, o confronto com a diferença e a multiplicidade e apresentar disponibilidade para acatar a evolução de sua teoria, Rogers, segundo adverte Belém (2004), manteve, em todo o seu pensamento, a concepção de *centralidade*, do homem capaz de se compreender suficientemente com base na racionalidade ou sabedoria de seu organismo. A autora propõe um re-pensar a clínica, não negando o legado de

¹⁴ Modelo grupal desenvolvido por Carl Rogers e colaboradores que visa “[...] exercitar a aprendizagem de conviver com um número diversificado de pessoas [...] tomar decisões e fazer escolhas [...] a partir das mudanças advindas dos acontecimentos que afetam a todos” (ADVÍNCULA, 2000, p.10)

Rogers, mas indo além da tendência atualizante e da ilusão de unidade, em que o homem possa ser pensado em termos de *abertura*, do ter-que-ser constitutivo do estar-aí.

Como a psicologia, que nascera de um processo histórico, no projeto da modernidade, em que ao mesmo tempo que instituía as cisões na experiência subjetiva não podia manter essas cisões, entendo Rogers em seus conflitos na tentativa de conciliar a subjetividade do processo terapêutico e a objetividade do caráter científico do processo, assim como sua posição linear na manutenção da centralidade mesmo diante da identificação do descentramento dos fenômenos grupais (BELÉM, 2004, p. 87).

Para Heidegger (2005), o ontológico do homem, o *dasein*, é um ser lançado no mundo, que sempre é suas próprias possibilidades. Projeta-se para elas através de vários modos de ser. O modo próprio da cotidianidade é o próprio-impessoal, pois na maioria das vezes nos dirigimos às coisas e ao mundo das ocupações. A compreensão da existência volta-se para a passagem do fechamento para a abertura, ou seja, a apropriação de si que é também abertura ao outro e ao mundo.

Belém (2004) propõe, em seu estudo, alguns paralelos entre a prática clínica e o pensamento heideggeriano. Afirma que para Rogers, a partir do conceito de tendência atualizante, o homem é capaz de se autodeterminar; tem algo *que já é*, em potência, algo simplesmente dado, essência. Enquanto que na perspectiva heideggeriana, o *dasein* é mera possibilidade, *abertura* de ser, projeto.

Diante disso, a psicoterapia teria como objetivo ajudar a pessoa a apropriar-se de si ou atualizar um potencial? A autora aponta que é pelo *cuidado* que o homem ganha liberdade para se construir como próprio e que, ao terapeuta, cabe a *tarefa de ajudar a devolver o cliente ao seu cuidado*. Argumenta que essa concepção heideggeriana se contrapõe ao conceito rogeriano de que a psicoterapia consiste simplesmente na libertação de capacidades já presentes em estado latente.

Na tarefa de “devolver o cliente ao seu *cuidado*” não se deve esquecer que o eu não se dá sem mundo, sem o outro e sem a estrutura do ser, ou seja, o ser humano só se faz no mundo, e pela sua condição de ser-lançado, ele tem a responsabilidade de cuidar do mundo. “Na prática clínica, o terapeuta funciona como facilitador para o outro assumir-se *outramente*, ou seja, assumir-se como cuidado de maneira mais própria, mais livre, mais responsável” (BELÉM, 2004, p.115).

A autora ressalta que uma maior clareza do enraizamento ontológico na clínica poderá nos abrir novas perspectivas e compreensão do próprio fazer clínico. A clínica, segundo ela, é uma atividade que lida com a dimensão ôntica da existência; trata dos entes, do cliente, dos fenômenos, porém, estes estão enraizados no ser, nas estruturas ontológicas do *dasein*. Adverte que existe uma tendência em nós, psicoterapeutas, de rotular o indivíduo, como por exemplo, ele é angustiado, medroso, insatisfeito ou tem potencial para, com isso nos referindo a uma essência a partir do que se observa onticamente. Aponta que na visão de Heidegger é na observação desses comportamentos “que a reflexão ontológica vai encontrar condições de possibilidade desses fenômenos, ou seja, é a estrutura ou modo de ser do Dasein que é fonte desses comportamentos possíveis e não ao contrário” (BELÉM, 2004, p. 111).

Advíncula (2001a, p.146), por outro lado considera que

[..] as *brechas* no cotidiano, as *quebras* na ordem costumeira e o contato com o estranho, com o múltiplo e com o complexo, desestabilizam o rotineiro, *desalojam o eu*. Criam, com isto, possibilidades da escuta do novo e do redimensionamento das percepções, desconstruindo as *lógicas identitárias*. Penso, também, que os momentos grupais suscitam, com maior probabilidade, situações dessa ordem pela multiplicidade de interações diferenciadoras que viabilizam.

Ressalta que o trabalho com grandes grupos possibilitou uma nova visão do processo terapêutico, agora concebido como um movimento ou fluxo

experiencial, resultado da interação terapeuta-cliente. Rogers, com base nas vivências grupais e inspirado nos novos paradigmas da física quântica, da química e da biologia, ampliou o conceito de tendência atualizante para tendência formativa. Passou a refletir sobre as interconexões, a desordem, a instabilidade dos sistemas complexos. Isso favorece, conforme a autora, pensar a psicoterapia não somente a partir de uma relação terapêutica *'um a um'*, mas compreendê-la inserida e constituída por múltiplas condições.

Em seu estudo, Advíncula (2001b), concluiu que o desenvolvimento da escuta clínica implica em sermos afetados por experiências desalojadoras. A organização grupal oferece um campo propício para experiências complexas e múltiplas que podem levar ao confronto com experiências incontornáveis e fundamentais para o devir humano.

Portanto, alguns questionamentos que aparecem em publicações nacionais sobre a psicoterapia centrada na pessoa voltam-se para a importância de incluir na teoria de Rogers uma perspectiva des-centrada, ou seja, um olhar que vá além da pessoa-indivíduo, com abertura à complexidade, à diversidade, ao estranhamento, a uma concepção em que o homem constitui e é constituído pelo mundo, uma vez que o próprio Rogers, em suas últimas produções, já indicava tais possibilidades.

Quanto à outra categoria apresentada como possibilidade de re-configuração da matriz epistemológica da psicoterapia centrada na pessoa, Barreto (2001), em seu estudo, aponta os limites do conceito rogeriano de angústia e apresenta o conceito de *angústia* de Heidegger enquanto possível contribuição para fecundar e re-significar a prática clínica.

Em Rogers (1992), a *angústia* é entendida como uma resposta funcional ao alto grau de incongruência entre o *self* ou autoconceito e a experiência organísmica. Quando há um desacordo entre o que a pessoa experiencia no nível organísmico e o seu autoconceito, as experiências não são simbolizadas na consciência ou são distorcidas por serem ameaçadoras à estrutura do *self*. O indivíduo neste estado sente-se ameaçado e ansioso, comporta-se de forma rígida e defensiva a fim de preservar-se. Este desacordo é experimentado no nível da *subcepção* provocando intensa ansiedade. A intensidade da angústia é proporcional à extensão do *self* afetado pela ameaça.

Nas palavras de Rogers:

De um ponto de vista fenomenológico, a angústia é um estado de mal-estar ou tensão cuja causa o indivíduo desconhece. Vista, do exterior, a angústia corresponde a uma tomada de consciência latente, pelo indivíduo, do conflito que existe entre o seu eu e a totalidade de sua experiência. Quando esta tomada de consciência se torna manifesta, a atuação das defesas se torna cada vez mais difícil. A angústia constitui a reação do organismo à “subcepção” deste estado de desacordo e ao perigo de tomada de consciência – que exigiria uma modificação da estrutura do eu (ROGERS e KINGET, 1977, p. 170).

A teoria rogeriana, conforme Barreto (2001, p.123), “descreve a angústia como distúrbio funcional, proveniente do impasse entre as estruturas psíquicas e as organizações sociais”. A autora problematiza esta compreensão, pois esta revela um caráter de causalidade entre os fenômenos, isto é, há uma possível causa própria da angústia que passa a ser vista como um fenômeno derivado e não constitutivo da condição humana.

Toma como base para sua argumentação o comentário de Rogers ao caso Ellen West, em um Simpósio organizado por Rollo May, em 1958. Nesta oportunidade, Rogers reflete sobre a experiência de isolamento do homem moderno com base na sua teoria da personalidade. Refere-se à incapacidade do indivíduo de

se comunicar livremente consigo mesmo e a influência das pessoas-critérios, como representantes das organizações sociais, no processo de valoração das experiências, que por sua vez, poderiam ser interceptadas à consciência. É aí que surge, em função do desacordo entre *self* e experiência, um mal funcionamento psíquico e o estado de angústia no indivíduo. O estado de acordo e contato consigo mesmo poderá ser restabelecido por meio de uma relação facilitadora de ajuda (BARRETO, 2001).

Ressalta que a *angústia*, na perspectiva de Rogers, associa-se, unicamente, ao desejo de vida, de desenvolver-se, à capacidade do organismo de reagir diante da ameaça subliminar provocada pelo desacordo entre a estrutura do *self* e a totalidade da experiência. Amparada em Pagés, a autora justifica que a visão de Rogers acerca do crescimento e da vida, e a conseqüente repulsa ao trágico, devem-se aos valores moralistas da cultura norte-americana e da concepção de ciência da época.

Indaga, ainda, sobre os limites da perspectiva de Rogers sobre a *angústia*, que se baseia em uma dimensão predominantemente intrapsíquica, diante do mal-estar contemporâneo e das novas formas de constituição de subjetividades em que o homem se encontra em um mundo permeado de múltiplos eventos que não compreende, muitos dos quais, geradores de descontrole. Julga ser necessário outros parâmetros para se pensar a existência humana; um deles é o posicionamento heideggeriano que através de suas ressonâncias poderá possibilitar re-configurações do quadro teórico da psicoterapia centrada na pessoa.

Na perspectiva heideggeriana, a angústia “ao caracterizar-se por colocar o *ser-aí* diante do “nada”, possibilita a recondução à totalidade do ser, afastando-o da superficialidade objetivante do cotidiano” (BARRETO, 2001, p.138, grifo da autora).

Esta noção possibilita uma aproximação com a experiência de desamparo, modo de ser característico dos tempos atuais. No entanto, adverte que a angústia não é uma reação a um determinado evento, e sim um fenômeno próprio da condição humana. Ela possibilita a descoberta da finitude, ao mesmo tempo em que, abre possibilidades para o encontro com a alteridade e o fluir da existência.

Dessa forma, a articulação entre as perspectivas rogeriana e heideggeriana aponta para a necessidade de se abrir espaço, na teoria e método da ACP, ao estranho, à falta, como condição de possibilidade da existência.

Como já dito anteriormente, Rogers, já em sua última fase, expandiu suas concepções deixando indicativos de mudanças e ampliação de sua abordagem. Fonseca (2006) considera que Rogers contribuiu, de forma significativa e diferenciada, com a constituição de um modelo fenomenológico-existencial de psicologia e de psicoterapia. Alerta-nos sobre a importância de uma compreensão efetiva, experimentação e desdobramento deste modelo.

3.2. MATRIZ EPISTEMOLÓGICA DA GESTALT-TERAPIA

Falar da primeira fase da Gestalt-terapia, é inevitavelmente, referir-se a Fritz Perls, uma vez que muito da originalidade desta psicoterapia e de suas críticas aos dualismos científicos e ao status quo, advém das características e do estilo pessoal do autor.

A polêmica e a controvérsia foram características do modo de existir de Perls, o que provoca em alguns leitores e/ou interlocutores, amor e admiração, e em outros gera rejeição e asco. Isso se dá pelo fato deste ter sido um exemplo de ser humano que não temia expor suas contradições e “confusões íntimas”.

Nas palavras do próprio Perls:

Estou me tornando uma figura pública. De um obscuro menino judeu classe média, passando por um psicanalista medíocre até chegar ao possível criador de um 'novo' método de tratamento e expoente de uma filosofia viável que poderia fazer algo pela humanidade. (PERLS, 1979, p. 11).

Ginger e Ginger (1995), afirmam que ele podia se mostrar como um sujeito de características: egoísta, narcisista, impulsivo, exibicionista, presunçoso, dotado de raiva muitas vezes incontrolável, dentre outras. No entanto, também relatam ser impossível contestar sua genialidade, que se fazia presente em suas intuições, observações e comportamentos, ainda que eventualmente viesse, inclusive a produzir em momentos de crises pessoais.

Como sua biografia é de fácil acesso, não iremos nos deter em reproduzi-la em suas minúcias, mas apenas, destacar alguns aspectos importantes para facilitar o entendimento da sua proposta psicoterápica. Fritz Perls nasceu na Alemanha, mais especificamente em Berlim, dia 8 de julho de 1893, filho de pai negociante e mãe judia praticante, amante de ópera e teatro, o que veio a influenciá-lo no futuro. Os pais se desentendiam com freqüência, constituindo uma família instável e com comprometimentos sociais (GINGER; GINGER, 1995).

Apesar da infância difícil, aos 27 anos, no pós-guerra, Perls pode retornar seus estudos, formando-se em Medicina (Neuropsiquiatria). Por ter senso cultural bastante enriquecido, permanecia, em suas horas vagas, freqüentando teatros e pontos de encontro de pessoas particularmente interessadas em questões filosóficas e poéticas. Mudou-se para Frankfurt a fim de se tornar um psicanalista. Sofreu influências de Kurt Goldstein, com que trabalhou como assistente; fez análise com Wilhelm Reich e casou-se com Lore Posner.

Em função da 2ª Guerra, precisou se refugiar das perseguições nazistas, pois era judeu. Foi para Holanda, e começou a trabalhar em Amsterdã. Depois recebeu proposta para trabalhar na África do Sul, onde fundou, em 1934, o Instituto Sul-Africano de Psicanálise. Junto com sua esposa Lore, tornou-se popular e muito rico, pois possuíam um grande número de pessoas sendo atendidas, e outras tantas estudando para se tornarem psicanalistas. Trabalhavam intensamente nos moldes tradicionalistas da Psicanálise.

Em 1936 aconteceu o Congresso Internacional de Psicanálise, em Praga. Nesta oportunidade, Perls teve a pretensão de apresentar um artigo complementando idéias defendidas por Freud sobre resistências. Pensava que ele poderia ler seu artigo e opinar a respeito, o que não aconteceu. Sentiu-se cada vez mais perturbado com as idéias psicanalistas, ainda que permanecesse interessado por elas, como afirma: “depois de 1936, procurei me reorientar. As malditas e contidas dúvidas sobre o sistema freudiano se espalharam e me envolveram todo. Tornei-me um cético, quase um niilista [...]” (PERLS, 1979, p. 63).

Em 1940 terminou a edição de seu primeiro livro: *Ego, hunger and aggression*, no qual começaram a ser esboçadas as primeiras idéias a respeito da Gestalt enquanto uma abordagem estruturada, com bases e pressupostos coerentes; inclusive, trazendo em seu bojo contestações bem estabelecidas acerca de noções psicanalíticas, tais como a noção de inconsciente como o ponto-chave da constituição infantil. (GINGER; GINGER, 1995).

Dois anos mais tarde, ainda no período de guerra, Perls mostrava-se cada vez mais ausente do contexto familiar, enveredando cada vez mais para práticas sexuais promíscuas. O próprio Perls afirma:

Muitas vezes o tédio também me leva (veja a rejeição da *minha* responsabilidade em produzir o *meu* tédio!) a ser estúpido com as pessoas, ou a 'irradiar melancolia', ou a flertar e fazer jogos sexuais. [...]. (PERLS, 1979, p. 15, grifo do autor).

Em 1946 abandonou de vez sua família, clientela, *glamour*, e outros, mudando-se para Nova Iorque, sendo, no entanto, mal acolhido pelos demais profissionais psicanalíticos ali presentes, com exceção de Karen Horney, Erich Fromm e Clara Thompson. No ano seguinte, sua família se mudou para Nova Iorque também (GINGER; GINGER, 1995).

Permaneceu atuando com base na Psicanálise, até o ano de 1951, quando lançou o livro *Gestalt Therapy*, marcando o início de uma nova 'era' na sua carreira. O livro teve apoio de Ralph Hefferline e Paul Goodman. Em 1952, Perls e Laura criaram o primeiro Instituto de Gestalt de Nova Iorque, e em 1954, o Instituto de Cleveland.

Como forma de divulgação de seus estudos e teoria, Perls passou a direção dos institutos para um grupo formado por Lore, Paul Goodman e Paul Weisz. Seguiu em uma peregrinação pelos EUA, ocasião durante a qual conheceu mais alguns estudiosos que, de alguma forma, o influenciaram, por exemplo, Moreno, proponente do Psicodrama e Charlotte Selver, da tomada de consciência sensorial (GINGER; GINGER, 1995).

Nesta época, a preferência de Perls é cada vez maior pelo trabalho com grupos. Aos 63 anos, muda novamente, desta vez para a Flórida onde passou apenas a dirigir grupos esporádicos com número limitado de participantes.

Em 1964, Perls foi convidado para se instalar em Esalen, localidade próxima de São Francisco. Lá propôs a formação de um laboratório de demonstração e depois um programa de formação de profissionais em Gestalt. Contudo, estes não fizeram o sucesso esperado (GINGER; GINGER, 1995).

Em 1967, Perls escreveu sua biografia, intitulada *Escarafunchando Fritz: dentro e fora da lata do lixo*, publicada em 1969. Aos 75 anos, no ano de 1968, saiu na capa de uma revista, que o celebrizou como o “Rei dos Hippies”. (GINGER; GINGER, 1995).

Assim, a primeira fase da Gestalt-Terapia teve sua construção calcada nas influências diretas recebidas por Fritz Perls, seja pela leitura de obras de filósofos e demais estudiosos - por encontros profissionais com estes estudiosos -, seja por suas experiências pessoais, tais como aspectos emocionais, relações interpessoais e viagem por diversos países do mundo. Destas últimas, pode-se abstrair as inúmeras possibilidades de aproximação e apropriação de dados destas culturas.

Dentre as principais influências, destacam-se: da Psicanálise, Sigmund Freud, sucessores e dissidentes; Psicologia da Gestalt de Max Wertheimer, Wolfgang Kohler e Kurt Kofka; Teoria de Campo de Kurt Lewin; Teoria Organísmica de Kurt Goldstein; contribuições de Wilhelm Reich; princípios do Existencialismo; Fenomenologia; idéias orientais, do Zen-budismo; Expressionismo de Friedlander; o Holismo, de Smuts; a Semântica Geral, de Korzybski; Psicodrama, de Moreno. Vale ainda destacar métodos análogos que também contribuíram para a construção, tais como: Psicossíntese, de Assagioli; Sonho-desperto, de Desoille; Carl Rogers, com a sua Terapia Centrada; Análise transacional, de Berne; grupos de encontro, de Schutz; Bioenergética, de Lowen; entre tantos outros (GINGER; GINGER, 1995).

A segunda fase pode ser identificada a posição de Laura Perls, Paul Goodman e Half Hefferline, estes co-autores da segunda obra clássica do sistema. Os autores promoveram a reflexão teórica concomitante as vivências propostas pelos gestalt-terapeutas. Deste modo, aprofundaram estudos e reformulações conceituais baseadas nos suportes acima citados (PIMENTEL, 2000).

Goodman reorganizou as linhas rabiscadas por Perls. Nesta direção foram organizados dois Institutos de Gestalt: um em Nova Iorque, em 1951; outro em Cleveland, em 1954 e posteriormente em diversos espaços (GINGER; GINGER, 1995).

A psicoterapia passa a ser compreendida não como um mero arsenal de técnicas. É destacado que o psicoterapeuta adota uma postura pessoal e profissional permeadas pelas proposições da abordagem, de maneira que a Gestalt seja compreendida como uma “filosofia de vida” e uma visão de mundo cotidiana. As bases destas teses são ancoradas em alguns aspectos delineados pelo movimento humanista e existencialista, e no método fenomenológico (JULIANO, 1999).

Da filosofia existencial, vários autores forneceram contribuições para delineamento de alguns conceitos adotados, tais como singularidade, subjetividade ou particularidade, usados como sinônimos para apresentar e conhecer o ser humano enquanto formação e construção única no Universo; nem um ser humano é igual a outro. Ainda há a questão da Existência delineada por Sartre, o qual parte do pressuposto básico de que “a existência precede a essência”. Neste sentido, o ser humano é o único que existe, pois as demais coisas são. Ele existe sempre que está em relação com o mundo, ou seja, o ser humano só existe porque ele está com outros seres humanos em constante relação, vivendo constantes encontros existenciais (GINGER; GINGER, 1995; RIBEIRO, 1997; YONTEF, 1998).

Também foram apropriados do existencialismo os conceitos de responsabilidade, escolhas e projeto de vida. Tornando-se seu próprio autor nas suas relações com o mundo, o sujeito assume sua própria existência e, por conseguinte tem total liberdade de escolher o caminho que deseja trilhar em direção a sua própria auto-realização, englobando planos, desejos e as possibilidades de

realização destes em busca de um bem-estar psíquico, social e físico (GINGER; GINGER, 1995; KYIAN, 2001; RIBEIRO, 1997; YONTEF, 1998).

A respeito da Fenomenologia, considera-se que os principais aspectos apreendidos para a consolidação da abordagem gestáltica foram: a ênfase na descrição fenomenológica – mais do que na explicação -, ao elencar os dados concretos presentes na realidade de um fenômeno tal qual este se apresenta ao meio; a vivência da experiência imediata tal como esta é percebida e sentida corporalmente pelo sujeito (no momento presente; no aqui e agora); compreensão dos fenômenos através da identificação e conexão de possíveis relações estabelecidas entre os eventos; tomada de consciência corporal e de tempo vivido, como uma experiência única ao referido ser humano (GINGER; GINGER, 1995; YONTEF, 1998).

Ainda a partir da Fenomenologia, considera-se que o ser humano como um ser de escolhas, por possuir uma *intencionalidade da consciência*, com a qual todo ser humano age de determinada maneira porque é de sua vontade. A intencionalidade de um ato ocorre por ser este ser quem percebe qual sua figura-desejo quando em relação singular com o mundo. Desta forma, a consciência humana é viva, ativa e orientada para as coisas, e necessariamente comprometida com sua intenção. Vale destacar que esta questão da intencionalidade da consciência é da fenomenologia de Husserl; “Toda consciência é consciência de alguma coisa” (GINGER; GINGER, 1995; KYIAN, 2001; RIBEIRO, 1997; YONTEF, 1998).

[...] fica claro que a Gestalt-terapia é uma abordagem *fenomenológica clínica*, isto é, centrada na descrição subjetiva do sentimento do cliente (sua *awareness*) em cada caso particular e na tomada de consciência “intersubjetiva” que esta ocorrendo entre ele e o terapeuta (processo de *contato* e sua eventualidades) [...] (GINGER; GINGER, 1995, p. 36, grifos do autor).

No Brasil, a pessoa conhecida como a precursora da Gestalt-Terapia foi a imigrante holandesa Therese Tellegen após ter passado por encontros com a Gestalt inglesa (Londres) e americana (São Diego) (CIORNAI, 1997).

Após esta breve apresentação destacaremos a seguir as principais categorias conceituais que compõem a matriz gestaltica¹⁵.

3.2.1 Categorias conceituais da matriz – gt

a. Necessidade. Ao se reportar a Teoria Organísmica de Goldstein, Perls utilizou-se, em especial, das noções de energia e homeostase do corpo, que, se referem a auto-regulação organísmica. Ocorre um processo no organismo como forma de organização de seu funcionamento de modo a satisfazer as *necessidades* emergidas para o indivíduo em seu meio, sem, contudo, perder seu equilíbrio. É o processo dinâmico de emergência e destruição de *gestalts* que ocorre incessantemente e é responsável pela sobrevivência do organismo.

Esta dinâmica de formação constitui, na verdade, a forma de funcionamento do ser humano que, a partir da conscientização de suas necessidades quando em contato com o meio, parte para a ação pela busca de satisfação de tais necessidades, o que também se dá pelo contato com o meio. Essa é umas das razões que leva a se destacar o ser humano como um sujeito relacional (CARDELLA, 2002).

b. Campo fenomenológico (ou campo organismo-ambiente): Refere-se à interação dialética de interferências recíprocas entre o organismo e o ambiente, uma

¹⁵ Doravante denominada Matriz-GT

vez que o organismo como um todo se relaciona com o meio no sentido de satisfação de suas necessidades. Essa interação é entendida nas dimensões física, biológica, psicológica e sócio-cultural. A dimensão psicológica do meio diz respeito ao que é percebido e significativo. Devido à forte influência das concepções de Goldstein que não deu ênfase às influências do meio sobre o organismo e seu desenvolvimento, Perls priorizou o que é biologicamente vital, daí porque é comum utilizar metáforas digestivas e fisiológicas. Incorporou à gestalt-terapia o pressuposto de que o organismo tem um movimento natural à auto-realização (LOFREDO, 1994). Tellegen (1984) considera que isto fez com que Perls não acompanhasse as concepções topológicas de Lewin, apesar de incluir nos fundamentos da GT o conceito de espaço vital que se constitui por uma rede de relações entre partes.

Quanto à influência de Goldstein afirma:

Apesar de seu enfoque na interação vital organismo-meio, Goldstein, como neurólogo, parece ter como “figura” sobretudo o organismo e seus mecanismos adaptativos, enquanto o meio ou “fundo” fica pouco explicitado como conjunto de valores físicos, sociais e culturais que modificam o organismo “natural” [...] O modelo biológico de Goldstein é retomado por Perls quando escreve .. “a formação de uma Gestalt, a emergência de necessidades, é um fenômeno biológico primário ... consideramos o organismo como um sistema que está em equilíbrio e que deve funcionar adequadamente. Qualquer desequilíbrio é experienciado como necessidade a ser corrigida” (TELLEGEN, 1984, p.39, grifos da autora).

Yontef (1997, p.40), por outro lado, ressalta que a GT é direcionada para o campo total e às relações contemporâneas do campo; “é uma teoria ecológica radical que começa na interação do organismo com seu ambiente, e considera o indivíduo e o ambiente inseparáveis”, portanto, o ambiente é percebido através da perspectiva observável de alguém.

Pimentel (2003a) destaca que o organismo direciona-se para a integração com o ambiente, pois este é o provedor das matérias-primas da satisfação de suas

necessidades gerando, com isso, uma aliança com os componentes do campo fenomenológico: *mundo*, conjunto de vivências intencionais no tempo e no espaço; *outros*, os iguais com quem se estabelece relações; *coisas*, objetos utilizados pelos homens para a realização de suas ocupações.

c. Figura - fundo: O ser humano sempre busca a melhor forma de satisfazer suas necessidades, que nada mais são as *figuras* que emergiram de seu contexto, o *fundo*, naquele momento presente. Nesta dinâmica de figura e fundo, destaca-se que cada figura que emerge de um fundo é apenas uma parte de seu todo, posto que seu universo é uma totalidade formada por diversas partes; no entanto, quando unidas, constituem uma forma diferenciada (GINGER; GINGER, 1995; KYIAN, 2001; RIBEIRO, 1997; YONTEF, 1998).

d. Percepção: Esta função mental permite que o indivíduo realize os atos de atentar e concentrar-se em determinado foco. Além disso, as leis da percepção, particularmente a da boa forma, são suportes que contribuem para a elaboração do conceito de ajustamento criativo (PIMENTEL, 2000).

e. Contato: Refere-se ao momento específico de uma experiência; fluxo de energia em direção a algo; e seqüência de eventos psicológicos que constituem *gestalts*, ou seja, *contato* é formação de novas *gestalts* com o objetivo de satisfazê-las. Portanto, este só pode acontecer a partir dos órgãos apreensores dos sentidos, como audição, gustação, toque, fala, etc. (CARDELLA, 2002). Polster (1979) esclarece que o contato é mais do que a soma de todas as funções sensoriais, pois o mais importante é a forma como ele é estabelecido. Quando um contato pleno

ocorre, os elementos anteriores componentes do contato se modificam porque absorvem processos de outra realidade. O contato também pode ocorrer com objetos inanimados, com recordações e imagens. Ressalta que o contato propicia crescimento e mudança.

Primariamente, o contato é a consciência de, e o comportamento em direção às novidades assimiláveis; e a rejeição da novidade não-assimilável. Aquilo que é universal, sempre igual, ou indiferente, não é um objeto de contato (PERLS, HEFFERLINE e GOODMAN *apud* POLSTER, 1979, p. 102)

Vale destacar que o contato só pode ocorrer na *fronteira de contato*, que representa o local e o funcionamento do ser humano, por ser nesta que ocorrem as experiências humanas com o meio; onde ocorrem as emoções e sentimentos. A fronteira pode ser considerada como um órgão de relação entre o indivíduo e o meio, a qual o protege, contém e delimita (CARDELLA, 2002).

f. Funções de contato: São processos em que os sentidos facilitam a identificação das necessidades, a ampliação ou retração das fronteiras de contato realizando o ajustamento criativo (PIMENTEL, 2000). É através das *funções de contato*, tais como visão, audição, olfato, tato, fala e movimento que nossa percepção se organiza e nossos sentimentos adquirem significado. Assim, o contato pode ser obtido ou bloqueado e evitado. Polster (1979) considera que, em nossa linguagem, o toque é reconhecido como o protótipo do contato, o que pode desvalorizar outras formas de contato, como por exemplo, o que pode ser feito através do espaço, da palavra, entre outras.

Quanto ao contato visual há dois tipos de olhar: o *contato evidencial*, que possibilita a praticidade da vida, pois o olhar fornece orientação para eventos ou ações com alcance maior do que o ato de olhar em si este e o contato *por-si*

mesmo. “Muitos de nós, embora estejamos suficientemente bem equipados para o contato evidencial, somos cegos ao contato porque o ver, *por ver*, é de pouca importância para nós” (POLSTER, 1979, p.129). *Escutar*, por outro lado, é uma habilidade com diversas especialidades estabelecidas pelo indivíduo: escutar para apoiar, para criticar, para a informação. O escutar não literal responde tanto às sutilezas da voz e das palavras quanto aos contextos de significados.

Outra forma de contato é o *toque*, que em especial nos grupos, é um meio de completar situações inacabadas, pois a imediaticidade do toque poderá romper camadas intelectuais e favorecer reconhecimentos pessoais palpáveis. Com relação ao *movimento*, este pode tanto facilitar quanto interromper ou impedir o contato. Polster (1979) refere-se ao trabalho de Reich com as repressões que geram “courageas” corporais e os estudos sobre linguagem corporal como indicativos da importância da centralidade da experiência presente do movimento no trabalho terapêutico.

Dessa forma, alguns princípios gerais podem ser utilizados pelo terapeuta:

1. levar o cliente a experienciar os movimentos na forma que eles têm no momento;
2. guiar a consciência e as ações do indivíduo, através da sucessão de bloqueios, a um pleno exercício do movimento que se esteja focalizando e
3. procurar pelas fontes de apoio que estão disponíveis no corpo do indivíduo.

Destaca-se, ainda, o *cheiro* e o *gosto*, muito embora essas sensações tenham pouca prioridade como função de contato na vida diária, possui importância no ambiente terapêutico. Em sua abordagem, Perls utilizou-se do processo de comer (mastigação e gustação) como analogia da manipulação e assimilação que o indivíduo faz daquilo que seu ambiente lhe oferece. “Inicialmente a criança engole aquilo que é facilmente assimilável; em seguida ela começa a mastigar para dar

forma digerível àquilo que o seu mundo lhe proporciona” (POLSTER, 1979, p. 156). O gosto também é um ato avaliativo, uma vez que delibera se um alimento é aceitável ou não. Pode-se utilizar na atividade terapêutica tanto experimentos práticos que envolvam essas funções quanto usar apenas a linguagem metafórica que indique, por exemplo, a pessoa considerada “doce” ou “azedada”.

g. Disfunções de contato: De um modo geral as pessoas buscam ter um bom contato com o seu ambiente, o que gera sensações agradáveis e sentimentos de segurança e confiança. Quando isto não ocorre, a pessoa tende a ficar paralisada absorvida por sentimentos desagradáveis. Ela, então, desvia sua energia e as possibilidades de interação plena com o ambiente. Polster (1979) destaca os seguintes canais de interação resistente:

- *Introjeção.* é um modo genérico de interação entre o indivíduo e seu ambiente, fruto do processo de aprendizagem desde a infância; indivíduo investe sua energia numa incorporação passiva daquilo que o ambiente fornece; despende pouco esforço na especificação de suas necessidades, aceitando as coisas como elas se encontram, “engolindo” tudo o que lhe vem, neutralizando, com isso a sua independência ao evitar a agressividade necessária para desestruturar aquilo que existe;

- *Projeção.* rejeita aspectos de si mesmo, atribuindo-os ao ambiente; não aceita seus sentimentos e ações, pois, acredita que não deveria sentir ou agir daquela maneira. Há uma cisão entre suas características reais e o que ele conhece delas; facilmente reconhece tais características nos outros. Por isso, na maioria das vezes o indivíduo comete sérios erros, abdicando de sua autonomia e experienciando-se como impotente para efetuar mudança;

- *Retroflexão.* pessoa abandona qualquer tentativa de intervir no ambiente, tornando-se uma unidade separada e auto-suficiente; reinveste sua energia em uma dimensão exclusivamente intrapessoal, restringindo de modo severo a relação entre si e o ambiente. O indivíduo volta para si mesmo o que ele gostaria de fazer a alguma outra pessoa ou então, faz a si mesmo o que gostaria que uma outra pessoa fizesse a ele. Este movimento cria um intenso desgaste, pois a energia permanece fechada em si mesma, numa luta interna e não se transforma em ação que promove crescimento;

- *Deflexão.* é uma forma de se desviar de um contato direto com outra pessoa, o que pode ser verificado por meio da fala excessiva, da pouca atenção ao que outro diz, de não se encarar a pessoa com quem se está falando ou então, sendo extremamente educado ou utilizando-se de linguagem impessoal. O indivíduo envolve-se com o seu ambiente de uma forma casual e isto lhe oferece mais perdas do que ganhos; não investe energia suficiente para obter um retorno razoável ou quando a investe não tem uma focalização ou objetividade, o que provoca desgaste e esgotamento;

- *Confluência.* indivíduo entrega-se ao fluxo do ambiente, deixando-se levar; é guiado pelo que os outros valorizam acreditando que esta direção também será boa para ele. Busca-se uma concordância superficial, um contrato de não mexer com o que está posto. Podem-se fazer contratos deste tipo em grupos, empresas, casamento. A dificuldade reside no fato de que esta não é uma base consistente para um relacionamento, pois não se abre espaço para a discordância e a diferença. É comum sentimentos de culpa ou ressentimento, em especial, quando uma das partes rompe o contrato, o que pode provocar variados comportamentos na busca de restituí-lo.

h. Consciência: Resultado da atenção, interesse, percepção e realização de um ciclo de contato. Difere da *awareness* pelo caráter limitado, isto é, não é um fluxo, sim episódios de contato pleno (PIMENTEL, 2000). Para Polster (1979, p. 191), a consciência é “um processo em andamento, que está prontamente disponível a todo momento, e não um esclarecimento exclusivo ou esporádico que pode ser conquistado – como o *insight* – somente em momentos especiais”

i. Awareness: É fluxo associativo da consciência. Como objetivo primordial da Gestalt-Terapia, fala-se de expandir a consciência humana – considerada aqui de *awareness* -, de maneira que o ser humano possa se tornar (ou retornar) a condição de agente de sua própria existência. Neste caso, seria compreender a si mesmo, não mais precisando utilizar-se de recursos para ser o que não é. A *awareness* se refere a uma forma de conscientização em nível mental, cognitivo, orgânico, e que só se faz possível por meio da experiência vivida (CIORNAI, 2004).

A este respeito, Perls descreveu que a tomada de consciência é sempre uma experiência subjetiva; é única ao sujeito que a viveu. Ele inclusive reitera a afirmação destacando que ninguém pode perceber aquilo o que o outro ser humano percebe (PERLS, 1977).

Na Gestalt-Terapia trabalhamos por algo mais. Estamos aqui para promover o processo de crescimento e desenvolver o potencial humano. [...] é um processo demorado. [...] Na terapia, não temos apenas que superar o desempenho de papéis. Temos que preencher os buracos da personalidade, para torná-la novamente inteira e completa [...]. (PERLS, 1977, p. 14-15).

j. Saúde (funcionamento saudável): Em Gestalt-Terapia, é falar de fluxo contínuo e energizado de conscientização – *awareness* – e formação perceptual de

figura-fundo. É uma interação criativa com o meio, com o sujeito sempre percebendo e satisfazendo suas necessidades, havendo prevalência e constância deste tipo de funcionamento em seus contatos (CIORNAI, 2004). “Na saúde, a figura muda conforme a necessidade, isto é, ela se desvia para um outro foco quando a necessidade é satisfeita ou superada por uma necessidade mais urgente” (YONTEF, 1998, p.35).

O contato ocorre com variáveis graus de *awareness*, mas ele só é possível quando há suporte disponível para isso. O suporte inclui a linguagem, fisiologia, inteligência, dentre outros, ou seja, é tudo que facilita a assimilação e integração da experiência vivida pela pessoa. A ótima satisfação da necessidade requer tanto o auto-suporte quanto o suporte ambiental. No funcionamento saudável da personalidade há coesão e estabilidade da auto-identificação, auto-suporte e um mínimo de conflito interno (YONTEF, 1997).

O funcionamento saudável, portanto, pode ser entendido como um fenômeno interativo que ocorre na fronteira de contato. É a habilidade de se relacionar criativamente com o ambiente para o atendimento de necessidades.

1. Ajustamento criativo: O fluxo permanente do ciclo figura-fundo ocorre quando o mundo, os outros e as coisas coexistem formando o fundo que destaca as figuras que precisam ser satisfeitas a fim de promover o equilíbrio e a auto-regulação. Dessa forma o organismo, com suas potencialidades perceptivas, “transmite mensagens aos sistemas adequados, para que executem espontaneamente o fluxo figura-fundo, sem conflitar com o meio ambiente” (PIMENTEL, 2003a)

O organismo ao realizar suas necessidades quando interage com o ambiente, estabelece contatos plenos gerando um comportamento saudável, pois “todo contato é ajustamento criativo do organismo e ambiente. Resposta consciente no campo. É o instrumento de crescimento” (PERLS, HEFFERLINE e GOODMAN *apud* PIMENTEL, 2003a, p. 45).

Para Yontef (1997) por mais que todos os organismos vivos busquem adaptar-se às condições do campo, isso não é o suficiente. As pessoas também precisam moldar seu ambiente para que o mesmo se conforme as suas necessidades e valores. Este é o aspecto criativo.

Quando se compreende que, entrar em contato com o meio é estar sujeito à vivência de experiências novas e conseqüentemente aprendizado, considera-se que o contato que satisfaz as necessidades emergidas para o sujeito é um contato criativo. Significa que o ser humano conseguiu identificar em si suas prioridades e, ao satisfazê-las, fez um *ajustamento criativo* no meio (CIORNAI, 2004).

m. Doença (funcionamento não saudável): É aquele em que, pelos tipos de contato empreendidos com seu meio, o sujeito passou a criar artimanhas como formas de defesa de seu psiquismo. Ou seja, é uma maneira de viver que o sujeito aprendeu de forma a evitar se machucar diante dos outros, ou assim, acaba evitando se mostrar tal qual é, utilizando-se de “máscaras” para não correr o risco de ser invadido pelo meio. O que não significa dizer que não se refere a uma forma saudável do sujeito interagir com o meio; foi o possível para ele naquele momento.

É importante que se compreenda que este tipo de funcionamento, quando utilizado esporadicamente, não se constitui em uma maneira patológica de viver. No entanto, quando o sujeito passa a cristalizar seu funcionamento com base nestes

tipos de ajustamento – também chamados de mecanismos neuróticos; interrupções do contato -, considera-se que é um funcionamento disfuncional. E como conseqüências, haverá formação de figuras fracas, desvitalizadas, mal definidas (GINGER; GINGER, 1995; RIBEIRO, 1997; CIORNAI, 2004).

Comportamentos “interruptivos” geralmente ocorrem na infância devido à falta de suporte suficiente ou de liberdade de experienciar e aprender com as conseqüências de seu comportamento. Estas interrupções do contato ocorrem tanto a nível mental quanto somático (YONTEF, 1997).

O funcionamento não saudável implicará em algum grau de desorganização ou distorção das percepções e dos sentimentos, o que, por sua vez, repercutirá nos processos de *awareness*. Gera padrões rígidos e repetitivos com o objetivo de manter a relação com o outro.

n. Psicodiagnóstico colaborativo e interventivo: Procedimento baseado nas pesquisas de Constance Fischer, em Dusquene, EUA. O argumento principal é a importância de efetivar ganhos terapêuticos ao cliente, particularmente, o atendido em instituições públicas.

Deste modo, o longo tempo que geralmente tem que esperar para sequenciar o atendimento clínico adquire qualidade, na medida em que durante as sessões de configuração da queixa são realizadas intervenções de esclarecimento e expansão da consciência.

Assim, intervir atualiza o processo clássico de realizar o psicodiagnóstico organizado na forma padrão de coleta de dados; enquanto que colaborar aponta para uma participação mais efetiva do cliente no âmbito do reconhecimento da situação existencial que vive, no momento.

A experiência é o ponto de partida e de chegada nesta modalidade psicodiagnóstica. Embora Lilian Frazão, Fátima Barroso, Walter Ribeiro, entre outros tenham artigos publicados sobre o tema, somente em 2003 foi publicado pela Summus Editorial o primeiro livro nacional sobre o assunto.

3.2.2 Propostas de re-configurações da matriz epistemológica da Gestalt-Terapia

Seguindo a mesma lógica usada nas reflexões feitas na seção da matriz centrada na pessoa, isto é, após a apresentação das categorias conceituais que compõem a estrutura epistemológica da Gestalt-terapia (GT), realizada no item anterior, passamos a cogitar sobre algumas propostas de re-configurações dessa matriz, ainda que considerando as reduzidas publicações nacionais a respeito.

Reiteramos que o sentido atribuído a re-configuração, desconstrução ou re-leitura proposto pelos autores não significa destruição ou negação da teoria clássica identificada com a produção de Frederick Salomon Perls, mas acima de tudo, um convite à atualização, ao redimensionamento, a exercer um olhar respeitoso e inovador, que continue problematizando as teses embrionárias dessa perspectiva.

Diante das profundas mudanças que a sociedade vem atravessando nos últimos anos e das alterações que elas causaram nas formas de relação e produção de subjetividades, é importante refletir sobre a necessidade de se adotar novos parâmetros para pensar o homem na atual realidade social, bem como nas práticas profissionais implementadas neste contexto. Conforme aponta Lima (2005), o

homem hoje não é mais aquele concebido à época em que surgiu grande parte das escolas de psicoterapia.

Em sua dissertação de 1997, a autora já indicava a importância de se substituir uma visão de homem substancialista por outra forma de descrevê-lo mais de acordo com as transformações conceituais e paradigmáticas ocorridas em meados do século passado nas ciências humanas de um modo geral.

No percurso histórico do desenvolvimento da psicologia verifica-se o quanto esta se manteve presa ao modelo médico e ao pensamento científico das ciências naturais para legitimar-se enquanto um ramo distinto do saber, separando-se, dessa forma do pensamento filosófico. Com a crise dos grandes sistemas de psicologia após a II Guerra Mundial, buscaram-se outras orientações, o que fez emergir as abordagens fenomenológico-existenciais, tais como a terapia centrada no cliente e a gestalt-terapia, que enfatizam a questão da auto-realização no ser humano (LIMA, 2005).

Fonseca (2005) ao discutir sobre as bases filosóficas da GT afirma que esta deve enfatizar a potencialização do vivido, de seus desdobramentos e de sua expressividade como atitudes provedoras das dinâmicas de auto-regulação organísmica da pessoa.

Pimentel (2003a) afirma que as diversas formas de atuação dos gestalt-terapeutas estão organizadas em duas frentes: 1. Uma que reafirma as influências da psicanálise; 2. Outra que examina as limitações teóricas em base a fenomenologia existencial hermenêutica proposta por Heidegger e Merleau-Ponty.

Mesmo que considerando a interrelação da postura holística e da visão existencialista, Perls, segundo Lima (2005, p. 82), “em nenhum momento indica uma vinculação com o pensamento filosófico de algum autor existencialista

especificamente. Sua visão de existencialismo e de fenomenologia, não são desenvolvidas”.

Laura Perls em entrevista concedida ao Gestalt Journal, em 1982, admite a grande importância da filosofia existencialista na sua formação e de Fritz Perls. Cita filósofos que leu e a influenciaram: Tillich, Kierkegaard, Heidegger, Husserl e Scheler. Neste mesmo jornal, Isadore Fromm afirma que a influência da fenomenologia na Gestalt-terapia deve-se ao interesse de Fritz pela obra de Husserl. Assim, são os autores posteriores a Fritz que tem se preocupado com a sustentação filosófica e epistemológica da Gestalt Terapia (LIMA, 2005).

Dentre os autores atuais que propõem revisões teóricas desta abordagem, conforme indica o estudo de Lima (2005), destacam-se: Gary Yontef, que defende a idéia de que a GT é uma Teoria de Campo Fenomenológica, pois tem como proposta de atuação focalizar a *awareness* para desenvolver o fluxo da auto-regulação orgânica; Richard Hycner, que também valoriza assim com Yontef, a postura dialógica do gestalt-terapeuta.

A fenomenologia de Heidegger coloca as abordagens de psicologia fenomenológico-existencial em uma situação controversa, pois estas, tradicionalmente, são identificadas com uma noção de subjetividade semelhante à defendida pela Psicologia Humanista, que se baseia em ideais, tais como, o de liberdade individual e de auto-realização. Já a concepção heideggeriana é crítica em relação à visão de sujeito e de consciência intencional trazidas, em particular por Husserl. A este respeito, Lima (2005, p. 113) afirma:

O Dasein heideggeriano não se equipara, de modo algum, a esta visão de homem que valoriza a liberdade e a autenticidade enquanto dons maiores, que permitiriam a pessoa buscar através de um processo de auto-conscientização a realização de potenciais internos responsáveis por um mecanismo de auto-atualização no homem.

Apresenta alguns conceitos utilizados por psicólogos que adotam o modelo fenomenológico-existencial, dentre eles destacamos o conceito de *angústia* como possibilidade de revelação de um projeto existencial inserido em um contexto situacional e não como um sintoma psicopatológico a ser extinto.

Na Gestalt-terapia, o processo de funcionamento não-saudável é aquele em que, pelos tipos de contato empreendidos com seu meio, o sujeito passou a criar artimanhas como formas de defesa de seu psiquismo, ou seja, mantém determinados padrões de comportamentos a fim de garantir uma proteção à experiência de ansiedade causada em situações novas; enquanto que a possibilidade de mudança significa saúde. A perspectiva gestáltica aponta para uma modalidade de equilíbrio instável e dinâmico, “onde o caos não é um fator de desarmonia, mas mostra que qualquer tipo de ordem é passageira e efêmera diante dos acontecimentos do mundo” (LIMA, 2005, p. 135).

Em sua tese de doutorado, Lima (2005, p. 132) propõe um re-pensar o conceito de *mudança* e conseqüente, da função da psicoterapia. Sua proposta é fazer uma reflexão sobre o que seria mudança dentro do enfoque gestáltico a partir de seus pressupostos teóricos e filosóficos. Para tal, problematiza os suportes epistemológicos sobre os quais a abordagem gestáltica tem se fundamentado, indagando se estes ainda são válidos no contexto contemporâneo. Para ela, o processo de mudança deve ser entendido enquanto um processo *transformacional/interacional* homem-meio, uma vez que a mudança não está no interior ou nos padrões de comportamento do homem. Dessa forma, o objetivo da GT é “promover a fluidez necessária ao processo de auto-regulação orgânica, focalizando os impedimentos e entraves neste processo. O instrumento para isso é o incremento da *awareness*.”

As repercussões dessa visão processual e interacional de mudança levam também ao questionamento acerca da visão de homem, que não pode mais ser sustentada enquanto uma essência na qual a subjetividade está contida, mas ao contrário, o homem precisa ser entendido em sua constante transformação e em suas diversas configurações.

A idéia de essência ainda é veiculada em trabalhos de gestalt-terapeutas. Tal fato pode ser entendido em virtude da incorporação dos conceitos da teoria organísmica de K. Goldstein sem a devida elaboração dos mesmos para uma teoria psicológica. Goldstein, em sua obra, alertava que “os procedimentos de estudo reducionistas ou isolacionistas não permitiriam alcançar-se a “essência” (a natureza intrínseca) do homem” (LIMA, 2005, p.46).

Na recomposição da matriz gestáltica, Pimentel (2003b, 2004) sugere ao gestalt-terapeuta que interrogue a epistemologia fenomenológica, abordando suas escolhas. Tal procedimento permite examinar a pluralidade filosófica e metodológica e seus vários modos de apropriação.

Considera pertinentes as questões: É possível validar na psicoterapia o conceito de essência da consciência? Que significa essência da consciência para o ajustamento criativo do cliente em psicoterapia? Qual contribuição à metodologia fenomenológica oferece a clínica capazes de subsidiar coerentemente o método gestáltico?

Embora saiba que cada uma destas perguntas requer estudos particulares, a autora tem fomentado nos grupos de estudo que facilita a elaboração de respostas coletivas.

Alguns autores pesquisados consideram que existe uma aproximação entre a concepção de homem da Gestalt-terapia com o *dasein* heideggeriano. Lima

(2005, p. 134), por exemplo, sustenta a idéia de que na fenomenologia de Heidegger a visão essencialista é questionada, pois “é no jogo relacional que se dá a abertura de sentido no mundo, que é o *dasein*[...]”. Ainda afirma:

Heidegger apontava a importância da experiência da angústia como caminho para a transformação e para singularização da existência através do rompimento com o processo de empobrecimento das experiências vividas trazidas pela sociedade tecnicista.

Podemos perceber, neste estudo, que apesar da tentativa de articulação entre essas duas perspectivas por parte de alguns autores, ainda não está bem delineada as possibilidades que a fenomenologia heideggeriana pode oferecer para os gestalt-terapeutas que buscam lançar um olhar crítico sobre a teoria e método gestáltico, propondo reconfigurações dessa matriz diante das demandas contemporâneas. A nosso ver, isto não é um impeditivo para que novos estudos possam ser efetivados, mas pelo contrário, um convite àqueles que ousam lançar-se neste intuito para contribuir na atualização desta abordagem psicológica.

4 UMA ESTRADA PROMISSORA: a construção do diálogo entre psicoterapia e fenomenologia

O mundo em que vivemos neste início de século tem sido descrito como propiciador de tensões e sofrimentos de diversas ordens. Consumismo, violência urbana, desequilíbrio ecológico, desigualdades sociais e desemprego são temas que povoam os noticiários e repercutem na vida de cada um de nós.

É cada vez mais comum a procura por psicoterapia devido aos problemas que envolvem sentimentos de solidão, perda de sentido na vida e ansiedade. Estamos diante de grandes desafios, em que nos são exigidos novas formas de

compreensão da existência humana e novas práticas psicológicas para dar suporte aos sofrimentos do homem contemporâneo.

Sabemos que as teorias psicoterápicas não dão conta de responder às demandas que surgem, constantemente, na atualidade. Entretanto, uma estrada promissora pode descortinar-se àqueles que se dispuserem a percorrê-la, a abrir passagem para o novo, para outras possibilidades de se pensar e atuar na vida.

A abertura aos distintos saberes, à complexidade e a construção na diversidade é o que tem sido apontado por diversos autores como necessário para a atualização teórica e metodológica dos modelos psicoterápicos.

A fenomenologia heideggeriana é tida como um caminho possível de diálogo e articulação entre o saberes psicológico e filosófico, sem a pretensão de se constituir uma clínica fundamentada em preceitos filosóficos. Nesta dissertação, que objetivou refletir e problematizar as bases epistemológicas da terapia centrada na pessoa e da gestalt-terapia à luz de alguns conceitos de Heidegger, identificamos os seguintes aspectos:

- A produção de grande parte dos autores pesquisados originou-se de questionamentos quanto ao suporte oferecido pelas práticas psicológicas diante do contexto contemporâneo;

- Na psicoterapia centrada na pessoa, a articulação entre as perspectivas rogeriana e heideggeriana aponta para a necessidade de se abrir espaço, na teoria e método da ACP, ao estranho, à falta, como condição de possibilidade da existência. Esta perspectiva des-centrada consiste em um olhar que vá além da pessoa-indivíduo. Autores da gestalt-terapia também propõem a superação do conceito de essência da consciência ainda utilizado por alguns psicoterapeutas.

Verificamos que os questionamentos que aparecem nos textos que subsidiaram nosso estudo voltam-se, em especial, à produção teórica de Rogers nos anos 50 e à fase da gestalt-terapia com predomínio dos escritos de Perls. Dessa forma, são evidenciados os indicativos de revisão e atualização deixados pelos próprios fundadores dessas abordagens psicológicas;

- Na feição atual dessas abordagens, a mudança é concebida enquanto fluxo e *continuum* do processo inter e intrapessoal. O conceito de *experencição* de Gendlin repercutiu na redefinição das atitudes facilitadoras do crescimento e de um novo olhar sobre o processo de mudança na psicoterapia centrada na pessoa. Já na gestalt-terapia o conceito de mudança é apresentado enquanto um processo *transformacional interacional*/homem-meio;

- Adequando à prática clínica os conceitos heideggerianos de *abertura e cuidado*, alguns teóricos indicam que a função terapêutica não é promover cura ou liberar um potencial, já presente em estado latente, mas facilitar o cliente a interpretar-se a si mesmo, devolvendo-o ao seu próprio cuidado de maneira mais livre e responsável. Isto não implica em um cuidado meramente intrapsíquico, mas abertura a si, aos outros, às coisas e ao mundo, pois o ser humano, pela sua condição de ser-lançado, constitui e é constituído pelo mundo;

- A concepção heideggeriana de *angústia*, com as devidas apropriações ao contexto psicológico, é apresentada como possibilidade de reflexão para as teorias centrada na pessoa e gestáltica no sentido de compreendê-la não como um sintoma psicopatológico a ser extinto ou um distúrbio funcional, mas como uma condição humana que possibilita a saída da cotidianidade e à apropriação de si.

Diante do exposto, e dado ao caráter inacabado deste estudo, realçamos o valor do exercício crítico e respeitoso aos diversos modelos de compreensão do

existir humano. As psicoterapias fenomenológico-existenciais, tais como a psicoterapia centrada na pessoa e a gestalt-terapia, dão ênfase, em seu campo teórico e metodológico, a afirmação do vivido, ao aprendizado por meio da experiência imediata e a interação homem-mundo.

Ainda que, em suas origens, apresentem lacunas quanto à concepção de homem, fruto do momento histórico vivido por seus fundadores, constatamos através deste estudo que há um movimento na atualidade, por parte de alguns psicólogos identificados com essas perspectivas, em lançar um olhar contemporâneo sobre elas, afastando-se de uma concepção essencialista e universal de sujeito e de uma subjetividade enclausurada.

O encontro com essas novas possibilidades nos foi enriquecedor e supriu, em parte, as inquietações iniciais que motivaram a realização desta dissertação. Longe de considerar concluída a problemática aqui levantada, lançamos, por fim algumas sugestões para futuras pesquisas:

1. Diálogo com alguns conceitos heideggerianos não desenvolvidos neste estudo, tais como, consciência, autenticidade, finitude e subjetividade, uma vez que os mesmos podem ser fecundos na tematização psicológica de vivências humanas na atualidade;

2. Estudos críticos voltados às bases epistemológicas da psicoterapia centrada na pessoa e da gestalt-terapia, em virtude do número limitado de produção nacional sobre este tema;

3. Aprofundamento e atualização dos pressupostos filosóficos que norteiam a teoria e o método destas abordagens psicoterápicas, em especial da fenomenologia existencial hermenêutica, cuja potencialidade ainda pode ser mais explorada.

Encerramos o percurso até aqui trilhado com uma poesia de Fernando Pessoa (2006) que sintetiza nosso sentimento neste momento:

*O mistério das coisas, onde está ele?
Onde está ele que não aparece
Pelo menos a mostrar-nos que é mistério?
Que sabe o rio disso e que sabe a árvore?
E eu, que não sou mais do que eles, que sei disso?
Sempre que olho para as coisas e penso no que os homens pensam delas*

*Rio como um regato que soa fresco numa pedra.
Porque o único sentido oculto das coisas
É elas não terem sentido oculto nenhum.
É mais estranho do que todas as estranhezas
E do que os sonhos de todos os poetas
E os pensamentos de todos os filósofos,
Que as coisas sejam realmente o que parecem ser
E não haja nada que compreender.*

*Sim, eis que os meus sentidos aprenderam sozinhos: -
As coisas não têm significações: têm existência.
As coisas são o único sentido oculto das coisas.*

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ABREU JÚNIOR, Laerthe. **Conhecimento transdisciplinar: o cenário epistemológico da complexidade**. Piracicaba: UNIMEP, 1996.
- ADVÍNCULA, Iaraci F. O ser-no-mundo com os outros e o desamparo constitutivo: como preparar os caminhos para novos começos, nova destinação do ser? **Revista symposium**, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, ano 4, p. 9-17, dez. 2000.
- _____. Os acontecimentos da prática clínica contemporânea e a concepção de sujeito e mundo da modernidade. **Revista interlocuções**, Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco, Recife, ano 1, n.1, p. 135-153, jan.-jun. 2001a.
- _____. **Experiências desalojadoras do eu e escuta clínica**. 2001. 131f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2001b.
- AMATUZZI, Mauro M. **O Resgate da fala autêntica: filosofia da psicoterapia e da educação**. Campinas: Papyrus, 1989.
- _____. Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. **Estudos de psicologia**. Revista do Instituto de Psicologia da PUCCAMP, v.13, n.1, p. 5-10, 1996.
- _____. **Por uma psicologia humana**. Campinas: Alínea, 2001.
- ANCONA-LOPEZ, Marília (org.). **Psicodiagnóstico: processo de intervenção**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- AUGRAS, Monique. **O ser da compreensão: fenomenologia da situação de psicodiagnóstico**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BARRETO, Carmem. A evolução da terapia centrada no cliente. In: GOBBI, Sergio L.; MISSEL, Sinara T. (org.) **Abordagem centrada na pessoa: vocabulário e noções básicas**. Tubarão: UNISUL, 1998.
- _____. A compreensão e o lugar da abordagem centrada na pessoa no espaço científico-sociocultural contemporâneo. **Revista symposium**, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, ano 3, p. 34-40, jul. 1999.
- _____. **A psicologia clínica e o mal-estar contemporâneo: impasses e re-significações**. 2001. 115f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2001.

BARRETO, Carmem; MORATTO, Henriette T.P. Leitura crítica da teoria da terapia centrada no cliente. **Revista interlocuções**, Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco, Recife, ano 1, n.1, p. 104-134, jan.-jun. 2001

BELÉM, Diana M. H. **Abordagem centrada na pessoa**: um olhar contemporâneo. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2004.

_____. **Carl Rogers**: do diagnóstico à abordagem centrada na pessoa. Recife: Bagaço, 2000.

BOAINAIN JR., Elias. **Tornar-se transpessoal**: transcendência e espiritualidade na obra de Carl Rogers. São Paulo: Summus, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Banco de teses**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/Banco_Teses.htm>. Acesso em: 21 mar. 2006.

BRODLEY, Barbara T. The actualizing tendency concept in client-centered theory. **The person-centered journal**, Chicago, v. 6, n. 2, 1999.

BRUNS, Maria A. A redução fenomenológica em Husserl e a possibilidade de superar impasses na dicotomia subjetividade e a objetividade. In: BRUNS, Maria A. T; HOLANDA, Adriano F. (org.) **Psicologia e pesquisa fenomenológica**: reflexões e perspectivas. São Paulo: Ômega, 2001.

BRUNS, Maria A.; TRINDADE, Ellika. Metodologia fenomenológica: a contribuição da ontologia-hermenêutica de Martin Heidegger. In: BRUNS, Maria A. T; HOLANDA, Adriano F. (org.) **Psicologia e pesquisa fenomenológica**: reflexões e perspectivas. São Paulo: Ômega, 2001.

CAPALBO, Creusa. **Fenomenologia e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Âmbito, 1987.

CARDELLA, B. H. P. **A construção do psicoterapeuta**: uma abordagem gestáltica. São Paulo: Summus, 2002.

CHAVES, A.P; MACEDO, S; MENDONÇA, V. Psicologia existencial – fenomenológica: o saber filosófico e a produção científica. **Estudos de psicologia**. Revista do Instituto de Psicologia da PUCCAMP, v. 13, n. 2, p. 11- 16, 1996.

CIORNAI, Selma. **25 anos depois**: gestalt-terapia, psicodrama e terapias neo-reichianas no Brasil. São Paulo: Summus, 1997.

CIORNAI, Selma (org.). **Percursos em arteterapia**: arteterapia gestáltica, arte em psicoterapia, supervisão em arteterapia. São Paulo: Summus, 2004.

CRITELLI, Dulce M. **Analítica do sentido**: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. São Paulo: EDUC: Brasiliense, 1996.

CURY, Vera E. **Abordagem centrada na pessoa**: um estudo sobre as implicações dos trabalhos com grupos intensivos para a terapia centrada no cliente. 1993. 171f. Tese (Doutorado em Saúde Mental). Faculdade de Ciências Médicas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

DARTIGUES, André. **O que é a fenomenologia?** São Paulo: Editora Moraes, 1992.

DUTRA, Lucas V. Hermenêutica, Linguagem e Psicologia. **Estudos de psicologia**. Revista do Instituto de Psicologia da PUCAMP, v. 18, n.3, p. 75-87, 2001.

DUTRA, Elza. Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. **Estudos de psicologia**, Natal, v. 9, n.2, p.381-387, mai.-ago. 2004.

FEIJOO, Ana Maria L. **A escuta e a fala em psicoterapia**: uma proposta fenomenológica-existencial. São Paulo: Vetor, 2000.

FIGUEIREDO, Luis C. **Matrizes do pensamento psicológico**. Petrópolis: Vozes, 1991.

FONSECA, Afonso H. **Trabalhando o legado de Carl Rogers. Sobre os fundamentos fenomenológicos existenciais**. Maceió: Gráfica Editora Bom Conselho Ltda., 1998.

_____. **Gestalt terapia fenomenológico existencial**. Maceió: Pedang, 2005.

FORGHIERI, Yolanda Cintrão. **Psicologia fenomenológica**: fundamentos, método e pesquisas. São Paulo: Pioneira Editora, 1993.

GENDLIN, Eugene. Experiencing: A variable in the process of therapeutic change. **American journal of psychotherapy**. v. 15, p. 233-245, 1961. Traduzido e adaptado por João Caselli Messias e Daniel Bartholomeu.

_____. A theory of personality change. In: WORCHEL AND BYRNE. **Personality change**. New York: John Wiley & Sons, 1964. Traduzido pela equipe do Centro de Psicologia da Pessoa (CPP) – Rio de Janeiro.

_____. The Client's Client: the edge of awareness. // LEVANT, R.F. & SHLIEN, J.M. **Client centered therapy and the person centered approach**: New Directions in Theory, Research and Practice. New York, Praeger Publishers: 1984. Traduzido pela equipe do Centro de Psicologia da Pessoa (CPP) – Rio de Janeiro.

_____. Comunicação sub-verbal e expressividade do terapeuta: tendências da terapia centralizada no cliente com esquizofrênicos. In: ROGERS, Carl e STEVENS, Barry (org.). **De pessoa para pessoa**. São Paulo: Pioneira, 1991.

_____. Celebrations and problems of humanistic psychology. **The humanistic psychologist**. v. 20, n. 2-3, p. 447-460, 1992. Traduzido e adaptado por João Caselli Messias.

GENDLIN (1967)

GINGER, Serge; GINGER, Anne. **Gestalt: uma terapia do contato**. São Paulo: Summus, 1995.

GOMES, William B. (org.). **Fenomenologia e pesquisa em psicologia**. Porto Alegre: Editora da UFRS, 1998.

GOMES, W.; HOLANDA, A.; GAUER, G. Psicologia Humanista no Brasil. In: MASSIMI, M. (org.). **História da psicologia no Brasil do século XX**. São Paulo: EPU, 2004.

GRANDESSO, Marilene A. **Sobre a reconstrução do significado**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

HART, Joseph. The development of client-centered therapy In: HART, J.; TOMLINSON, T.M. (org.). **New directions in client-centered therapy**. New York: Houghton Mifflin, 1970.

HEIDEGGER, Martin. **Seminário de Zollikon**. São Paulo/Petrópolis: EDUC/Vozes, 2001.

_____. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes/Universidade São Francisco, 2005.

HUSSERL, Edmund. **A Crise da humanidade européia e a filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. **A Conferência de Paris**. Lisboa: Edições 70, s.d.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

JULIANO, Jean C. **A arte de restaurar histórias: o diálogo criativo no caminho pessoal**. São Paulo: Summus, 1999.

JUSTO, Henrique. **Abordagem centrada na pessoa: consensos e dissensos**. São Paulo: Vetor, 2002.

KEEN, Ernest. **Introdução à psicologia fenomenológica**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1979.

KIYAN, A. M. M. **E a Gestalt emerge: vida e obra de Frederick Perls**. São Paulo: Altana, 2001.

LANTERI-LAURA, Georges. **Psiquiatria fenomenológica**: fundamentos filosóficos. Buenos Aires: Traguel, 1965.

LIMA, Patrícia V.A. **Psicoterapia e mudança**: uma reflexão. 2005. 152f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LOFREDO, Ana M. **A cara e o rosto**: ensaio sobre Gestalt-terapia. São Paulo: Escuta, 1994.

MARTINS, J. e DICHTCHKENIAN, M.F. **Temas fundamentais de fenomenologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

MESSIAS, João C. **Psicoterapia centrada na pessoa e o impacto do conceito de experiência**. 2001. 142 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia e Fonoaudiologia, Pontífice Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2001.

MORATO, Henriette T.P. **Eu-supervisão**: em cena uma ação buscando significado sentido. 1989. 280f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

MOREIRA, Virgínia. A noção de pessoa na teoria de Carl Rogers. **Revista brasileira de pesquisa em psicologia**. Universidade do Grande ABC, São Caetano do Sul, v. 4, n.2, 1992.

_____. Psicoterapia centrada na pessoa e fenomenologia. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Revista do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, v. 9, n.1, p. 157-172, 1993.

NUNES, Benedito. **Heidegger & ser e tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **Filosofia contemporânea**. Belém: EDUFPA, 2004.

PAGÉS, Max. **Orientação não-diretiva em psicoterapia e psicologia social**. São Paulo: EDUSP, 1976.

PERLS, Frederick S. **Gestalt-terapia explicada**. São Paulo: Summus, 1977.

_____. **Escarafunchando Fritz**: dentro e fora da lata do lixo. São Paulo: Summus, 1979.

_____. **Ego, fome e agressão**: uma revisão da teoria e do método de Freud. São Paulo: Summus, 2002.

PESSOA, Fernando. **Poemas completos de Alberto Caeiro**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

PIMENTEL, Adelma. Psicodiagnóstico em Gestalt-terapia: compreendendo o organismo saudável e o adoecido para realizar um diagnóstico colaborativo. **Revista do instituto sedes sapientiae**, São Paulo, v. 9, p. 45-52, 2000.

_____. **Psicodiagnóstico em gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2003a.

_____. A história da Gestalt-terapia em Belém do Pará. **Revista do NUFEN**, Departamento de Psicologia Clínica, Universidade Federal do Pará, série diálogos e diversidade, v.1, n.1, ago.-dez. 2003b.

_____. Subjetividade e alteridade. **Revista do NUFEN**, Departamento de Psicologia Clínica, Universidade Federal do Pará, série diálogos e diversidade, v.2, n.2, ago.-dez. 2004.

POLSTER, Miriam. **Gestalt terapia integrada**. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

PUENTE, Miguel de La. **O ensino centrado no estudante: renovação e crítica das teorias de Carl R. Rogers**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

RIBEIRO, Jorge P. **O ciclo do contato: temas básicos na abordagem gestáltica**. São Paulo: Summus, 1997.

ROGERS, Carl. **Um jeito de ser**. São Paulo: EPU, 1983.

_____. **Sobre o poder pessoal**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **Terapia centrada no cliente**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Grupos de encontro**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. As condições necessárias e suficientes para a mudança terapêutica da personalidade. In: WOOD, John K. (org). **Abordagem centrada na pessoa**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995.

_____. **Psicoterapia e consulta psicológica**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROGERS, Carl; KINGET, Marian. **Psicoterapia e relações humanas**. São Paulo: Interlivros, 1977.

ROGERS, Carl; ROSENBERG, Rachel. **A pessoa como centro**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1977.

ROGERS, Carl; WOOD, John K. Terapia centrada no cliente: Carl R.Rogers. In: BURTON, Arthur. **Teorias operacionais da personalidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

ROGERS, Carl; STEVENS, Barry. **De pessoa para pessoa**. São Paulo: Pioneira, 1991.

SANTOS, Jair F. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2006. Col. primeiros passos, 165.

TELLEGEN, Therese A. **Gestalt e grupos: uma perspectiva sistêmica**. São Paulo: Summus, 1984.

YONTEF, Gary M. Um “background” da abordagem... – parte 1 de 2. **Boletim gestalt-terapia do triângulo mineiro**. Uberlândia, ano 2, n.3, p. 37-46, mai.1997.

_____. **Processo, diálogo e awareness: ensaios em Gestalt-Terapia**. São Paulo: Summus, 1998.

Zilles, Urbano. A fenomenologia husserliana como método radical. In: HUSSERL, Edmund. **A Crise da humanidade européia e a filosofia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

WOOD, John K. (org). **Abordagem centrada na pessoa**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995.